



Maria Alzira Moreira da Silva **A adaptação das Bibliotecas Públicas face à sociedade actual: o caso de Vila Nova de Gaia**



Maria Alzira Moreira da Silva **A adaptação das Bibliotecas Públicas face à sociedade actual: o caso de Vila Nova de Gaia**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Informação, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor. Carlos Manuel dos Santos Ferreira, Professor Associado com Agregação do Departamento de Economia Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Doutora Maria Beatriz Alves de Sousa Santos
Professora Associada com Agregação da Universidade de Aveiro

Doutor Carlos Manuel dos Santos Ferreira
Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Manuela Barreto Nunes
Professora Auxiliar da Universidade Portucalense

agradecimentos

A realização do presente trabalho não teria sido possível sem o incentivo da família e dos amigos. De entre eles, devo salientar alguns que me incentivaram nos momentos mais difíceis, para eles vai o meu mais sincero obrigado.

Gostaria de agradecer:

Ao meu orientador, Prof. Doutor Carlos Manuel dos Santos Ferreira, pelas sugestões formuladas ao longo deste trabalho,

Ao colega Artur Lopes, pelo constante encorajamento,

Aos meus colegas,

À minha família.

palavras-chave

Biblioteca Pública, leitura, educação e aprendizagem, sociedade de informação.

resumo

A presente dissertação versa sobre a Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia desde a sua origem, no início do século XX, até ao presente.

O presente trabalho pretende analisar a eficácia, a eficiência e a importância dos serviços prestados por esta Biblioteca à comunidade, com o objectivo de estabelecer novas estratégias e directrizes a implementar para optimização do desempenho.

Apresenta uma breve resenha histórica sobre a evolução do conceito de Biblioteca; sobre as Bibliotecas em Portugal e sobre a rede de Leitura Pública. De seguida, fez-se uma apresentação histórica da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, a sua criação e período de funcionamento até 1997.

De 1997 (data da sua remodelação) até 2005, foi feito um estudo mais exaustivo, sobre os espaços; o acervo documental; os utilizadores; os dados financeiros; os recursos humanos; os recursos técnicos; pontos de serviço.

Os dados analisados para o presente trabalho são os dados recolhidos pela instituição diariamente e que constam dos inquéritos do INE, finalmente, foi analisado um inquérito realizado junto dos utilizadores da Biblioteca, distribuídos em dois momentos: em 2003 e em 2006, com o objectivo de avaliar o grau de satisfação dos mesmos, em relação aos serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia.

keywords

Public Library, reading, education and learning, society of information.

abstract

This thesis presents a study about the City Public Library of Vila Nova de Gaia from its beginning in the early years of the XX century till present.

This study intends to analyse the efficiency, effectiveness and importance of the services rendered by the library to the community, with the purpose of devising new strategies and guidelines to be implemented aiming at optimising its performance.

It presents a brief historical digest on the library concept evolution, the libraries in Portugal and The Public Reading Network.

Following, we made a historical presentation of the City Public Library of Vila Nova de Gaia, its creation and its functioning period up to 1997.

On the period from 1997 (date of the restructuring/remodelling) to 2005, a more exhaustive study was made, about the spaces; the documental assets; users; the financial data; the human resources; the technical resources; the points of service.

The data analysed for this thesis was gathered by the institution on its daily activity and reported in the INE (National Institute of Statistics) surveys. We have also analysed a user survey made at two different times: 2003 and 2006. This survey had, as its scope, to evaluate the degree of satisfaction regarding the services provided by the City Public Library of Vila Nova de Gaia.

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	I.1
-------------------------	------------

CAPÍTULO II

SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA – criação e período de funcionamento até 1997.

II.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA	II.2
---	-------------

II.2 SOBRE O CONCEITO DE BIBLIOTECA	II.4
--	-------------

II.2.1 GÉNESE E SÍNTESE HISTÓRICA	II.4
---	------

II.2.2 AS BIBLIOTECAS EM PORTUGAL	II.9
---	------

II.2.2.1 A Rede de Leitura Pública	II.13
--	-------

II.3 A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA	II.15
---	--------------

II.3.1 CRIAÇÃO E PERÍODO DE FUNCIONAMENTO ATÉ 1997	II.15
--	-------

II.3.1.1 Uma resenha histórica	II.16
--------------------------------------	-------

II.3.1.2 As instalações definitivas (1979 a 1997)	II.32
---	-------

II.4 CONCLUSÃO	II.35
-----------------------------	--------------

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA – período de funcionamento de 1997 até 2005.

III.1 RECURSOS	III.1
-----------------------------	--------------

III.1.1 DADOS FINANCEIROS	III.1
---------------------------------	-------

III.1.2 OS RECURSOS HUMANOS	III.3
-----------------------------------	-------

III.1.3 OS RECURSOS TÉCNICOS	III.4
------------------------------------	-------

III.1.4 PONTOS DE SERVIÇO	III.6
---------------------------------	-------

III.1.5 DOCUMENTOS EXISTENTES	III.7
-------------------------------------	-------

III.1.5.1 Aquisições	III.10
----------------------------	--------

III.1.5.2 Serviço de leitura especial	III.10
---	--------

III.2 UTILIZADORES.....	III.12
III.2.1 LEITORES INSCRITOS	III.16
III.3 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	III.17
III.3.1 INTERNET	III.18
III.3.2 CONSULTA LOCAL.....	III.19
III.3.3 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO.....	III.26
III.3.4 CONSULTA LOCAL/EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO/UTILIZADORES	III.28
III.3.5 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO DE PERIÓDICOS	III.30
III.3.6 VISITAS PROGRAMADAS À BIBLIOTECA (ADULTOS E CRIANÇAS).....	III.32
III.4 CONCLUSÃO.....	III.34

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	IV.1
IV.1 O INQUÉRITO	IV.1
IV.2 ANÁLISE DO RESULTADO DO INQUÉRITO REALIZADO EM 30 DE OUTUBRO E 7 DE NOVEMBRO DE 2003.....	IV.2
IV.2.1 DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO DOS INQUIRIDOS DENTRO DA BIBLIOTECA.....	IV.2
IV.2.2 FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA NO GRUPO DE I INQUIRIDOS.....	IV.2
IV.2.3 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PRETENDIDO	IV.3
IV.2.4 UTILIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DA BIBLIOTECA NA LOCALIZAÇÃO DOS LIVROS	IV.3
IV.2.5 SERVIÇO DA BIBLIOTECA	IV.4
IV.2.6 SERVIÇO DOS FUNCIONÁRIOS.....	IV.5
IV.2.7 CONSULTA DA PÁGINA WEB DA BIBLIOTECA	IV.6
IV.2.8 CLASSIFICAÇÃO GLOBAL DOS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA	IV.7
IV.2.9 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS POR POSIÇÃO DENTRO DA BIBLIOTECA	IV.7
IV.3 ANÁLISE DO RESULTADO DO INQUÉRITO REALIZADO EM 6 E 7 DE JUNHO DE 2006.....	IV.8
IV.3.1 DISTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO DOS INQUIRIDOS DENTRO DA BIBLIOTECA.....	IV.8
IV.3.2 FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA NO GRUPO DE I INQUIRIDOS.....	IV.8
IV.3.3 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PRETENDIDO	IV.9
IV.3.4 UTILIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DA BIBLIOTECA NA LOCALIZAÇÃO DOS LIVROS	IV.9
IV.3.5 SERVIÇO DA BIBLIOTECA	IV.10
IV.3.6 SERVIÇO DOS FUNCIONÁRIOS.....	IV.11
IV.3.7 CONSULTA DA PÁGINA WEB DA BIBLIOTECA	IV.12

IV.3.8 CLASSIFICAÇÃO GLOBAL DOS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA	IV.13
IV.3.9 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS POR POSIÇÃO DENTRO DA BIBLIOTECA	IV.13
IV.4 CONCLUSÃO	IV.14

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES	V.1
-------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO.....	A.1
PROGRAMA DE APOIO ÀS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS	B.1
MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	C.1
LEGISLAÇÃO BIBLIOTECAS	D.1

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO II

FIGURA II.1 PRIMEIRO PROJECTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GAIA.....	II.20
FIGURA II.2 ANTEPROJECTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GAIA	II.25
FIGURA II.3 PROJECTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GAIA	II.27
FIGURA II.4 PROJECTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GAIA	II.27
FIGURA II.4 PROJECTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GAIA	II.27
TABELA II.1 MAPA N°23 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE GAIA	II.31
FIGURA II.5 FACHADA ACTUAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GAIA	II.31

CAPÍTULO III

FIGURA III.1 DADOS FINANCEIROS	III.2
FIGURA III.2 DADOS FINANCEIROS.....	III.2
FIGURA III.3 DADOS FINANCEIROS	III.3
FIGURA III.4 PESSOAL AO SERVIÇO	III.4
FIGURA III.5 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	III.6
FIGURA III.6 PONTOS DE SERVIÇO.....	III.7
FIGURA III.7 TOTAL DE DOCUMENTOS	III.8
FIGURA III.8 DOCUMENTOS EXISTENTES.....	III.8
FIGURA III.9 MONOGRAFIAS – ADULTOS/INFANTIS.....	III.9
FIGURA III.10 MONOGRAFIAS ADULTOS/INFANTIS (1999-2005).....	III.9
FIGURA III.11 AQUISIÇÕES.....	III.10
FIGURA III.12 SERVIÇO DE LEITURA ESPECIAL	III.11
FIGURA III.13 DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE UTILIZAÇÃO (1997-2005).....	III.12
FIGURA III.14 DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE UTILIZAÇÃO (1997-2005).....	III.13
FIGURA III.15 UTILIZADORES - MENSAL	III.14

FIGURA III.16 UTILIZADORES - ANUAL.....	III.15
FIGURA III.17 LEITORES INSCRITOS	III.16
FIGURA III.18 UTILIZADORES E LEITORES INSCRITOS	III.17
FIGURA III.19 QUANTIDADE DE DOCUMENTOS POR HABITANTE – 1997-2005.....	III.18
FIGURA III.20 CONSULTA INTERNET - MENSAL	III.18
FIGURA III.21 CONSULTA WI-FI.....	III.19
FIGURA III.22 CONSULTA INTERNET - ANUAL	III.19
FIGURA III.23 CONSULTA LOCAL - ANUAL.....	III.21
FIGURA III.24 CONSULTA LOCAL – SALA DE LEITURA - MENSAL.....	III.22
FIGURA III.25 CONSULTA LOCAL – SALA DE LEITURA - ANUAL	III.22
FIGURA III.26 CONSULTA LOCAL – FUNDO LOCAL - MENSAL.....	III.23
FIGURA III.27 CONSULTA LOCAL – FUNDO LOCAL - ANUAL.....	III.23
FIGURA III.28 CONSULTA LOCAL – MULTIMÉDIA - MENSAL.....	III.24
FIGURA III.29 CONSULTA LOCAL – MULTIMÉDIA - ANUAL.....	III.24
FIGURA III.30 CONSULTA LOCAL – ESPAÇO-CRIANÇAS - MENSAL.....	III.25
FIGURA III.31 CONSULTA LOCAL – ESPAÇO-CRIANÇAS - ANUAL.....	III.25
FIGURA III.32 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO - MENSAL	III.27
FIGURA III.33 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO - ANUAL	III.27
FIGURA III.34 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO – INFANTIS E ADULTOS -2005.....	III.28
FIGURA III.35 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO – INFANTIS E ADULTOS -2005.....	III.28
FIGURA III.36 CONSULTA LOCAL / EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO / UTILIZADORES	III.29
FIGURA III.37 CONSULTA LOCAL E EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO	III.30
FIGURA III.38 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO DE PERIÓDICOS (2003).....	III.30
FIGURA III.39 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO DE PERIÓDICOS (2004).....	III.31
FIGURA III.40 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO DE PERIÓDICOS (2005).....	III.31
FIGURA III.41 EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO DE PERIÓDICOS - ANUAL.....	III.32
FIGURA III.42 VISITAS PROGRAMADAS (ADULTOS E CRIANÇAS).....	III.32

FIGURA III.43 UTILIZADORES QUE PARTICIPARAM EM VISITAS PROGRAMADAS À BIBLIOTECA.....III.32

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

Introdução

I.1 Considerações Gerais

Esta proposta de trabalho enquadra-se no âmbito das Bibliotecas Públicas, tendo como parte integrante o estudo da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, e a sua constante resposta face às solicitações da sociedade onde está inserida, assim como, as respostas face ao Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (I.P.L.B.), enquanto Biblioteca pertencente à Rede de Leitura Pública.

O trabalho pretende constituir-se como uma reflexão ao processo de gerir um fundo documental de uma Biblioteca Pública, face às solicitações quer dos seus utilizadores quer face ao compromisso assumido perante o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (I. P.L.B.).

A sociedade actual é alvo de uma constante alteração preconizada pelas alterações de proliferação e excesso de informação (não importa o suporte: digital, papel, etc.) as características do utilizador e a comunidade em que se insere.

I.2 Enquadramento

A sociedade actual exige aos seus interveniente uma maior intervenção sendo necessário estarmos cada vez mais capacitados para enfrentar os desafios que vão surgindo. A par da Escola também as Bibliotecas Públicas têm um papel de relevância na formação dos cidadãos. Torna-se, portanto, imprescindível que elas dêem resposta às solicitações em termos culturais aos cidadãos que a ela ocorrem. Esta participação na formação em termos culturais pode e deve fazer-se como complemento da Escola, promovendo e facilitando, complementando o ensino através da memória em repositório nestas instituições espalhadas pelo mundo inteiro. Convém não esquecer todas as actividades desenvolvidas nas Bibliotecas Públicas, tais como dramatização de contos, estas mais dirigidas a públicos infantis, que tornam o conhecimento dos clássicos, por exemplo mais atractivos, tendo como objectivo encaminhar estas crianças para o gosto pela leitura. A par destas actividades também o dar a conhecer a música, o teatro ou até o

partilhar de experiência através da leitura de um livro em conjunto, se tornam interessantes não tendo o carácter de “obrigatoriedade” da Escola.

I.3 Objectivos

Torna-se necessário avaliar todo um trabalho levado a cabo por este tipo de instituição. Trabalho efectuado tendo por objectivo máximo o servir os seus utilizadores, procurando sempre ir de encontro às suas necessidades e pretensões.

A presente dissertação centrou-se no estudo de caso da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia e de todo um trabalho levado a cabo, essencialmente, entre o período de 1997 e 2005. Com este estudo pretendeu-se avaliar os utilizadores e as respostas dadas às solicitações pela instituição.

Pretende, assim, este trabalho reflectir sobre o desempenho da Biblioteca face aos seus utilizadores; salientar a sua importância na comunidade onde está inserida; salientar a necessidade de formar novos utilizadores e quais as estratégias a implementar; contribuir para tornar mais eficiente a resposta às solicitações por parte do utilizador indo ao encontro das suas necessidades.

I.4 Metodologia

Em termos gerais, foi adoptada a seguinte metodologia:

- caracterização do âmbito das Bibliotecas Públicas;
- caracterização das Bibliotecas Públicas em Portugal;
- caracterização da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia;
- realização de um inquérito aos utilizadores da Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, de forma a avaliar o grau de satisfação face à instituição.

I.5 Estruturação da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em 4 Capítulos:

Em primeiro lugar, apresentam-se as razões da escolha do tema, os objectivos que se pretende atingir, os pressupostos assumidos e a metodologia seguida em termos globais (Cap. I).

Seguidamente, apresentam-se algumas considerações sobre a evolução histórica da Biblioteca em geral, da evolução histórica das Bibliotecas Públicas em Portugal,

passando-se para o estudo e evolução da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, a sua história e enquadramento geográfico.

Fez-se uma referência à Rede de Leitura Pública e ao seu impacto nas Bibliotecas Portuguesas. Muito embora a B.P.M.V.N.G. faça parte da Rede de Leitura Pública desde 1987 (uma das primeiras), efectuou-se uma divisão temporal no estudo, até 1997 e de 1997 até ao presente. Esta divisão prende-se ao facto de nesta data se terem efectuado grandes alterações tanto a nível arquitectónico como a nível documental e de equipamento técnico (informatização em larga escala, novos suportes, implementação de um Serviço de Leitura Especial - para invisuais).

O Cap. III avaliação interna, compreende o período de funcionamento de 1997 a 2005, onde se procedeu a uma análise exaustiva de todos os dados relativos aos recursos existentes e à utilização desses mesmos recursos pelos utilizadores.

O Cap. IV, avaliação externa, ou seja, feita pelos utilizadores da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia através de um questionário a eles distribuído em dois momentos: em 2003 e em 2006, com o objectivo de verificar as alterações de comportamento dos utilizadores, procurando assim analisar até que ponto esta instituição com o seu trabalho está a ir de encontro às pretensões dos seus utilizadores.

**CAPÍTULO II – SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA:
CRIAÇÃO E PERÍODO DE FUNCIONAMENTO ATÉ 1997**

CAPÍTULO II

Sobre a Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia: criação e período de funcionamento até 1997

Este estudo está centrado no caso da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, em que a situação histórico geográfica, a evolução histórica do conceito de Biblioteca, tanto a nível internacional como nacional, nos mostram que esta biblioteca em particular conquistou o seu lugar.

Vila Nova de Gaia, dada a sua localização junto a um centro histórico e cultural muito rico, não pôde deixar de receber influências da vizinha cidade do Porto, não deixando no entanto, de procurar a sua individualidade cultural e impor-se como um polo cultural de pleno direito. Tal acontece ainda nos dias de hoje.

Estando a história de Vila Nova de Gaia, muito ligada à da cidade do Porto, esta não podia deixar de lutar pela criação dos seus equipamentos culturais. Um deles foi a Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia. Esta tornou-se uma referência no meio académico rivalizando com a Biblioteca Pública do Porto em termos de utilizadores. Em termos de acervo documental, não a podemos igualar uma vez que aquela é beneficiária de Depósito Legal.

Desde a sua criação até 1997, data da sua remodelação, a Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia impôs-se como um importante polo dinamizador da cultura na região.

II.1 Enquadramento histórico-geográfico do concelho de Vila Nova de Gaia

Vila Nova de Gaia, cidade, sede de concelho e de comarca, pertence ao distrito e diocese do Porto. Está situada na margem esquerda do rio Douro, frente à cidade do Porto, capital do distrito à qual está ligada pelas pontes D. Luís, Arrábida, Infante e Freixo (rodoviárias), D. Maria (desactivada) e S. João (ferroviária). Faz parte da sub-região agrícola denominada Douro Litoral, sendo o maior centro exportador de vinho do Porto e zona intensamente industrializada, com fábricas de cerâmica e porcelana, metalurgia e

serralharia, serração e marcenaria, tanoaria, ourivesaria, tecidos, adubos, material de construção, plásticos e calçado. A Serra do Pilar possui, um observatório meteorológico, observatório astronómico e estação - padrão de sismologia.

Como monumentos nacionais, possui o Mosteiro e Igreja da Serra do Pilar, o Convento e Igreja de *Corpus Christi* (dominicano), um pelourinho, o Mosteiro de Grijó, a “Pedra de audiência e carvalho” anexo, existentes em Avintes e o aqueduto do Sardão (Oliveira do Douro). Finalmente, proporciona do monte da Virgem, a 216 m de altitude, uma vista deslumbrante sobre o casario do Porto e seus arredores a Norte do Douro.

O concelho é constituído por 24 freguesias com uma população total residente de 287 597 h. em 123 518 fogos. A cidade de Vila Nova de Gaia é constituída pelas freguesias de Santa Marinha (do nome do orago), com 30 578 h. em 14 155 fogos e Mafamude, com 38 589 h. em 18 043 fogos. O concelho é ainda constituído pelas freguesias de Arcozelo com 12 323 h., Avintes com 11 431 h., Canelas com 12 308 h., Canidelo com 23 472 h., Crestuma com 3 058 h., Grijó com 10 281 h., Gulpilhares com 9 704 h., Lever com 3 034 h., Madalena com 9 343 h., Olival com 5 788 h., Oliveira do Douro com 23 336 h., Pedroso com 18 430 h., Perozinho com 5 926., Sandim com 6 324 h., São Félix da Marinha com 11 161 h., São Pedro da Afurada com 3 409 h., Seixezelo com 1 728 h., Sermonde com 1 226 h., Serzedelo com 7 546 h., Valadares com 9 051 h., Vilar de Andorinho com 16 571 h., Vilar do Paraíso com 13 119 h. (I.N.E. Censos 2001).

A povoação de Gaia tem a sua história unida à da cidade do Porto, às remotas origens desta (*Cale, Calem, Cales*) e ao nome de Portugal. O topónimo *Portucale* surge em documento de 922, relativo a uma “vila” perto da actual sede do concelho de Vila Nova de Gaia.

O primeiro documento respeitante ao território do concelho é de 879. Posteriormente ergueu-se uma fortaleza, o Castelo de Gaia, no lugar do Candal, para defesa do povoado existente nas cercanias, o qual foi sede de uma vasta circunscrição na “terra de Sta. Maria”. Em documento de 1140 aparece Gaia com um porto importante, onde se acolheu a armada dos Cruzados para planear a conquista de Lisboa (então não alcançada). Ao lado desta Gaia velha, também chamada Sta. Marinha de Portugal, construiu-se a Gaia nova, a qual, devido às suas funções administrativas, tomou o nome de Vila Nova de Gaia, tendo-lhe dado foral D. Afonso III em 1255 (D. Dinis, no foral que lhe outorgou a 12.8.1288, denominou-a Vila Nova de Rei – designação que não se impôs). A

atitude de D. Afonso III, corroborada por D. Dinis, teve razões fiscais e políticas, devido às tendências dominadoras dos prelados do burgo portuense. Refira-se, ainda, que teve foral manuelino datado de 20.1.1518.

O castelo de Gaia veio a ser destruído pelo povo do Porto, pois o seu alcaide não aceitou o Mestre de Avis como “regedor e defensor do Reino”, optando pelo rei castelhano. A 28.9.1580 chegou a Vila Nova de Gaia, D. António Prior do Crato à frente de 4 000 soldados para tomar o Porto; mas Sancho d’Ávila, a 21.10.1580, obrigou-o a fugir. Foi então construída a Igreja de N.^a S.^a do Pilar, obra de Filipe Terzi.

Durante o cerco do Porto pelos miguelistas, em 1832-1833, o morro da serra do Pilar foi um dos grandes baluartes liberais, tendo-se celebrizado pelas suas façanhas o general J. A. da Silva Torres. De novo este local foi cenário bélico (3 a 6.2.1927) numa das fracassadas revoltas contra a ditadura instaurada a 28.5.1926.

Vila Nova de Gaia possui valiosos monumentos artísticos: o convento dominicano do *Corpus Christi*, fundado no séc. XIV, onde jazem a esposa de Nun’ Álvares Pereira e o alferes da bandeira da Ala dos Namorados, em Aljubarrota; o convento da Serra do Pilar, dos cónegos regrantes de Sto. Agostinho, construído em meados do séc.XVI e reconstruído durante o reinado dos Filipes; a Casa-Museu de Teixeira Lopes. Além deste grande escultor e de seu sobrinho, com mesmo apelido, Vila Nova de Gaia conta com grandes escultores de mérito, tais como: Augusto Santo, Afonseca Lapa, Fernandes de Sá, Diogo de Macedo e, sobretudo, Soares dos Reis, cuja casa-oficina é pertença do Estado. Típicas de Vila Nova de Gaia, são as caves das grandes firmas do vinho do Porto.

A antiga freguesia foi vigararia da apresentação do cabido da Sé do Porto.

Por Dec. de 18.12.1834 foi criado barão de Vila Nova de Gaia e por Dec. de 20.5.1835 elevado a visconde de Vila Nova de Gaia o tenente-general Tomás William Stubbs, combatente do exército português e do partido liberal.¹

¹ *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, D.L. 1992-D.L. 1995.p.1155-1157.

II.2 Sobre o conceito de Biblioteca

II.2.1 Génese e síntese histórica

A história das bibliotecas remonta à antiguidade, sendo ao mesmo tempo uma das mostras de cultura e o depósito onde se guardavam e guardam as manifestações desta, para as comunicar e divulgar entre os contemporâneos e entre as gerações seguintes, para que possam desfrutar do trabalho daqueles que os precederam e receber as lições da experiência, do estudo e da civilização humana.

As primeiras bibliotecas, tal como os arquivos, estavam a cargo de sacerdotes, por se considerar sagrada a ciência que possuíam e porque estes consideravam, apesar do seu carácter sacerdotal, o de maior sabedoria. Assim, as bibliotecas foram instaladas nos templos e nos palácios dos reis, onde se acumulavam os tesouros, os objectos de culto, as tradições, as recordações e tudo o que constituía a história de um povo nas suas distintas ramificações.

Os antigos Egípcios e Assírios possuíam já as suas bibliotecas que indubitavelmente serviram de modelo aos gregos; como a cultura grega se estendeu depois ao Egipto, Ásia e Itália, assistiu-se nestes países à fundação de numerosas bibliotecas. Do ponto de vista histórico referem-se, nos parágrafos seguintes, algumas de entre as primitivas.

Os Hebreus, possuíram, além da Bíblia, que chamaram também biblioteca, muitos outros códices, sobretudo relativos à história dos soberanos, pois nos livros dos Reis, os Paralipómenos dos Macabeus (dois livros sagrados de Antigo Testamento, que constituem o complemento do Livro dos Reis) e outros, faz-se referência a obras consultadas por autores sagrados. Muitas das suas obras versavam sobre a inteligência das Sagradas Escrituras, embora também conste que Salomão tenha escrito sobre todas as ciências então conhecidas, e depois do cativo, os hebreus estudaram a filosofia dos gregos, segundo se sabe por Josefo e pelas tradições. Guardavam os livros com um respeito profundo no templo e no palácio dos reis, confiando aos sacerdotes e religiosos a história pátria.

No Egipto, e ainda que escassas as notícias sobre as bibliotecas deste país, é de crer, a julgar pelas antigas inscrições dos egípcios e pela sua tendência em perpetuar as tradições, que tivessem nos seus templos e palácios colecções de escritos, a maior parte dos quais versavam sobre ritos e práticas religiosas, alguns de carácter didáctico, outros sobre

administração da justiça. Diodoro fala de um grande edifício (*sema*) que ergueu o antigo e desconhecido rei Osymandyas em Tebas, e da sua *iera biblioteke*. R. Lepsius, cronista do Egipto, identifica este rei com Ramsés Miamun do Séc. XIV a.C.; o grande edifício foi descoberto nas imediações de Tebas. Ali se encontraram os sepulcros dos bibliotecários do rei (pai e filho). Também leva a crer na existência de outras bibliotecas, a notícia de certos e definidos deuses e deusas que presidiam como senhores nas “Salas de Livros”.

Por outro lado, chegaram até nós rolos de papiros muito anteriores ao ano 2000 a.C. Um destes papiros data do tempo de Amenofis I, monarca da XVIII dinastia (uns mil e seiscentos anos a.C.). A descoberta do papiro facilitou o fabrico de livros convertendo-se, desde então, os templos em centros de actividade literária onde havia vários escribas que gozavam de grande crédito, uma vez que as suas funções revestiam um carácter religioso e científico. Esta dupla condição tinha também os livros de Toth, constituindo uma verdadeira enciclopédia sem índole dogmática, de modo que se pôde formar uma literatura na qual se desenvolviam ou comentavam tais princípios e que chegou a ser tão vasta que em tempos da conquista do Egipto pelos gregos, os livros de Toth ascendiam a 35.525, conservados nos templos e nas sepulturas dos faraós. Eustácio supõe que o templo de Mênfis tinha outra importante biblioteca, mas estes grandes centros da cultura egípcia perderam-se ou sofreram graves danos durante a dominação persa e depois durante a dominação dos gregos.

Na Assíria, segundo o célebre Dziatzko, a biblioteca mais antiga e de comprovada autenticidade está formada pela colecção de numerosas tábuas de argila cozida, escritas com caracteres cuneiformes, descobertos por H. Layard em 1850, entre os escombros do palácio que o rei assírio Asurbanipal (VII a.C.) tinha em Nívie, e cujo número aumentou com novos achados em posteriores escavações. O tamanho das ditas tábuas, escritas provavelmente à mão e que se conservam actualmente no Museu Britânico, era de uns 244x162 mm. O seu conteúdo, decifrado com uma grande probabilidade de exactidão, cada dia mais segura, revela documentos, tais como contratos, contas, etc., grande número de obras literárias sobre história, astronomia, ciências naturais, medicina, magia e outras especialidades. Aquele rei, tão valente guerreiro como amante das letras, traduziu os principais tesouros das literaturas assíria, babilónica e pré-babilónica, guardando-os devidamente classificados.

Em Alexandria, segundo dados da moderna investigação histórica, Tolomeu I, filho de Lago (governador desde 323 e rei desde 304 a 285), foi quem, ajudado por Demétrio de Falera, tomou a iniciativa e fez os trabalhos preparatórios, planos, etc., do grandioso estabelecimento de cultura que se denominou *Museion*, e de que uma das dependências era a biblioteca; mas a seu filho Tolomeu II, chamado Filadelfo (309-247 a.C.) cabe a glória de ter realizado o projecto edificando o *Museion*, habilitando o local para biblioteca, activando a compra de textos e volumes e dando-lhes uma completa organização. A biblioteca estava situada ao fundo do último pátio do *Museion*: tinha muitas e espaçosas salas e habitações para os amanuenses e para os artistas a cujo cargo estava a preparação dos códices, a formação dos rolos, o dourado e tudo o que diz respeito à encadernação.

Para o conhecimento do trabalho dos bibliotecários que estiveram à frente da biblioteca durante o reinado de Tolomeu Filadelfo, a recente descoberta de Osann, da célebre anotação de Tzetze, comentarista de Aristófanes, é de grande importância. Através dele sabemos que Alexandre de Etolia, Licóforo e Zenodoto foram os que ordenaram as produções do teatro grego e os cantos de Homero, encarregando-se o primeiro especialmente das tragédias, o segundo das comédias e o terceiro dos poemas de Homero e demais poetas. Tomaram parte activa na classificação e catalogação daqueles tesouros literários Calímaco de Cirene e Aristófanes de Bizâncio, o primeiro dos quais com a sua gigantesca obra chamada *Pinakes*, composta de 120 livros, coroou os esforços da sua actividade de bibliotecário, classificando por ordem de matérias e catalogando toda aquela série de obras da seguinte forma, segundo Wachsmut: primeiro escrevia no *syllgibos* (tira de pergaminho presa ao exterior de cada rolo) o nome do autor, e se este era duvidoso o de outro autor a quem pudesse ser atribuída a obra; punha depois o título ou títulos das obras e chegava até a fazer constar o número de linhas da obra; mais tarde, incansável na sua actividade pictográfica, juntando a cada um dos nomes uma biografia. “Com estes trabalhos, disse Kcehler, Calímaco conseguiu a coroa de glória que lhe haviam de outorgar as futuras idades como criador e fundador da história da literatura e da ciência bibliotecária”.

Segundo Paulo Orósio, a destruição da célebre biblioteca ocorreu do seguinte modo: depois de conquistada a cidade pelos soldados de Omar às ordens de Amrú, o gramático Juan pediu a este que lhe cedesse a biblioteca. Amrú levou a petição a Omar, que respondeu: “ Se esses escritos estão conformes com o Corão, são inúteis, e se ocorre o

contrário, não se devem tolerar”. De acordo com este dilema os papiros da biblioteca foram distribuídos entre os 4.000 banhos de Alexandria e serviram para aquecer a água durante seis meses.

Em Pérgamo, a proibição de exportar o papiro do Egito ordenada por Tolomeu com o fim de fazer fracassar o plano de Eumenes o Atalo, rei de Pérgamo (197-159 a.C.) que procurava formar uma biblioteca superior à de Alexandria, fez com que o dito rei de Pérgamo tivesse que recorrer a outro meio para realizar o seu pensamento, que foi empregar como material de escrita peles de animais preparadas, a que se deu o nome de pergaminos, e assim, se pôde constituir uma biblioteca que constava de 200.000 volumes quando por ordem de António foi transportada para Alexandria. Foi bibliotecário dela, segundo afirma Suidas, o poeta e gramático Euforíon de Calcis, por imposição de Antíoco o Ilustre (Enciclopedia universal ilustrada Europeo-americana, 1994).

II.2.2 As Bibliotecas em Portugal

O conceito de “leitura pública” aplicava-se às leituras colectivas feitas em voz alta, expressão comum a vários países, entre os quais Portugal, para designar as prelecções feitas nas bibliotecas populares. Esta expressão cai em desuso, com o declínio desta forma de animação de leitura, só vindo a reaparecer com a I Grande Guerra. Este conceito foi sendo adoptado com o sentido hoje atribuído, a leitura feita nas bibliotecas públicas. Em finais do séc. XVIII, os principais espaços de leitura definem ainda um público leitor bastante restrito. Em primeiro lugar, estavam as bibliotecas religiosas, pertença dos conventos, bispados e seminários; em segundo lugar, destacavam-se pela sua importância as bibliotecas das instituições, tal como a da Universidade de Coimbra e a da Academia Real das Ciências. Em Lisboa, existia a Biblioteca da Ajuda, mas bibliotecas públicas eram apenas consideradas as dos conventos de S. Francisco e S. Domingos da Cidade, das Necessidades e a Real Biblioteca Pública da Corte, designada a partir de 1836 por Biblioteca Nacional². Em 1811 abriu em Évora uma importante biblioteca, por iniciativa do bispo D. Frei Manuel do Cenáculo. Após a Revolução Liberal de 1820, surgiram várias associações cívicas, nomeadamente em Lisboa e Porto, que para além dos objectivos

² REBELO, Carlos Alberto (2002) - *A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares, 1870-1910*. 1ª ed., Campo das Letras. Porto. p. 84.

políticos, também consideraram a difusão da leitura. O liberalismo veio trazer uma maior abertura de espírito uma vez que antes da instituição da liberdade de imprensa, o acesso aos livros era bastante condicionado. Com efeito, a primeira biblioteca que surge com o advento do liberalismo é a Real Biblioteca Pública da cidade do Porto, instituída por decreto de 9 de Junho de 1833. Não foi apenas nas capitais de distrito que se tentaram organizar espaços de leitura pública. Aproveitando a extinção das ordens religiosas, outros municípios de menor dimensão procuraram implantar pequenas bibliotecas municipais; é o caso da Câmara de Vila Franca de Xira, que obteve em 1834, a concessão da livraria do extinto convento de Santo António, no entanto, o decreto foi revogado uma vez que em 1839, a livraria se encontrava ao abandono, talvez devido ao facto de a Câmara não ter chegado a tomar posse dos livros.

A partir do início da segunda metade do séc. XIX verifica-se uma evolução que reflecte uma mudança de perspectiva no que respeita às potencialidades educativas das bibliotecas públicas. Inicialmente, eram encaradas apenas no plano de formação pessoal, ou seja, como um instrumento privilegiado de acesso das camadas populares à cultura das classes privilegiadas, atitude que era partilhada pela burguesia liberal. Ao fornecer conhecimentos no campo das artes e das técnicas melhora-se o saber fazer e as qualidades produtivas das classes operárias.

O aparecimento de bibliotecas populares surge em resultado da necessidade de proporcionar às classes populares o acesso à cultura impressa, sobretudo ao livro didáctico e formativo. Assim, a biblioteca popular, uma biblioteca pública a todos, era no entanto destinada às classes mais humildes, tendo por isso uma função moralizadora. A primeira referência que se encontra a “bibliotecas populares” em Portugal deve-se a Henriques Nogueira, em 1851 nos *Estudos Sobre a Reforma em Portugal*³.

Em 1870 com a Lei de 2 de Agosto, pretende-se criar uma biblioteca em cada sede de concelho. Por ser muito ambiciosa nos seus objectivos, os resultados ficaram muito aquém do esperado: através de Inquérito de 1875, verifica-se que apenas existiam bibliotecas populares em 6 dos 12 distritos analisados. Da análise de 988 escolas, que

³ REBELO, Carlos Alberto (2002) - *A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares, 1870-1910*. 1ª ed., Campo das Letras. Porto. p. 106.

correspondiam ao mesmo número de localidades, apenas foram detectadas 8 bibliotecas populares, quase todas a funcionar em instalações escolares.

Este tipo de bibliotecas teve como destinatário aglomerados populacionais importantes, onde se pensava existir um número significativo de potenciais leitores. Assim, as mais esquecidas acabaram por ser as pequenas povoações rurais, geralmente com difíceis acessos e onde o contacto com o livro e a leitura, eram ainda mais necessários.

A organização e funcionamento das bibliotecas populares, foi desde logo um problema, começando na dotação da verba necessária a assegurar a manutenção das instituições e o pagamento dos funcionários, muito embora existisse legislação específica: Portaria de 20 de Janeiro de 1871⁴. Se as bibliotecas funcionavam nas escolas existiam dois tipos de soluções: ou funcionavam durante o período de aulas, o que obrigava o professor a interromper para atender os leitores, ou funcionava em horário pós-lectivo, nesse caso o professor que a administrava tinha uma remuneração acessória. Nas Câmaras a situação era semelhante. Assim, tornou-se necessário que estas bibliotecas estivessem abertas ao final da tarde e à noite, gratificando-se, por conseguinte os funcionários. A leitura domiciliária, encarada com algum receio pelos responsáveis das instituições, acabava por fornecer o maior contingente de leitores em várias bibliotecas. Para além das obras que desapareciam, existia também a insatisfação pelo facto de alguns leitores conservarem as obras durante largos meses na sua posse, sendo o período de empréstimo limitado a oito dias. A função de bibliotecário era muitas vezes desempenhada pelo professor primário da localidade, ou noutros casos por alguns professores de liceu e mesmo funcionários públicos.

Em relação aos fundos bibliográficos e à sua actualização, pode dizer-se que foi sobretudo a generosidade privada que assegurou a sua manutenção, mesmo tratando-se de bibliotecas municipais, apesar de alguns contributos do Estado. Os fundos das primeiras bibliotecas populares estavam completamente desajustados dos interesses e das necessidades da maior parte dos leitores. Este desfasamento não desaparece com o tempo. No final do século XIX o progresso científico e material vêm alterar o quadro das relações sociais e o sistema de transmissão de conhecimentos, agravando a crise destas instituições.

⁴ REBELO, Carlos Alberto (2002) - *A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares, 1870-1910*. 1ª ed., Campo das Letras. Porto. p. 145.

Com escassos recursos, equipamentos medíocres, horários reduzidos e responsáveis nem sempre preparados, as bibliotecas populares mostram-se ainda mais inadaptadas às novas necessidades e às realidades da educação de massas.

A reflexão crítica sobre o papel intelectual e social das bibliotecas vem acentuar a necessidade de criar uma instituição original, capaz de estabelecer uma síntese entre a biblioteca tradicional e a biblioteca popular. Acolhendo todos os públicos, ela colocaria à disposição o livro de que cada um tinha necessidade, seja de formação, de estudo ou apenas recreativo. Este papel vinha já a ser desempenhado nas últimas décadas do século XIX pelas bibliotecas municipais. A expressão biblioteca popular cai em desuso e muitas delas perdem a sua designação original, passando a ser conhecidas por bibliotecas municipais. A tomada de consciência de que a conservação dos livros não era um fim em si mesmo, levou a que verdadeira função de uma biblioteca deve ser fazer circular os livros, ou seja, torná-los acessíveis onde quer que o leitor se encontre; esta ideia levou à criação no final do século XIX, das bibliotecas móveis: se o leitor não se podia deslocar à procura do livro, o livro ia à procura do leitor.

Em Portugal no final dos anos 80 do século XIX, as bibliotecas populares entram em crise. O termo esvazia-se de sentido e as poucas que nascem, passam a designar-se no final do século XIX e durante a primeira década do século XX, apenas por Bibliotecas Municipais.

III.2.2.1 A Rede de Leitura Pública

“A biblioteca pública é o centro local de informação, que torna prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.”

In Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas

Em 1986 foi criado um grupo de trabalho, pela Secretaria de Estado da Cultura, com a finalidade de definir as bases de uma política nacional de leitura pública, que assentaria “fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas” que, a nível central e local pudessem ser apoiadas (Despacho nº23/86).

Através do Instituto Português do Livro e da Leitura, desde 1987 foi desenvolvido e aplicado um plano de leitura pública, através do apoio à criação de bibliotecas públicas municipais. Em 1992, deu-se a fusão com a Biblioteca Nacional dando origem ao IBL- Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, mas os trabalhos continuaram. Este projecto consistia na criação de uma rede de bibliotecas de leitura pública, tendo por base o concelho que integra uma Biblioteca Municipal localizada na sede do mesmo, com uma localização central e Anexos em locais diferentes do concelho, de acordo com a distribuição da população.

Mais tarde, em 1996, foi apresentado um *Relatório sobre Bibliotecas Públicas em Portugal* (MOURA, 1996) onde se faz uma reflexão sobre o contexto actual, tanto a nível nacional com internacional, por um Grupo de Trabalho nomeado para o efeito. São propostas novas linhas de acção para o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Públicas a desenvolver pelo então criado Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB).

Assim, as bibliotecas apoiadas através deste projecto devem organizar os seus fundos documentais de forma pluralista e actualizada cobrindo todas as áreas do saber, utilizando um sistema que permita identificar, seleccionar e aceder de forma integrada; as suas colecções devem estar apresentadas de forma lógica e atractiva; o utilizador deve poder aceder à biblioteca de formas variadas: através da rede de telecomunicações, a partir do emprego, da escola ou mesmo de casa. Devem também estar disponíveis equipamentos informáticos e electrónicos, que permitam o acesso a fontes de informação remota. Por último, o quadro de pessoal deve satisfazer um determinado conjunto de requisitos (em número e em especialização) para um bom funcionamento da biblioteca (Anexo I).

São definidos, assim, três programas-tipo de biblioteca:

B.M.1: concelhos com população inferior a 20 000 habitantes;

B.M.2: concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes;

B.M.3: concelhos com população superior a 50 000 habitantes.

O programa baseia-se na criação de parcerias — entre o IPLB e os Municípios — que possibilitem a instalação e modernização das bibliotecas públicas enquanto equipamentos culturais, propriedade dos municípios: com secções diferenciadas para adultos e crianças e também espaços polivalentes para actividades de animação, colóquios, exposições, etc.

Estes tipos de biblioteca, constituem o ponto de partida para o desenvolvimento dos projectos a apoiar pelo IPLB, tendo em conta a população de cada concelho. No entanto, outros condicionalismos, tais como, a dispersão populacional, razões escolares ou laborais poderão ditar o dimensionamento da biblioteca. Os quadros de pessoal de cada um dos Programas Tipo serão adaptadas a cada situação concreta, tendo em conta a população residente na sede do concelho e núcleos urbanos adjacentes (com a possibilidade de criação de Anexos e de Biblioteca Itinerante).

Os processos de candidatura têm tido periodicidade anual e são abertos a todos os Municípios ainda não seleccionados em anos anteriores. O IPLB concede apoio técnico e financeiro à criação de bibliotecas públicas em todos os concelhos do país. Dos 308 concelhos existentes em Portugal, 260 integram já a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Até 31/01/2006, foram inauguradas 143 bibliotecas e as restantes 117 bibliotecas encontram-se em diferentes fases de instalação.

Os processos de candidatura de Municípios das Regiões Autónomas iniciaram-se em 2003. (www.iplb.pt)

II.3 A Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia

Através de uma breve síntese histórica, apresentam-se aspectos relacionados com a sua mais remota origem, desde as infra-estruturas, a toda a documentação envolvente, que fazem desta instituição o que ela é e representa, e cuja existência é fundamental para o desenvolvimento cultural deste concelho.

II.3.1 Criação e período de funcionamento até 1997

II.3.1.1 Uma resenha histórica

Foram necessários cerca de 75 anos para a Biblioteca Municipal de Gaia possuir instalação própria e de raiz. Neste longo caminho foi acompanhada de uma outra instituição, não menos importante, o Museu Municipal Azuaga⁵. Os seus primórdios remontam ao início do século XIX, coincidindo com as necessidades prementes que se

impunham a determinada sociedade gaiense, preocupada com a cultura e desenvolvimento intelectual da sua comunidade. A tentativa de se evidenciar, e de certa forma impor aos interesses que lhe eram ditados pela grande cidade vizinha - o Porto - servindo o Douro apenas como linha de separação – servia de justificação à procura de uma individualidade que ia aos poucos sendo conquistada e alcançada nas mais variadas vertentes - económicas, sociais e culturais. Assim, as origens desta biblioteca apontam para o ano de 1904, aquando da doação da colecção de Marciano de Azuaga à Câmara Municipal de Gaia, com o pedido de *“que as conserve para todo o sempre, reunidas e resguardadas, mas constantemente acessíveis ao público que deseje instruir-se com o exame das espécimens que ellas encerram”*.⁶

Marciano de Azuaga era um grande coleccionador e, durante mais de 30 anos, dedicou-se à recolha de peças de grande valor, raridade e riqueza cultural; assim, colecionou peças não só arqueológicas, mas também etnográficas, de zoologia, cerâmica, artes industriais, armamento, oriundas das mais variadas terras do mundo. Homem de uma simplicidade única, despido de vaidade, tinha apenas como grande interesse da sua vida, aumentar as recolhas, de forma a enriquecer esta colecção, com a finalidade de a mostrar aos outros, proporcionando-lhes um meio de os fazer reviver e interessar pela cultura e vida dos nossos antepassados e do mundo, tentando compreendê-los, seguindo os seus traços e rastros deixados. O cargo de Chefe da Estação dos Caminhos de Ferro das Devesas, em Gaia, facilitava-lhe o contacto e até o possível intercâmbio das peças achadas e colecionadas, assim como a sua recepção através do caminho de ferro.

A Câmara sentiu-se muito honrada com este legado e preocupou-se de imediato em criar um Museu com o nome do doador. O Vereador, Dr. Osório Gondim, propôs que *“para maior realce da oferta e recordação d’ella se crie uma bibliotheca pública, anexa ao muzeu, embora modesta, até que os recursos camarários a pudessem desenvolver paulatinamente e põe em evidência as vantagens d’essa bibliotheca que poderá servir de incentivo para futuras ofertas.”*⁷ Este propósito já tinha sido anteriormente iniciado, pela

⁵ A mais antiga informação sobre a existência do respectivo Museu encontra-se na *“Descrição topográfica, e histórica de Vila Nova de Gaia”*, de António Manuel de Azevedo, ed. 1881, p.433.

⁶ *Ofício de doação da colecção Marciano Azuaga dirigido à Câmara Municipal em 24 de Fevereiro de 1904 - Cf. Actas da Câmara Municipal de Gaia de 25 de Fevereiro de 1904, p. 129v – 131.*

⁷ *Cf. Acta da Câmara Municipal de Gaia de 25 de Fevereiro de 1904, p. 130v.*

Junta da Paróquia da Vila, animada de fundar ela própria uma biblioteca pública, chegando mesmo a reunir cerca de mil volumes; no entanto, a Junta foi forçada a fechar e desistir do seu propósito, em consequência das restrições impostas às atribuições das Juntas das Paróquias por diversos códigos administrativos. A instalação para a guarda e exposição desta colecção, foi prioritariamente solucionada pelo então Presidente da Câmara, Joaquim de Magalhães, em Março do referido ano, informando que em conformidade com o que se havia resolvido “*procurará edificio apropriado para n’elle se installar o novo Muzeu Azuaga, tendo encontrado uma casa nas devidas condições na Rua da Fervença, próxima à de General Torres e pertencente ao Sr. Guedes d’Amorim, o qual a cede pela renda annual de 100:000 réis. Resolve-se arrendar por essa quantia a casa indicada.*”⁸ Como na altura a casa não oferecia condições para nela se efectuar a Sessão Solene da inauguração do Museu, solicitou-se à Direcção do *Clube de Villa Nova de Gaya*⁹ a cedência do seu salão para aquele acto, e que se nomeasse uma Comissão incumbida dos trabalhos da inauguração¹⁰.

A inauguração oficial teve lugar a 22 de Maio de 1904, com a presença de personalidades de Vila de Gaia e da cidade do Porto, tendo lugar no salão nobre do já referido Clube e sendo honrada com a oferta do senhor Augusto Almeida da Costa, “*d’um busto do grande historiador Alexandre Herculano, para a Biblioteca anexa ao Museu a qual conta presentemente cerca de duzentas obras.*”¹¹ O intento de continuar o trabalho de Azuaga foi desde logo sugerido por Bento Carqueja, da Câmara do Porto, propondo concurso para que fossem aumentadas as suas colecções; na mesma sessão de Câmara foi acordado o horário de abertura ao público, ficando assente estar aberto aos Domingos, Terças e Quintas das 10h. às 4h. da tarde, de Abril a Setembro, e das 10h. às 3h da tarde, de Outubro a Março.

⁸ Cf. *Acta da Câmara Municipal de Gaia de 10 de Março de 1904*, p. 133.

⁹ *Clube de Espectáculos, conhecido como “Os Cartolas”, sito na R. Cândido dos Reis, n.º 160.*

¹⁰ *Comissão composta pelo Presidente da C.M.G., Dr. Florido Toscano, José Ferreira e Mariani Pinto. - Cf. Acta da C.M.G. de 28 de Abril de 1904*, p. 142v-143.

¹¹ Cf. *Acta da C.M.G. de 26 de Maio de 1904*, p. 147. *O Clube de Vila Nova de Gaia possuía a Biblioteca Alexandre Herculano, datada de 1880, oferecendo, por isso, em ocasiões festivas um busto do historiador, como um acto representativo da mesma.*

Marciano de Azuaga ofereceu-se para auxiliar na instalação do Museu no respectivo edifício como entendido no assunto, e o Mestre Teixeira Lopes, seu sobrinho afim, comunicou a oferta da reprodução de todas as suas obras, acto este que veio enriquecer ainda mais, todo o espólio já existente. Em Junho do mesmo ano, o Presidente da Câmara propôs a criação do lugar de Guarda do Museu “*visto a média de frequência diária ser de 100 pessoas*”. Nesta altura tudo começava a tomar forma e a crescerem as esperanças anteriormente formuladas, não só para a criação de uma biblioteca que se apresentava aos cuidados de uma Câmara, ideia ainda numa fase embrionária, mas com o projecto do Museu a avançar, lutando-se por uma oportunidade. O acervo bibliográfico que constituía o pequeno património da Biblioteca Popular - anexa ao dito Museu – seria o núcleo inicial do fundo documental da futura Biblioteca Municipal. Este conjunto de livros, códices e manuscritos foi paulatinamente aumentado com as variadas ofertas de particulares e não só.

Com o decorrer dos tempos, o Museu Municipal Azuaga deixou de dispor de condições suficientes de funcionamento não só para albergar as suas colecções, que se iam avolumando, dado o carácter altruísta dos ofertantes interessados em corresponder aos apelos iniciados pela administração camarária, mas também por se verificar a desorganização do material e a má distribuição e divisão das salas expositoras. No entanto, a Câmara envidou esforços no sentido de solucionar da melhor forma o problema - “*adquiriu-se terreno para edificio próprio e estuda-se-lhe o projecto architectonico; assim não se desinteressando a administração municipal, dentro de curtos annos a installação corresponderá ao alto fim educativo do estabelecimento scientifico.*”¹²

Por volta do ano de 1920, a Câmara Municipal mostrava interesse e propósito em adquirir um terreno que confinava pelo norte, sul, e poente, frente à Avenida da República, com edificações pertencentes aos Paços do Concelho. Tornava-se imperioso proceder à sua expropriação urgente para utilidade pública, ou seja, para a construção de um edifício destinado aos Museus Municipais, de Azuaga e o de Numismática e Biblioteca anexa. O assunto começou por ser tratado em 1927, com o proprietário, o senhor Manuel Rodrigues dos Santos Costa, mas só viria a ser definitivamente solucionado em 27 de Setembro de 1929. A aquisição do terreno em questão faria apressar (Fevereiro de 1928), a apresentação

¹² FORTES, José - *Museu Municipal Azuaga, in Mea Villa de Gaya, 1909, p. 91.*

em sessão de Câmara do primeiro projecto (datado de 1927) para a construção do referido edifício, pela mão do capitão engenheiro José de Oliveira Pombeiro, Fig.II.1.

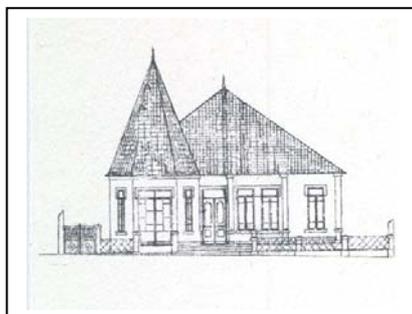


Fig.II.1 – Primeiro projecto da Biblioteca Municipal de Gaia¹³.

A sua localização era considerada excepcional, não só pela sua posição central, mas também pela serventia de transportes que abundavam na mesma avenida, garantindo assim, de futuro, uma frequência certa neste tipo de institutos públicos. A sua aprovação em 19 de Março de 1928, no Diário do Governo, viria a dar um novo ânimo à já apagada vida pública em que se encontravam estas instituições. Mas foi sol de pouca dura, porque outras necessidades se impunham sendo este problema relegado para segundo plano. Assim, o Museu Municipal Azuaga era definitivamente encerrado ao público, em 1933, com o argumento das suas instalações serem consideradas extremamente deficientes, e não haver viabilidade de as conseguir melhorar naquele acanhado ambiente. Entretanto, todas as colecções existentes foram devidamente arrumadas, catalogadas e transportadas para as arrecadações dos Paços do Concelho, onde ficaram guardadas até 1976; as colecções de numismática e de livros, ficaram patentes aos visitantes numa das dependências da Câmara até 1940. Mais precisamente, mantiveram-se desde 28 de Maio de 1935, abertos à consulta pública, cerca de 8.000 volumes. Porém, em breve a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia mudou o interesse museológico, trocando as promessas de instalações condignas para as colecções de Marciano de Azuaga pela compra efectiva da casa e do recheio ao escultor

¹³ MOREIRA, Alberto Luís . – *A Biblioteca Pública de V.N. de Gaia: memória e renovação.* – Gaia: Câmara Municipal de V.N. de Gaia, 1996, p. 6

Teixeira Lopes, adquirida por escritura de doação em 18 de Março de 1933, transformando-se, assim, em Casa-Museu.¹⁴

Por resolução de Câmara, tomada em sessão de 28 de Dezembro de 1933, foi criada a Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia. Aproveitando as comemorações do centenário da criação do Município de Gaia, é na sobredita sessão, que o senhor Padre Moreira de Sousa, figura de elevado apreço na sociedade gaiense de então, e um grande impulsionador e incentivador da promoção cultural da população da Vila de Gaia, propõe a sua criação, dada as necessidades de uma terra que precisa de Cultura e Saber. Para isso, nada melhor do que uma biblioteca que permita a todos, aceder aos livros, que são o testemunho da nossa vida e do nosso pensamento. Informava então, que a mesma já tinha sido agraciada com uma oferta de cerca de dez mil exemplares, e que constituiriam o núcleo inicial da biblioteca. Propõe, também, a consequente organização do Museu Azuaga, e que se proceda aos estudos e trabalhos necessários para a próxima construção de um edifício próprio, onde os mesmos possam ser convenientemente instalados. Aproveitou a ocasião para propor também, a criação do lugar de Director dos Museus Municipais e Biblioteca Pública de Gaia, e que o mesmo fosse provido pelo arqueólogo e publicista, senhor Armando Manuel de Lemos de Matos, *que considera homem competente, cuja acção é de realçar no arrumo e aproveitamento de tantos valores preciosos como digno dos maiores elogios.*¹⁵ Em 26 de Maio do ano seguinte, é solenemente lançada a primeira pedra para a construção do respectivo edifício, por ocasião das festas do 1.º Centenário do Concelho. Como prova disso foi lavrado o Auto de Assentamento, o qual é considerado dos documentos mais importantes na história da Biblioteca de Gaia

| Doc. Auto de Assentamento |

Auto de assentamento da primeira pedra para o edifício do Museu Municipal e Biblioteca Pública de Gaia¹⁶

¹⁴ GUIMARÃES, Gonçalves - *Roteiro arqueológico*, 1993. Cf. *Acta da C.M.G. de 11 de Agosto de 1932*.

¹⁵ Cf. *Acta da C.M.G. n.º 24 de 28 de Dez. de 1933*, p. 19v.

¹⁶ *Transcrição do documento original, n.º 338 - Casa Municipal da Cultura/Solar Condes de Resende*.

Aos vinte e seis dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e quatro, vigéssimo quarto ano da implantação da República, nesta Vila Nova de Gaia e terreno municipal à Avenida da República, pelas dezoito e meia horas, compareceram os Excelentísimos Senhores José da Fonseca Menéres, José Joaquim Correia Ribeiro, Reverendo Joaquim Moreira de Sousa, Joaquim Pereira de Lima, Joaquim Dias dos Santos, Rodrigo Augusto de Carvalho e Doutor Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão, respectivamente, Presidente, Vice-presidente, Secretário e Vogaes da Comissão Administrativa da Câmara Municipal dêste Concelho e outras pessoas.

Assumindo a presidencia o Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Administrativa, secretariado pelo senhor Reverendo Joaquim Moreira de Sousa e Doutor Vasco Mourão, e aberta a sessão pelo senhor Presidente foi declarado que esta sessão tinha por fim proceder-se ao assentamento da primeira pedra para a construção do edificio destinado à instalação do Muzeu Municipal e Biblioteca Pública de Gaia, que era um dos numeros do programa da comemoração do Centenário do Restabelecimento do Municipio de Gaia.

Fizeram uso da palavra a convite do Senhor Presidente, o Reverendo Moreira de Sousa e Armando Manoel de Lemos de Matos, Director dos Muzeus Municipaes e Biblioteca Pública que se referiram ao acto.

Em seguida o Senhor Presidente convidou o Reverendo Moreira de Sousa a proceder ao acto de assentamento da primeira pedra, na qual ficaram encerradas as moedas correntes nesta época, sendo duas de prata, duas de cupro-níquel e três de bronze, respectivamente de dez escudos, cinco escudos, dois escudos e cincoenta centavos, um escudo, cincoenta centavos, vinte centavos, dez centavos e cinco centavos e um exemplar deste auto, o qual vai ser assinado pela respectiva Comissão Administrativa e mais pessoas presentes a este acto, depois dêste auto ser lido perante todos em voz alta, por mim,

*Alcino Júlio Ferreira Santos
Chefe da Secretaria da Camara
o subscrevi e assino*

O Presidente da Comissão Administrativa,

José da Fonseca Menéres

O Vice-presidente,

(Não assinou)

Os Vogaes,

R. Joaquim Moreira da Costa

Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão

Joaquim Pereira de Lima

Joaquim Dias dos Santos

Rodrigo Augusto de Carvalho

Armando de Mattos

-----* |Grijó|

Arménio de Oliveira

|Pelo auto|-----* de V. Nova de Gaia

|Silveira A./ Barbosa de Magalhães

* Ilegível

Embora sem grandes condições, o trabalho de reorganização dos respectivos estabelecimentos culturais ficaram a cargo do seu Director, Armando de Matos. Zeloso pelos interesses destas instituições camarárias, sobretudo em construir algo que ainda pouco ou nada se via em funcionamento total, foi prioritário inventariar todas as colecções existentes. No caso do Museu Municipal Azuaga, cuja colecção inicial existia inventariada¹⁷, foi sendo aumentada continuamente e manteve-se guardada nos Paços do Concelho. Quanto aos livros, começaram por ser registados no primeiro Livro de Registos, lavrado e assinado em Março de 1934, constando o grupo inicial da antiga biblioteca anexa ao museu e hoje Biblioteca Pública.

As ofertas de livros eram constantes e em abundância, e mesmo assim, Armando de Matos solicitava mais doações, que provinham de variadas instituições e entidades, enriquecendo de maneira sublime o seu espólio, chegando também a propor ao Inspector

¹⁷ *Inventário de 1904, existente na Câmara Municipal de Gaia.*

Geral das Bibliotecas e Arquivos e ao Secretário do Ministério da Educação, Eusébio Tamagnini, no sentido de que a Biblioteca Pública de Gaia beneficiasse de Depósito Legal, invocando que o mesmo concelho era considerado o terceiro Município de Portugal, e o terceiro mais populoso do país. Em relação à secção de numismática, também esta anexa ao Museu Municipal Azuaga, procedeu à sua instalação provisória numa sala da biblioteca, em armários que albergam as colecções de moedas (cerca de duas mil e quinhentas) e de medalhas, (pouco mais de uma dezena) transformando-o em Museu Municipal de Numismática em Agosto de 1934.

Armando de Matos, seguindo a trajectória que havia sido ditada pela Câmara em impulsionar a divulgação da cultura em Gaia, começou por editar um boletim municipal, intitulado *Terras de Gaia*, publicação que não surtiu o efeito pretendido, não perdurando a sua edição por muito tempo. Ainda em 1934 propôs uma outra hipótese, as Lições Populares de Divulgação Cultural, com o patrocínio da Câmara. Pretendia-se, assim, formular convites a personalidades ligadas à arte, história ou cultura geral, que efectuassem palestras com um fim essencialmente didáctico. Estas palestras tinham lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, tendo-se iniciado em 4 de Março do mesmo ano. Muito afamadas e com grandes audiências, foram acolhidas com vivo interesse pela população de Gaia, perspectivando um futuro promissor e contínuo.

A permanência da Biblioteca Pública nos Paços do Concelho seria curta, dadas as necessidades de espaço que se verificaram com o avolumar dos livros e do seu público. A intenção, embora frustrada, de se construir um edifício próprio de raiz, manteve-se acesa. Mas, ou por questões orçamentais, ou por situações urgentes, o capital era utilizado para outros destinos, considerados de maior prioridade - vivia-se num impasse que parecia interminável.

Ainda em 1934, é oferecido à Câmara um anteprojecto de um edifício destinado a esse fim, executado pelo escritório técnico A.R.S., do Porto, Fig.II.2. Aproveitando as Comemorações do Centenário do Município, seria uma boa altura, como já foi referido, proceder ao acto de assentamento da primeira pedra do edifício em causa. Porém, a Câmara achou por bem não se pronunciar sobre tal assunto, sem antes ouvir a opinião de técnicos especializados, para melhor orientação e fim para que o citado edifício se destinava, propondo assim a nomeação de uma Comissão composta pelas seguintes individualidades: o Presidente da Secção do Norte da Academia de Belas Artes; o Vogal

correspondente do Conselho Superior de Belas Artes e Arqueologia em Gaia; um Delegado da Associação de Arquitectos do Porto; um Delegado da Associação de Engenheiros Civis do Norte de Portugal; e como membros natos, o Presidente da Câmara; o Vereador do Pelouro da Instrução e o Director dos Museus e Biblioteca Pública de Gaia.¹⁸

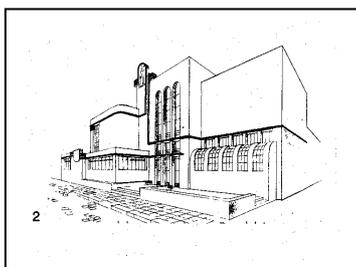


Fig.II.2 – Anteprojecto da Biblioteca Municipal de Gaia¹⁹.

Impunha-se, antes de tudo, ao município, conseguir por todos os meios legais, as receitas de que carecia para fazer face às várias obras de Assistência Social e Cultural em que estava empenhado, procurando desta forma o lançamento de uma percentagem de 3% sobre os juros e rendimentos - imposto sobre aplicação de capitais - e cujo produto seria aplicado na construção do referido edifício.²⁰ Esta decisão foi naturalmente contraposta pela Associação Comercial e Industrial de Gaia, reclamando a sua suspensão, mas a decisão da Câmara foi inalterável, justificando e salientando esta atitude pelo alcance social que uma biblioteca pode ter, de servir de incentivo à leitura, sendo este imposto após a obra concluída, automaticamente abolido. Também existe a informação da venda de um terreno baldio, em Serzedo, pedindo autorização ministerial para a sua venda em hasta pública, resolvendo a comissão que o produto da mesma fosse destinado à construção do edifício do museu e biblioteca.²¹ Tratavam-se de medidas para continuar a Resolução de 1933, cujos orçamentos até aí estipulados e dispostos para esse fim teriam outros destinos, que como já se disse, um deles foi a aquisição da Casa-Museu Teixeira Lopes.

¹⁸ Cf. Acta n.º 42 da C.M.G. de 17 de Maio de 1934, p. 81v.

¹⁹ MOREIRA, Alberto Luís . – *A Biblioteca Pública de V.N. de Gaia: memória e renovação.* – Gaia: Câmara Municipal de V.N. de Gaia, 1996, p. 6.

²⁰ Cf. Acta n.º 9 da C.M.G. de 7 de Março de 1935, p. 18v. / n. 4 26/7/34, p. 116-116v.

²¹ Cf. Acta n.º 15 da C.M.G. de 18 de Outubro de 1934, p. 150.

Existiram ainda, mais dois projectos que foram entregues na Câmara de Gaia, respectivamente, de 1936 (Fig.II.3) e 1937 (Fig.II.4), ambos situados na Avenida da República e aprovados, mas que por razões semelhantes ao que primeiramente fora oferecido, também estes foram reprovados pelo Ministério das Obras Públicas dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por não satisfazerem arquitectonicamente. O primeiro projecto, com data provável de 1936, é de A.R.S. Arquitectos (Cunha Leão, Morais Soares, Fortunato Cabral) e o segundo de 1937, ao estilo da época, que pretendia ser uma continuidade em termos arquitectónicos da política desse período.



Fig.II.3 – Projecto da Biblioteca Municipal de Gaia²².

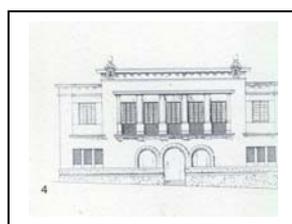


Fig.II.4 – Projecto da Biblioteca Municipal de Gaia²³.

Em 1 de Setembro de 1937, a reunião do Conselho Municipal delibera que a importância obtida para a construção da Biblioteca e Museu, criada em 14 de Junho de 1934, era de 178.837\$70. Embora tivesse havido a aprovação do projecto elaborado pela Direcção dos Serviços Técnicos e por parte do Conselho Municipal de Estética e Urbanização, o certo é que, apoiando-se já nos rendimentos futuros provenientes da aplicação da taxa para a construção da Biblioteca (calculados em cerca de 25.000\$00 por ano), apresenta-se a proposta de se dividir a execução da obra em duas empreitadas e que o

²² MOREIRA, Alberto Luís . – *A Biblioteca Pública de V.N. de Gaia: memória e renovação.* – Gaia: Câmara Municipal de V.N. de Gaia, 1996, p. 7.

²³ MOREIRA, Alberto Luís . – *A Biblioteca Pública de V.N. de Gaia: memória e renovação.* – Gaia: Câmara Municipal de V.N. de Gaia, 1996, p. 7.

orçamento para a primeira, seria de 234.325\$74,²⁴ verba esta muito superior ao capital em caixa que a Câmara dispunha, e que teria de ficar devedora durante alguns anos aos empreiteiros, o que não sendo boa política económica, propunha-se assim aguardar a acumulação de rendimentos até atingir a verba destinada ao pagamento integral da obra, para então se proceder à sua execução. Ainda nesta sessão, propõe o Padre Moreira de Sousa, a hipótese de recorrer a um pedido de subsídio por parte do Estado porque tinha conhecimento que havia participações com verbas especiais, para obras desta natureza. Não há conhecimento que tal fosse conseguido.

Em 16 de Julho de 1938, a Comissão Administrativa delibera que o terreno em causa, sito na Av. da República, não obedece aos requisitos necessários, como também deve ser reservado para um possível e provável prolongamento dos Paços do Concelho, considerando ser mais importante sob o ponto de vista social, construir bairros e casas económicas e a oportunidade de adquirir terrenos em condições mais vantajosas, utilizando e aplicando para isso, o fundo consignado ao edifício destinado à Biblioteca Municipal.²⁵ Aproveitam esta solução, para ser apresentada aquando da dupla Comemoração dos Centenários da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência de Portugal, a realizar em 1939-40.

Mas a política camarária não conseguiu contornar o problema, sobretudo em termos orçamentais e imposições do governo, porque desde 1935, que se levantou a hipótese de novas instalações para a Escola Industrial Passos Manuel, que se encontrava em acanhados aposentos, não só para albergar o número elevado de alunos, mas também porque era um edifício antigo e como tal não oferecia condições mínimas de funcionamento. A solução apresentada na altura, seria ceder ao Ministério do Comércio, a faixa de terreno anexa aos Paços do Concelho, para a referida escola, que até à data estava destinado ao museu e biblioteca. Ainda no mesmo ano, no mês de Julho, a Câmara acabaria por tratar da cedência à Administração Geral dos Correios e Telégrafos da referida faixa de terreno, que estava autorizada a ceder ao anterior Ministério. Esta cedência para os Correios constituiria mais um melhoramento, não só para os habitantes do centro da Vila de Gaia, como

²⁴ Cf. *Acta da C.M.G. de 19 de Agosto de 1937*, p. 162v-163.

²⁵ Cf. *Actas da C.M.G.*, n.º 28 de 16 de Julho de 1938, p. 79 e 18 de Julho de 1938.

também de grande utilidade para os serviços camarários.²⁶ É definitivamente solucionado o assunto, em 1939, adquirindo-se uma parcela com cerca de 988,10 m² de terreno para a referida Estação do Telégrafo-Postal. O problema da escola Passos Manuel, seria resolvido com o concurso por parte da Câmara, de um subsídio de cinquenta mil escudos para a compra do terreno pelo Estado.

Mais uma vez a biblioteca ficaria temporariamente sem terreno, com o propósito de se procurar instalações mais apropriadas. Cada vez se limitava mais as saídas para a construção do referido edifício, e no entanto, mantinham-se as condições deficientes de funcionamento em que se encontravam os serviços da Biblioteca e Museu de Numismática, nos Paços do Concelho.

O Director Armando de Matos, sabendo que na Casa-Museu Teixeira Lopes existiam dependências sem qualquer tipo de utilidade e ocupação, sugere à Câmara o seu possível aproveitamento de forma a poder instalar provisoriamente as referidas secções, propondo também a possibilidade de recolher as colecções de Marciano de Azuaga, fazendo lá o seu depósito - *No corpo do edificio constituído pelas ditas dependências, situado no lado sul do pateo de entrada da referida casa, encontram-se algumas salas em disposição e tamanho que podem servir para uma razoável instalação dos citados estabelecimentos de cultura. Pode obter-se uma sala de leitura, depósito para livros, gabinete de Direcção e ainda salão para o Museu Numismático. O acesso à Biblioteca ficaria independente do resto do edificio e o Museu de Numismática ficaria com serventia tanto pela biblioteca como pela chamada sala nova pois que ocuparia o mesmo nível da galeria daquela sala.*²⁷

A Câmara considera uma óptima forma para resolver o assunto, que de modo algum prejudicaria o natural desenvolvimento e expansão da Casa - Museu Teixeira Lopes. A sua concentração, resultaria numa melhor valorização do conjunto e maior aproveitamento e comodidade para os estudiosos, mas sem a fusão das mesmas, o que seria contrário, ao espirito que as criou. Resolução que foi tomada de carácter urgente, propondo-se as obras necessárias para a referida instalação.²⁸

²⁶ Cf. Acta da C.M.G., n.º 23 de 25 de Julho de 1935, p. 81.

²⁷ Correspondência entre o Director da Biblioteca e Museus e a Câmara de Gaia - Janeiro 1940.

²⁸ Cf. Acta da C.M.G. n.º 3, de 21 de Janeiro de 1940, p. 80-80v.

Sabe-se de uma hipótese remota, de se vir a instalar o Museu Municipal Azuaga no Mosteiro da Serra do Pilar, mas ficou apenas pela proposta.²⁹

A inauguração das secções da Biblioteca e Numismática, é efectuada em 2 de Dezembro de 1940, sendo aberta ao público todos os dias úteis desde as 11 h. às 17 horas mas, a partir de Janeiro do ano seguinte, passaria a estar aberta das 20 h. às 23 horas. Em Março de 1941, foi possível à Biblioteca estar aberta seguidamente das 11h. às 23 horas, constituída por dois turnos de seis horas cada um, sendo o primeiro das 11h. às 17 horas e o segundo das 17h. às 23 horas. Em 1941, havia a estimativa de cerca de 7.274 leitores/ano, o que demonstra para a altura, ser um número bastante satisfatório de visitantes.

Com a morte de Teixeira Lopes, em 21 de Junho 1942, os livros pertencentes à Municipal Casa - Museu, num total de 2.387 obras, são incorporados na Biblioteca,³⁰ acumulando cerca de 12.000 volumes. A sua permanência nas ditas instalações, conhecido também o facto de serem consideradas provisórias, com o decorrer dos tempos demonstraram-se exíguas e deficientes. Obrigava à reparação do material e sua limpeza periódica, assim sendo necessário o seu parcial encerramento (por períodos de quinze dias), para proceder aos trabalhos, constituindo estes procedimentos uma interrupção ao serviço dos utentes. Tratava-se, no entanto, de uma tarefa prioritária (limpeza e conservação), preocupação do bibliotecário encarregado de conservar o melhor possível os aposentos onde se encontrava a biblioteca e seu precioso recheio, que se impunha preservar. Era importante ter em conta o avolumar dos mesmos nas estantes, para não se verificar perigo de contaminação ou infestações, muito usual e característico neste tipo de casas antigas. Em 1948, a Biblioteca Municipal já dispunha de cerca de 16.000 volumes.

Nos finais da década de 50, a Câmara preocupou-se em adquirir a casa adjacente à Casa - Museu Teixeira Lopes , propriedade pertencente aos herdeiros da Sra. D. Maria Pinto de Macedo, com o intuito de dar a esse sacrário de arte e à Biblioteca, instalações com a capacidade e o brilho que elas requeriam e pela projecção que deveriam atingir³¹. Na

²⁹ Cf. *Acta do Conselho Municipal, de 13 de Novembro de 1940, p. 56v.*

³⁰ Cf. *Acta da C.M.G., n.º 43, de 12 de Novembro de 1942, p. 91v. - Livro de registo n.º 2 da Biblioteca Municipal de Gaia.*

³¹ Cf. *Acta da C.M.G., n.º 12, de 21 de Março de 1962.*

tabela II.1 apresentam-se alguns dados que revelam um aumento crescente, no quinquénio 1955-1959, dos leitores e obras consultadas na Biblioteca Pública de Gaia.

Designação	1955	1956	1957	1958	1959
N.º Total de Leitores	2.897	5.052	5.080	5.532	6.197
Obras Consultadas	3.207	6.100	5.762	6.606	8.239
N.º Alunos	4.164	11.406	10.432	9.900	10.897
Média Mensal de Leitores	242	421	423	461	516

Tab.II.1 – Mapa n.º 23 da Biblioteca Pública de Gaia (fonte³²).

Em 20 de Dezembro de 1968, embora já se providenciassem as obras de aumento das referidas instalações, o destino que se previa para a Biblioteca era o de sair da Casa - Museu, e procurar dar-se-lhe mais uma vez instalações condignas.³³

A Biblioteca encerra as suas funções em 30 de Setembro de 1970, porque o local onde se encontrava, já era insuficiente e tornava-se necessário proceder a obras de restauro, mesmo tendo em conta a já referida ampliação da Casa - Museu com a casa adjacente da família Macedo. O recheio é então transferido para uma das dependências de um prédio, sito na Rua Conselheiro Veloso da Cruz, n.º 749, onde até então funcionava o Gabinete de Urbanização. Assim, e tal como nos outros casos, as instalações eram provisórias, pois além do andar ser arrendado (ocupando os dois segundos pisos existentes no prédio), desde 31 de Janeiro de 1972 até 1978, tiveram que manter-se encerradas ao público por não haver condições de funcionamento, servindo apenas para depósito.

Entretanto em 1976, a Escola Primária da Rua Joaquim Nicolau de Almeida é adaptada, em duas salas, como instalações provisórias da Biblioteca Pública, funcionando como Hemeroteca, mantendo-se o resto guardado nas anteriores dependências.³⁴

II.3.1.2 As instalações definitivas (1979 até 1997)

³² Cf. Acta da C.M.G. de 15 de Fevereiro de 1960, p. 15v.

³³ Cf. Acta da C.M.G. de 29 de Agosto de 1969, p. 61v.

³⁴ Empreitada adjudicada a José Bernardo Moreira dos Santos, Orç.º n.º 153/75, Notif. n.º 207. - Arquivo Geral.

Parecia que as esperanças de edificar a Biblioteca Municipal e Museu Azuaga estariam quase perdidas, quando a Câmara começa os seus preparativos para levar a efeito o Plano de Urbanização da zona circundante do Liceu de Gaia, actual Escola Secundária Almeida Garrett. A ideia era adquirir terrenos para a construção de um núcleo escolar, na Rua Joaquim Nicolau de Almeida, local esse que viria em 1968 a possuir uma fracção com destino à Biblioteca e Museu.

Detentora de terreno, havia que preparar o projecto e, em reunião de Câmara de 31 de Janeiro de 1972 é deliberado *ordenar ao Sr. Arquitecto Lobato Guimarães para apresentar o projecto definitivo da Biblioteca (Fig.II.5) junto à Urbanização do Liceu*. O respectivo concurso para a sua construção, é aberto em 28 de Junho de 1974, sendo adjudicada a obra à firma Enobra - Construções S.A.R.L. As obras duraram cerca de cinco anos. Em 10 de Maio de 1979 teve lugar o *Auto de Posse Administrativa* entre a Câmara e a respectiva firma, muito embora, os trabalhos ainda não se encontrassem concluídos.

Com a falência da empresa Enobra, a Câmara viu-se obrigada a rescindir o contrato com a mesma, e a lançar novo concurso público para a sua conclusão. Viria a obra a ser efectuada pela Sociedade de Construções Aleluia, L.da., que veio iluminar o que há muito se sentia, ou seja, finalmente resplandecia a obra - Biblioteca e Museu - com casa própria. Embora não restassem dúvidas que o mesmo edifício se destinava às duas instituições, o Museu Municipal Azuaga continuava encaixotado e sem apresentação ao público, indo mais tarde para a Casa Municipal de Cultura / Solar Condes de Resende, em Canelas.

Em Março de 1979, é feita a transferência do espólio bibliográfico para o novo e actual edifício, sito na Rua de Angola, embora a biblioteca se mantivesse mais algum tempo encerrada até se efectuar a necessária reorganização.

Finalmente o tão esperado momento surge, em 28 de Dezembro de 1979, altura da sua inauguração, iniciando-se assim o funcionamento dos seus serviços.

A existência de um edifício construído de raiz somente para esse efeito, foi deveras emocionante, e o tão ansiado momento chegou finalmente, após mais de quarenta anos de espera. O Concelho de Gaia mereceu-a e a Biblioteca desde então nunca mais deixou de responder a todos os apelos e necessidades dos seus utentes.

De todo o fundo documental existente, deve destacar-se que grande parte é proveniente de doações e ofertas, sendo de realçar as do Comendador Sá Monteiro; do tenente-coronel Mário de Aragão (1959); do Sr. Luís António Pinto de Aguiar (1973); e do

Clube de Vila Nova de Gaia. Deste último, os livros pertencentes à sua Biblioteca (Alexandre Herculano), foram incorporados em 1976, com cerca de três mil volumes.

Por aquisição, a Câmara obtém a importantíssima Biblioteca particular do Sr. José da Silva Pereira, com mais de cinco mil volumes, pelo facto da maioria das obras ser de carácter monográfico.

A Biblioteca Municipal, com cerca de cem mil volumes, a preocupação constante de aumentar o seu fundo documental e a sua actualização, assim como o equipamento necessário ao seu funcionamento, com decorrer dos anos o edifício tornou-se exíguo para albergar livros e utilizadores.



Fig.II.5 – Fachada actual da Biblioteca Pública Municipal de Gaia.

Daí a necessidade de ampliar e renovar as suas instalações, iniciando-se assim em 1987, o projecto do Arq. Mamede de Sousa (Fig.II.5).

As tentativas por parte da Câmara, junto da Secretaria de Estado da Cultura, através do então designado Instituto Português do Livro e da Leitura, no sentido de comparticiparem financeiramente na execução do projecto. A resposta só foi obtida em

1992, pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, decidindo este apoiar o referido projecto, do qual faz parte um Auditório Municipal, com capacidade para quatrocentos pessoas, permitindo desta forma um avanço significativo em termos culturais.

As obras de ampliação tiveram início em Abril de 1996, no entanto a Biblioteca manteve-se desde Junho aberta ao público, em instalações provisórias. O seu funcionamento em pleno teve início em 1997.

II.4 Conclusão

A Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia constitui actualmente, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver junto da comunidade, um importante polo dinamizador, em a sua vertente cultural, educativa e lúdica a tornam um dos equipamentos culturais mais procurados não só no concelho mas na região.

Este foi um trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos, mas que culminaram nos grandes índices de frequência que actualmente apresenta.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA: PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DE 1997 ATÉ 2005

CAPÍTULO III

Caracterização e Avaliação da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia: período de funcionamento de 1997 até 2005

III.1 Recursos

Para que uma Biblioteca possa satisfazer os pedidos e necessidades do utilizador, precisa de reunir uma série de condições, tais como: recursos financeiros, recursos humanos, recursos técnicos, postos de serviço (instalações) e documentos actualizados e em número suficiente para os habitantes do concelho em que está inserida.

III.1.1 Dados Financeiros

Em relação aos dados financeiros, pode constatar-se que os anos 1997 e 1998 foram anos de grande investimento, este facto prende-se com as obras de remodelação da Biblioteca, com a aquisição tanto de documentos para os vários pólos de leitura e central; em 2001 há um novo aumento de investimento que se prende com a constituição de um novo fundo documental e equipamento para o novo pólo de Avintes inaugurado precisamente nesse ano.

De 2001 para 2002 verificamos uma diminuição considerável em termos de despesas, ou seja, menos investimento em termos de fundo documental (de 32 000 contos em 2001, para 9 600 contos em 2002), menos despesa com material de desgaste (de 3 000 contos para 500 em 2002), quanto a despesas de capital, elas não se efectuaram em 2002. As despesas com o pessoal, mantiveram-se, havendo apenas actualização pelo aumento dos salários.

Tendo o ano de 2001 sido um ano em que se inaugurou um novo anexo na freguesia de Avintes, no ano de 2002 apenas se actualizou o fundo documental tanto da central como dos vários anexos.

Fonte INE

Dados Financeiros	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total de Despesas a)	267 500	166 354	104 700	94 535	102 783	61 491	316 548	346 412	569 373
Despesas correntes	74 100	84 520	82 700	78 035	85 383	61 491	316 548	265 412	449373
Pessoal	45 300	46 700	47 700	49 035	50 383	51 391	263 470	231 973	392 074
Aquisição de Documentos	25 713	33 145	30 000	25 000	32 000	9 600	50 578	33 439	25 709
Outras despesas	3 087	4 675	5 000	4 000	3 000	500	2 500	81000	31590
Despesas de capital	193 400	81 834	22 000	16 500	17 400			16 000	120 000
Terrenos e Construções	101 968	34 228							
Bens de Equipamento	91 432	47 606	20 000	15 000	15 000			65 000	120 000
Outras despesas			2 000	1 500	2 400				

Fig.III.1 – Dados Financeiros

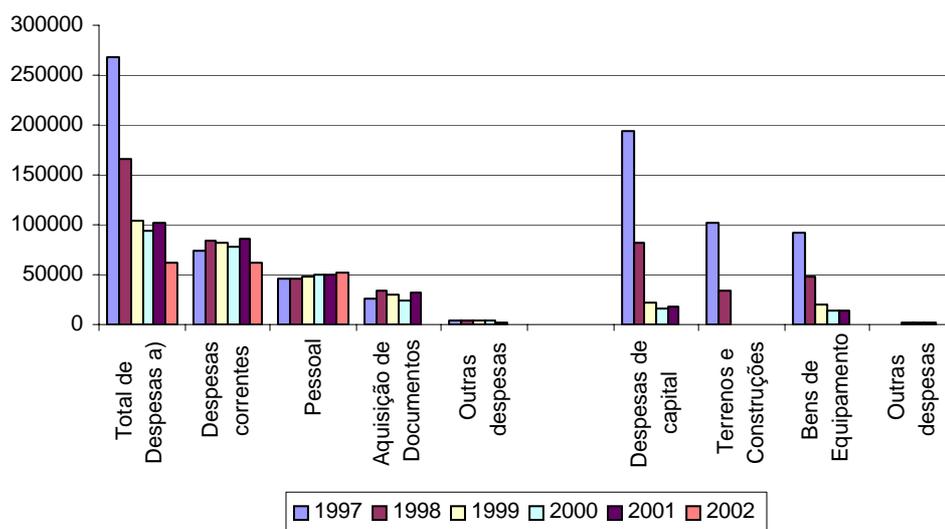


Fig.III.2 – Dados Financeiros

a) (Despesas em contos)

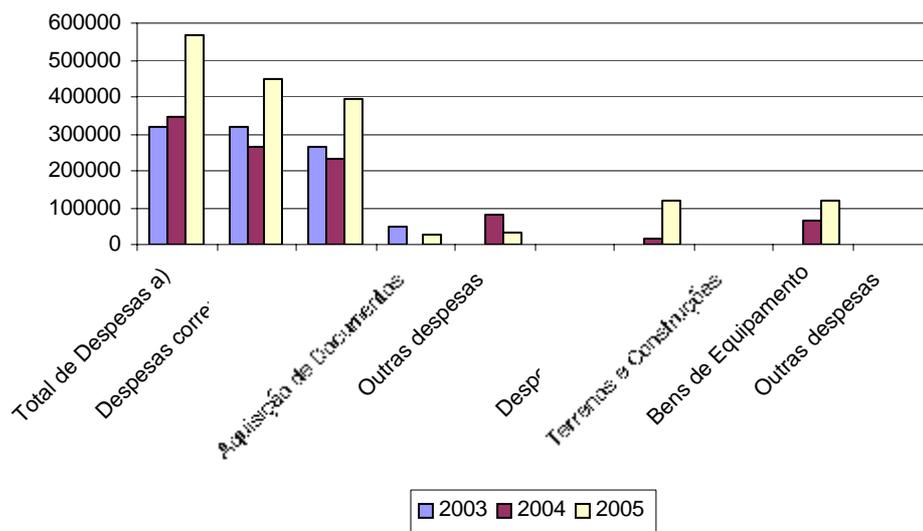


Fig.III. 3 – Dados Financeiros

b) (2003,2004 e 2005 Despesas em euros)

III.1.2 Os Recursos Humanos

O quadro de pessoal ao serviço desta instituição, está de acordo com as directivas do I.P.L.B. (Instituto Português do Livro e das Bibliotecas), aliás como em todos os outros aspectos desde o próprio funcionamento às dimensões.

Segundo o Programa Tipo do I.P.L.B. (Apêndice B.1), para um concelho com mais de 50 000 habitantes (Vila Nova de Gaia tem 287 597 habitantes), a Biblioteca Municipal será do Tipo 3, vulgarmente designada por B. M. 3, com pelo menos 26 funcionários, dos quais: 3 Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação, 12 Técnicos profissionais de Biblioteca e Documentação e 1 Assistente Administrativo.

Tal como a Fig. III.4 apresenta, o quadro de pessoal desta instituição é constituído por: 5 Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação, 2 Técnicos Superiores em 2001 e apenas 1 em 2002, 11 Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação, 3 Auxiliares Técnicos, 2 Assistentes Administrativos e 12 funcionários com funções na área da informática, serviços gerais ou motorista.

Em virtude de a Biblioteca ter um horário alargado de abertura ao público, das 9H 30M às 19H 30M de segunda a sexta-feira, e das 9H 30m às 13H 00 ao sábado existem dois horários para os funcionários, o primeiro das 9H 15 M às 13H 00 e das 14H 15M às

17H 30M, o segundo, jornada contínua, das 13H00 às 19H30M, cumprindo, assim, as 35 horas semanais.

Fonte INE

Pessoal ao Serviço	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total do pessoal ao serviço	27	33	34	35	35	34	33	33	33
Sexo masculino	12	14	14	15	15	14	13	13	13
Sexo feminino	15	19	20	20	20	20	20	20	20
Pessoal Técnico Superior com Formação de BD (Biblioteca e Documentação)	3	3	5	5	5	5	4	4	4
Pessoal Técnico Superior	3	5	3	2	2	1	2	2	2
Pessoal Técnico Profissional com Formação de BD	7	10	11	11	11	11	11	11	11
Pessoal Técnico	2	3	3	3	3	3	3	3	3
Pessoal Administrativo	1	1	1	2	2	2	1	1	1
Outro Pessoal	11	11	11	12	12	12	12	12	12
Regime Horário do Pessoal									
Pessoas com horário diário de 7 horas	35	35	35	35	35	35	35	35	35
	Semanais								

Fig.III. 4 - Pessoal ao serviço

III.1.3 Os Recursos Técnicos

Como já foi referido anteriormente, a Biblioteca possui instalações modernas e acolhedoras, um amplo átrio onde se situa o balcão de empréstimo/devolução de documentos e onde o utilizador tem o primeiro contacto com a instituição; é também aqui que se situa a cafetaria e quatro postos de Internet.

A Biblioteca é constituída por 5 salas de leitura: a sala de leitura geral com cerca de 15 000 documentos em livre acesso, obras de referência e outras de carácter geral arrumadas de acordo com a C. D. U. (Classificação Decimal Universal), as outras obras encontram-se em depósito mas o utilizador tem acesso a elas mediante o preenchimento de uma requisição efectuada no balcão de atendimento da respectiva sala, esta é enviada para o depósito onde um funcionário atende ao pedido enviando o documento para a sala.

Também nesta sala mas delimitada por estantes está o sector de periódicos. Os periódicos estão em livre acesso, jornais diários e revistas actuais, os números anteriores são também pedidos ao depósito mediante requisição.

O utilizador encontra aqui quatro computadores com acesso ao catálogo, onde pode calmamente efectuar as suas pesquisas.

A sala Armando de Matos, Fundo Local e Regional, possui documentação regional e local com um fundo documental em livre acesso de cerca de 5 000 documentos. Neste sector situa-se uma pequena área com informação à comunidade, um computador onde o utilizador pode efectuar trabalhos e dois com acesso ao catálogo.

O sector audiovisual possui documentação em suporte electrónico, Vídeos, DVD'S, CD'S, CD ROM'S, e postos de Internet assim como documentação em suporte papel, das áreas de música e cinema. Aqui o utilizador faz o pedido ou marcação da Internet (uma hora grátis por dia/utilizador), no respectivo balcão do sector.

O espaço crianças para além de documentação em suporte papel, possui também documentação em suporte electrónico, duas televisões, postos de audição de música e dois computadores com jogos e acesso à Internet.

A sala Prof. José de Albuquerque e Castro, sala onde se situa o sector de leitura para invisuais com obras em Braille, obras gravadas em cassette e digitalizadas, possui também um computador equipado com sintetizador de voz com acesso à Internet. Este sector funciona, não tanto com leitura de presença mas com o recurso ao correio. Mediante pedido, o utilizador recebe as obras pretendidas em casa.

Estes são os espaços disponíveis ao público, os espaços internos onde se preparam as obras para o público são cinco, o gabinete da direcção, duas amplas salas uma onde se procede ao tratamento dos periódicos, outra das monografias e trabalho administrativo. Estas três salas situam-se junto à sala de leitura geral, havendo uma grande proximidade entre os funcionários do atendimento e os dos serviços internos quebrando em termos de tempo dúvidas ou problemas que surjam com os documentos. O sector de audiovisual possui também um pequeno gabinete de apoio assim como o sector de leitura especial.

Sendo um local agradável, muito procurado por estudantes e estudiosos para estudo e trabalho, encontra o utilizador mesas em todos os sectores, assim como sofás nas áreas de periódicos, audiovisual e átrio, num total de 196 lugares (Fig.III.5).

Fonte INE

Instalações e equipamento	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Instalações:									
Sala de leitura (nº)	4	4	5	5	5	5	5	5	5
Gabinete técnico (nº)	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Depósitos (nº)	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Lugares postos à disposição dos utilizadores (nº)	196	196	196	196	196	196	196	196	196
Computadores na biblioteca (nº)	36	35	40	40	40	40	40	40	40
Terminais à disposição dos utilizadores (nº)	16	16	20	20	20	20	20	20	20

Fig.III.5 – Instalações e equipamentos

III.1.4 Pontos de Serviço

Em termos de pontos de serviço, para além da central situada na Rua de Angola, existem ainda os pólos da Afurada, Avintes, Canelas e Sandim.

Os pólos da Biblioteca funcionam em pequenas salas nas Juntas das respectivas freguesias, excepto Canelas que tem o seu espaço no jardim central de Canelas.

Tal como a central, a documentação (monografias e periódicos) dos pólos é devidamente actualizada. Mas dado o seu exíguo espaço, muitas vezes não tem o que o utilizador pretende. Assim, os leitores inscritos nos pólos podem requisitar documentos na central com o mesmo cartão, facilitando-se também o envio do (s) documento(s) pretendido(s) quando o utilizador não tem disponibilidade de se deslocar à central.

Fonte INE – Dados Referentes a 2002

Pontos de Serviço	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Fixos	1	1	1	4	5	5	5	5	5
Central	V.N.Gaia								
Anexos				Afurada	Afurada	Afurada	Afurada	Afurada	Afurada
					Avintes	Avintes	Avintes	Avintes	Avintes
				Canelas	Canelas	Canelas	Canelas	Canelas	Canelas
				Sandim	Sandim	Sandim	Sandim	Sandim	Sandim
ÁREA (útil em m ²)	3150	3150	3150	3.680	3.880	3.880	3.880	3.880	3.880

Fig.III. 6 – Pontos de serviço

III.1.5 Documentos Existentes

Aquando da remodelação de 1997 a Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, possuía, 65 684 monografias, 1 700 títulos de publicações periódicas e 12 883 documentos multimédia. No período considerado (1997 a 2005) esse número aumentou para 107 541 monografias, 2 532 títulos de publicações periódicas e 14 957 documentos multimédia em 2005.

Verifica-se nestes nove anos, um aumento médio anual de 4 651 monografias; 86 novos títulos de publicações periódicas e 1 492 novos documentos multimédia. De acordo com o Programa Tipo para uma BM3 (ver Apêndice B.1), as aquisições anuais deverão ser de 4 000 monografias e 500 documentos não livro. A sua média anual ultrapassou estes números.

O Serviço de leitura especial iniciado em 2002 apresenta um maior crescimento nas cassetes áudio, as quais passaram de 1476 em 2003 para 1624 em 2005.

Fig.III.7 Total de documentos

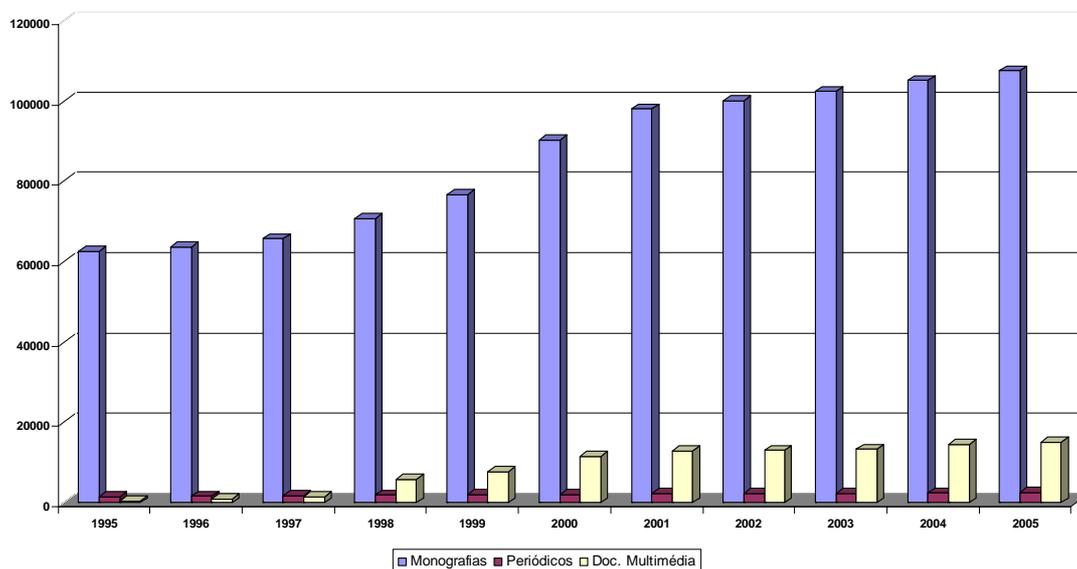


Fig.III.8 – Documentos existentes

A documentação existente na Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, depois da remodelação de 1997, tem aumentado de forma significativa tanto a nível de monografias e periódicos, mas sobretudo em relação à documentação multimédia. Este aumento está relacionado com a implementação do sector multimédia com a remodelação.

Fundo Documental	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Monografias	65684	70751	76751	90384	98022	100122	102375	105090	107541
Publicações periódicas	1760	1880	2006	2114	2204	2336	2382	2456	2532
Documentação multimédia	1528	5900	7633	11583	12883	13023	13323	14626	14957
Braille						905	975	997	1124
Cassetes						1121	1476	1624	1860
Disquetes						1248	1508	1508	1694

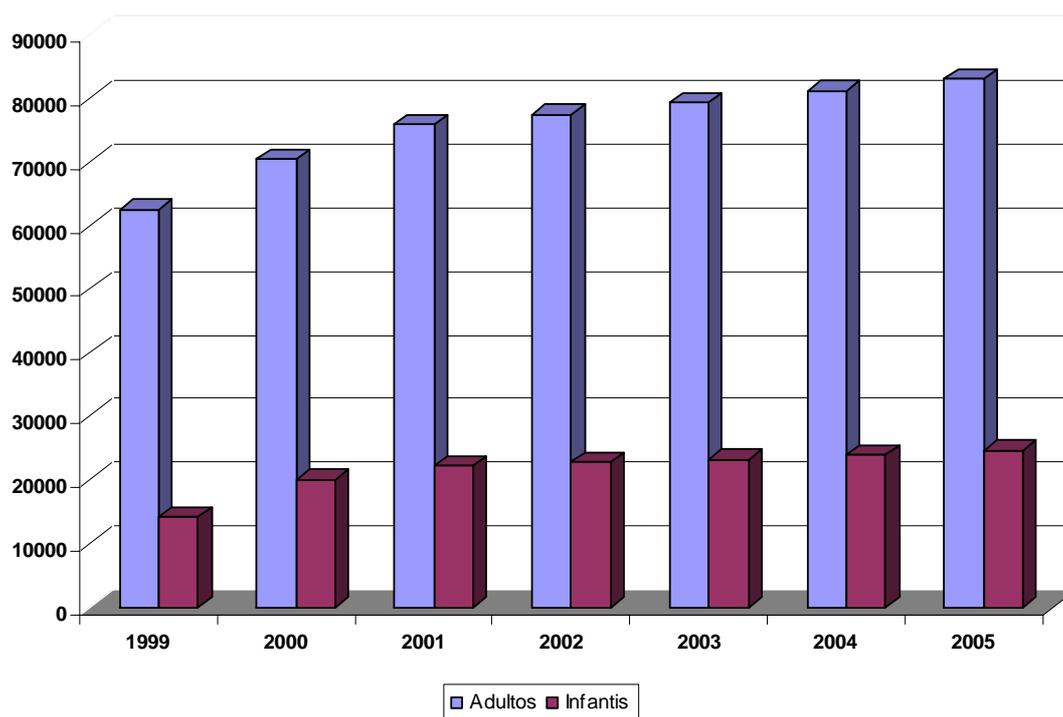


Fig.III. 9 – Monografias – Adultos/Infantis

Da análise do Fig.III.9 – Monografias para adultos e para o público infantil, constatamos que a Biblioteca tem adquirido mais documentos para adultos que para crianças. No Fig.III.10, verificamos que existem (no período considerado) 23 % de monografias para crianças e 77% para adultos. Este gráfico é baseado na análise da informação recolhida e enviada para o IPLB, nos anos de 1999 a 2005.

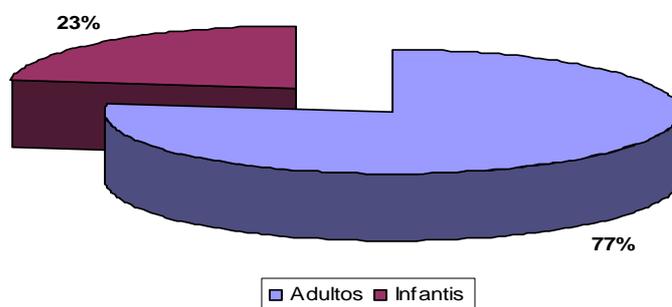


Fig.III.10 – Monografias – Adultos/Infantis (1999-2005)

III.1.5.1 Aquisições

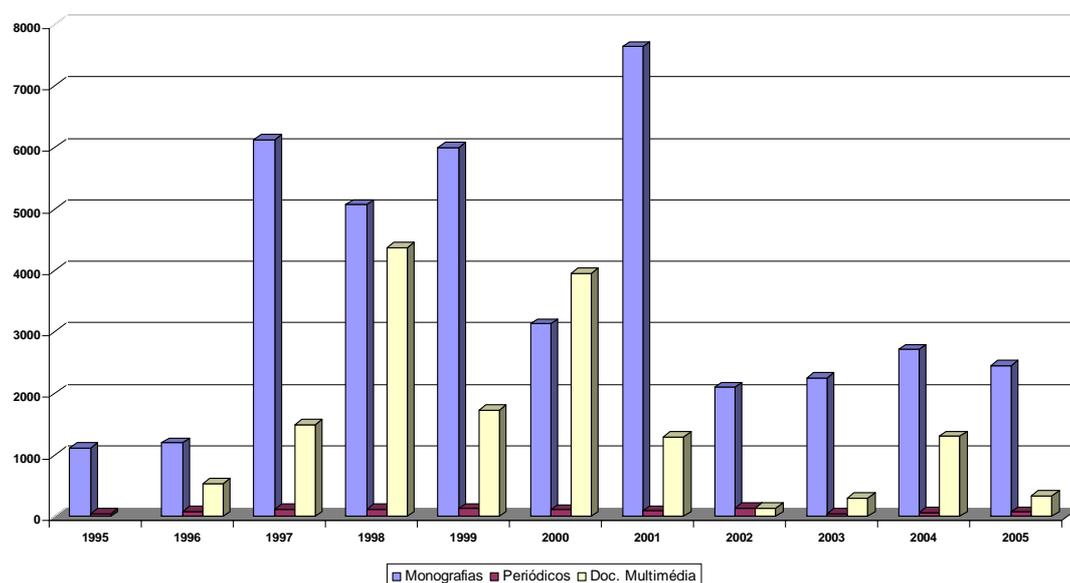


Fig.III.11 – Aquisições

De acordo com o Fig.III.8 - aquisição de monografias, periódicos e documentação multimédia, em 1995 e 1996, anos em que a biblioteca funcionou em instalações provisórias enquanto se procedia a obras de remodelação, não houve um grande investimento em documentação. Já nos anos seguintes (1997- ano em que as novas instalações abrem ao público, 1998, 1999 e 2001) verifica-se um grande investimento. De 2002 a 2005 esse investimento decresceu (actualização do fundo documental), mantendo-se uma média anual de 2380 monografias, 80 novos periódicos e 519 documentos multimédia.

III.1.5.2 Serviço de Leitura Especial

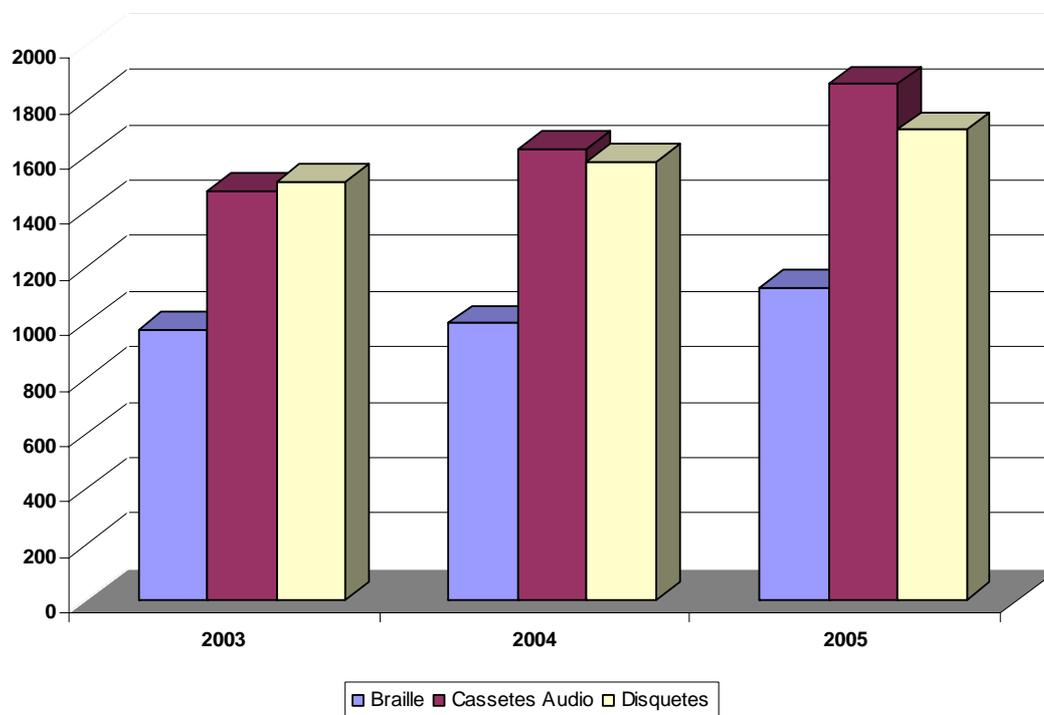


Fig.III.12 – Serviço de Leitura Especial

Nestes três anos, foram as cassetes áudio que tiveram o maior crescimento, passaram de 1476 em 2003 para 1624 em 2005.

Os documentos em Braille, tiveram uma subida pouco considerável devido ao facto da sua produção ser insuficiente. O serviço especial tem, portanto, o que o mercado oferece.

A documentação em cassete áudio teve, em relação aos outros suportes, um aumento considerável, devido à grande procura por parte do utilizador (muito invisuais cegaram tarde, devido a doenças como a diabetes e outras...) que não conhece Braille.

III.2 Utilizadores

Tendo um espaço moderno e acolhedor, são muitos os utilizadores da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia.

Este é um espaço público a que muitas pessoas acorrem, seja para participar em actividades de animação, tais como: exposições, concertos, lançamento de livros tanto no espaço – crianças como no pequeno auditório ou sala de exposições, ou apenas efectuar leitura de lazer, um periódico por exemplo ou estudar.

Sendo o concelho constituído por 24 freguesias com uma população total residente de 287 597 habitantes, estando a Biblioteca instalada na freguesia de Mafamude, a mais urbana, tendo de um lado a E.B. 2.3. e Secundária Almeida Garrett, de outro uma E.B. 1 Joaquim Nicolau de Almeida e a pré-primária com o mesmo nome, são também muitos os estudantes universitários que a procuram. Mas a par de um público estudantil, a Biblioteca, conta também, diariamente, com um público um pouco mais adulto (reformados), para a leitura de periódicos. Outro tipo de utilizador que aqui se pode encontrar é aquele que apenas procura desfrutar de alguns momentos de descontração, seja no bar ou num chat na Internet. De salientar a procura da Internet por parte de imigrantes.

Em 1998, acorreram à Biblioteca de Gaia (Fig.III.13), 79 200 utilizadores, em 2005, 140 092 utilizadores, verificando-se um aumento em termos de público. Mas aquém do melhor ano 2001, com um total de 193 470 o melhor ano deste estudo.

Utilizadores	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de utilizadores		79200	70200	88038	193470	156722	137218	160626	140092
Leitores inscritos				15894	18374	20835	22770	24568	25991
Visitas ao Espaço-crianças	578	2514	4740	4640	4366	3347	2149	1459	2753
Visitas à Biblioteca		299	183	748	589	481	204	456	195
Util. act. de animação		7500	8340	7290	5488	3600	1500	2850	2850

Fig.III.13 Distribuição por tipo de utilização – 1997 e 2005

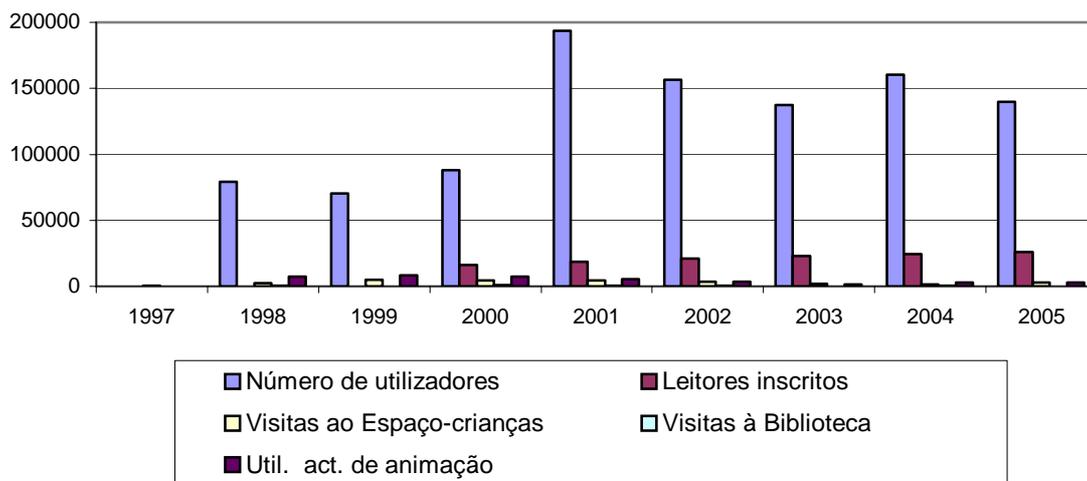


Fig.III.14 - Distribuição por tipo de utilização – 1997 e 2005

A Fig.III.13 apresenta um total de utilizadores que participaram em várias actividades, ou seja: visitas programadas ao espaço - criança, visitas programadas à Biblioteca (visita de adultos), utilizadores que participaram em actividades de animação, em exposições, lançamento de livros, colóquios, etc., utilizadores que consultaram localmente o fundo documental, utilizadores que solicitaram empréstimo domiciliário e finalmente o conjunto de todos os utilizadores que entraram no espaço da Biblioteca. Assim, verificamos que entre 2000 e 2001 se deu um aumento de 100% de utilizadores mas a utilização dos vários sectores manteve-se sensivelmente idêntica a 2000. Pode concluir-se que existe um aumento de utilizadores “fictícios” que não usa os serviços disponíveis.

Entre 2001 e 2002 o número destes utilizadores “fictícios” voltou a diminuir, mas a utilização dos serviços manteve-se aproximadamente a mesma.

Face a esta constatação convém não esquecer que a Biblioteca oferece outros serviços que não estão contabilizados, tais como: a utilização do telefone público; a cafetaria; os W.C., o mobiliário (a utilização das salas de leitura apenas para estudo, os utilizadores trazem os seus próprios manuais, os espaços de lazer e as fotocopiadoras).

Do exposto verificamos que a Biblioteca não é só (...)“ o centro local de informação”¹, mas também um local para outras actividades, tais como: o convívio tanto por parte dos mais idosos que todos os dias se deslocam ao espaço da Biblioteca não só

¹ Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas, 1995

para lerem os vários jornais diários (existindo até acordos entre eles...quem lê o quê primeiro...) mas também os casais de namorados, os estudantes que aproveitam as condições oferecidas para estudar utilizando ao mesmo tempo toda a documentação disponível.

Assim, de 2000 a 2001 o número de utilização duplicou – um aumento de 100%, para o ano de 2002 houve um decréscimo de 50% dos utilizadores.

No ano de 2000, comparando o número total de utilizadores com o número de utilizadores que usaram e consultaram os vários serviços à disposição é menor, o que se pode concluir que estes utilizadores usufruíam da oferta existente: consultavam, requisitavam em suma, usavam activamente a Biblioteca. A razão entre utilizador e os vários serviços oferecidos (visitas ao sector infantil e à Biblioteca, animação, consulta, empréstimo...), cada utilizador usava os serviços, uma ou mais vezes.

Nestes oito anos, o valor médio anual de utilizadores que veio à Biblioteca, ronda os 128 196. No entanto, convém referir o ano de 2001 em que o total de utilizadores ultrapassou os 190 000 (ver quadro a seguir).

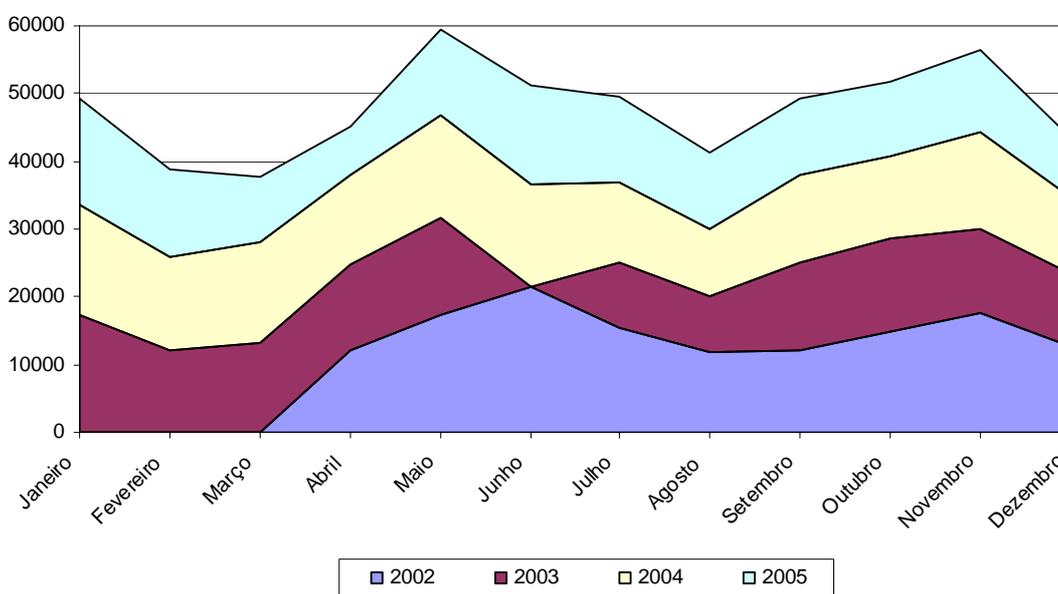


Fig.III.15 – Utilizadores – Mensal

A recolha mensal de dados, foi iniciada em Março de 2002. Pelo gráfico podemos verificar que nos anos em análise (2002-2005), os utilizadores têm um comportamento semelhante, ou seja, de Janeiro a Março há um decréscimo na frequência, aumentando até

Maio, voltando a decrescer até Agosto, aqui o número de utilizadores aumenta até Novembro, para descer em Dezembro.

O comportamento dos utilizadores é semelhante nos quatro anos em análise, os melhores meses são: Maio e Novembro, os mais fracos são: Março e Agosto.

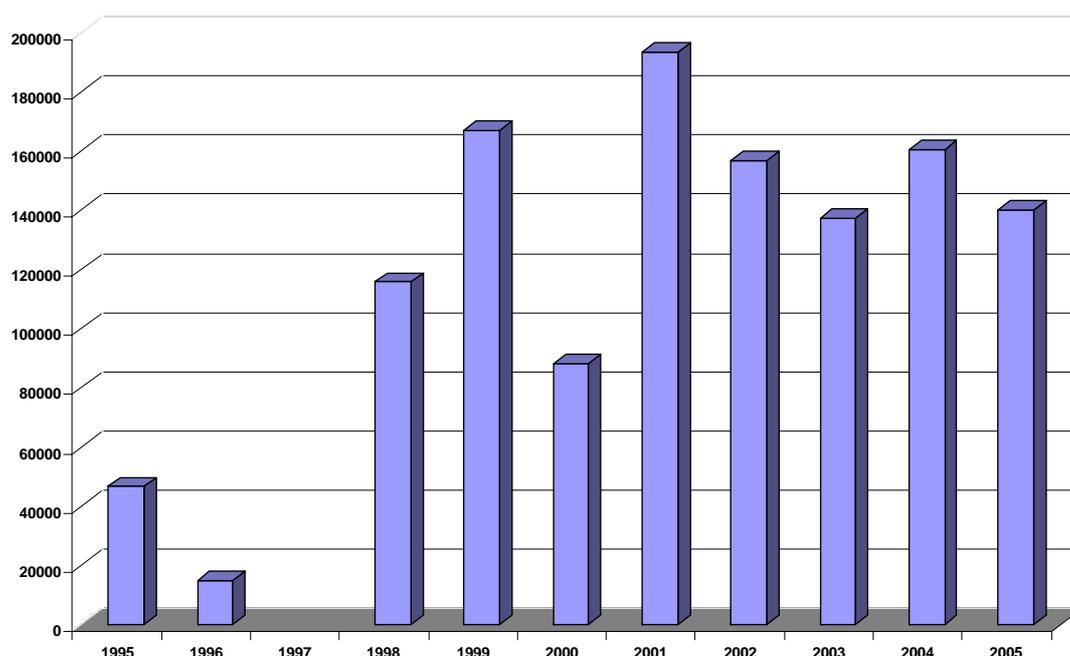


Fig. III.16 – Utilizadores – Anual

De 1995 a 2005 a Biblioteca Pública Municipal de V. N. de Gaia teve em média 110 964 utilizadores por ano. Considerando que a população do concelho em 1991 era de 248 565 e em 2001 de 287 597 habitantes, utilizou os serviços da Biblioteca cerca de 30% da população. No entanto, muitos dos utilizadores não são de V. N. de Gaia mas dos concelhos limítrofes. Em 1997 não aparece o número de utilizadores uma vez que nesse ano a Biblioteca só abriu em pleno em Novembro e Dezembro.

III.2.1 Leitores Inscritos

São considerados os leitores da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia (não sendo necessário ser residente no concelho, até 2004), todos aqueles possuem

um cartão de utilizador, cartão que possibilita o acesso à Internet, ao empréstimo domiciliário, ao auto-serviço de fotocópias, assistir a um filme ou ouvir um CD.

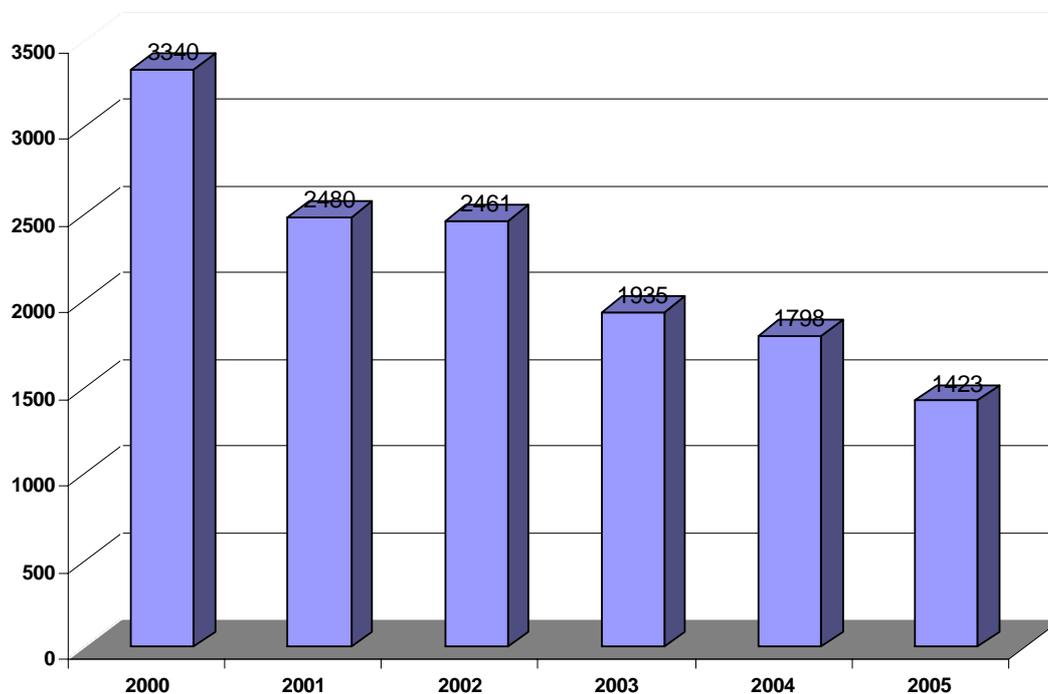


Fig.III.17 – Leitores inscritos

Em relação ao número de novos utilizadores inscritos, o seu decréscimo tem sido uma constante. De referir que nos últimos anos, as bibliotecas das escolas, secundárias e outras, têm vindo a desenvolver-se de uma forma muito significativa. Outro motivo para este decréscimo pode também atribuir-se à “maior dificuldade” de obtenção do cartão de utilizador, nomeadamente para todos aqueles que apenas pretendem tirar fotocópias, e por toda a população deslocada, nomeadamente professores e estudantes do ensino superior.

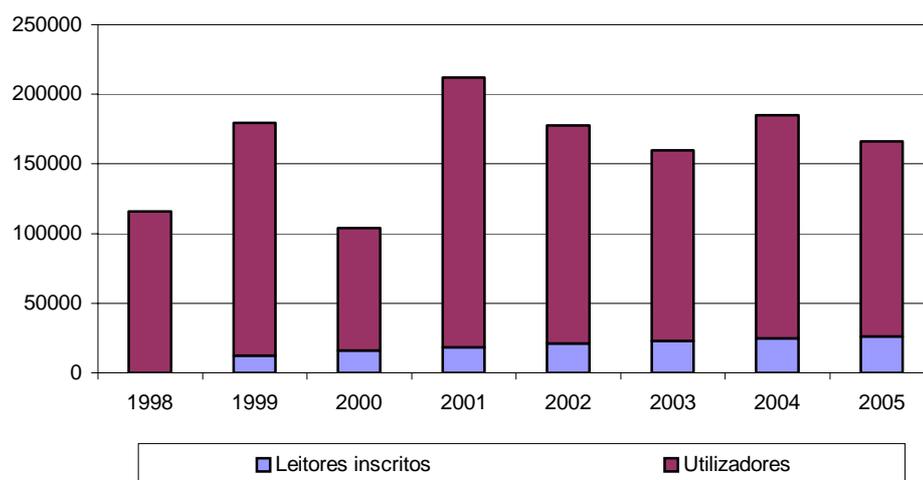


Fig.III.18 - Utilizadores e leitores inscritos

A Fig.III.18 apresenta duas variáveis: utilizadores e leitores inscritos.

Como já anteriormente foi referido, é considerado utilizador, todo aquele que por qualquer motivo acedeu ao espaço da biblioteca; leitor inscrito é aquele que possui um cartão da Biblioteca, cartão que lhe permite usufruir de vários serviços: empréstimo domiciliário, acesso gratuito à Internet pelo período de uma hora diária (este serviço só é possível mediante a posse deste cartão, o mesmo acontecendo com o empréstimo domiciliário), e fotocópias em regime de auto serviço.

Da análise verifica-se que em relação aos leitores inscritos, houve um aumento constante ao longo dos três anos, cerca de 2.500 inscritos.

Em relação ao comportamento dos utilizadores o mesmo já não acontece. De 2000 para 2001 há um aumento de quase 100% no número de utilizadores para depois descer em 2002.

III.3 Utilização de Recursos

Após a análise da Fig.III.19, verificamos que em 1997 existiam 240 documentos por cada 1000 habitantes e em 2005 esse valor aumentou para 430.

		1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Monografias	Qt.	65684	70751	76751	90384	98023	100122	102375	105090	107541
	Qt. por hab.	0,229	0,247	0,267	0,314	0,341	0,348	0,356	0,365	0,374
Periódicos	Qt.	1700	1880	2006	2114	2204	2336	2382	2456	2532
	Qt. por hab.	0,006	0,006	0,007	0,007	0,008	0,008	0,008	0,008	0,009
Doc. Multimédia	Qt.	1528	5900	7633	11583	12883	13023	13323	14626	14957
	Qt. por hab.	0,005	0,02	0,026	0,040	0,045	0,045	0,046	0,051	0,052
Total	Qt.	68912	78331	86390	104081	113110	115481	118080	122172	125030
	Qt. por hab.	0,24	0,272	0,3	0,362	0,393	0,4	0,41	0,42	0,43

Fig.III.19 - Quantidade de documentos por habitante – 1997 a 2005

III.3.1 Internet

A consulta da Internet, pela análise do gráfico, segue um pouco a tendência da frequência dos utilizadores, muito embora os meses de Verão, Julho e Setembro apareçam como os melhores meses do ano (Fig.III.20).

A utilização deste serviço nestes meses poderá indicar que o seu uso esteja associado ao lazer e não ao estudo.

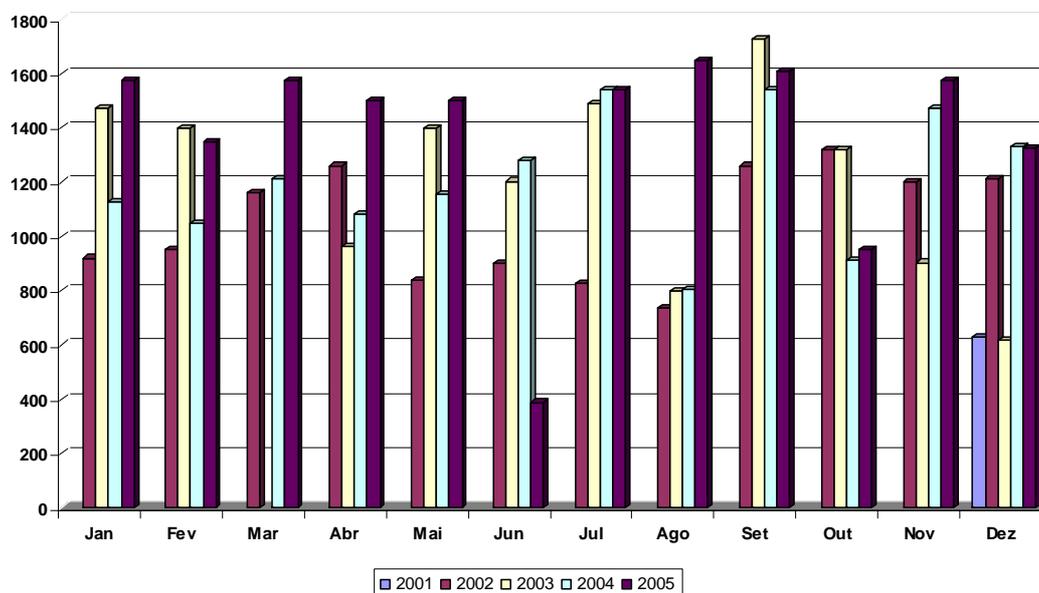


Fig.III.20 – Consulta Internet – Mensal

Ao longo dos anos em estudo verifica-se um aumento gradual da utilização da Internet (Fig.III.20).

De referir as obras de beneficiação da rede informática e de mudança e o aumento do número de máquinas no ano de 2004/2005, melhorando o serviço prestado. Em 2005 foi implementado o novo serviço de Internet sem fios (ver Fig.III.21).

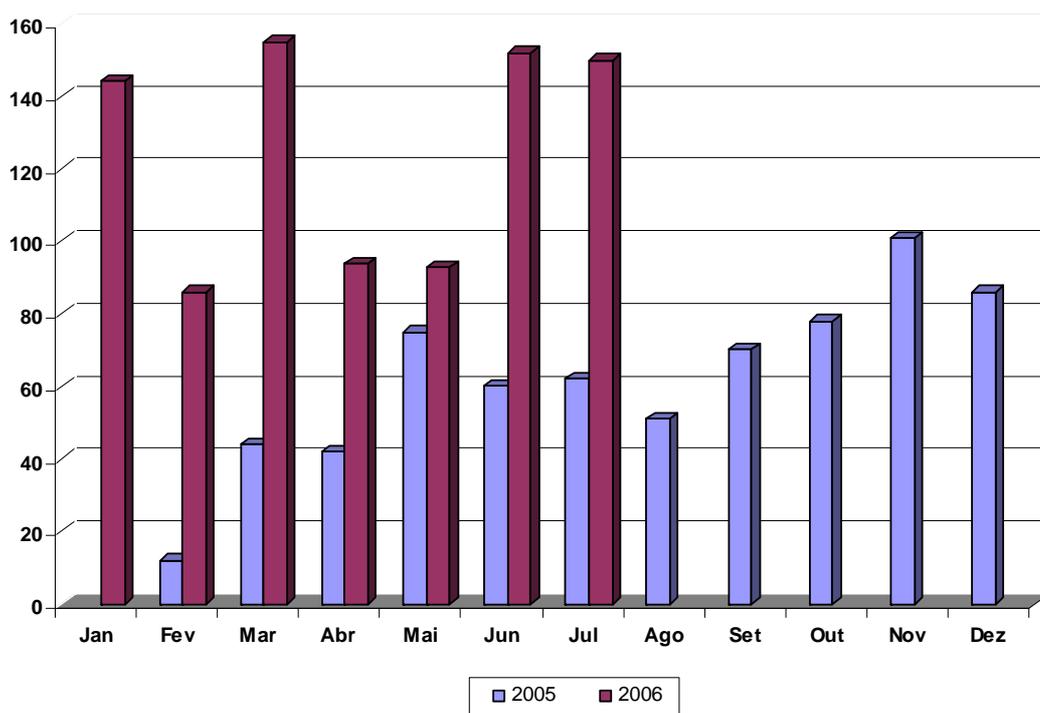


Fig. 21 – Utilização Wifi - Mensal

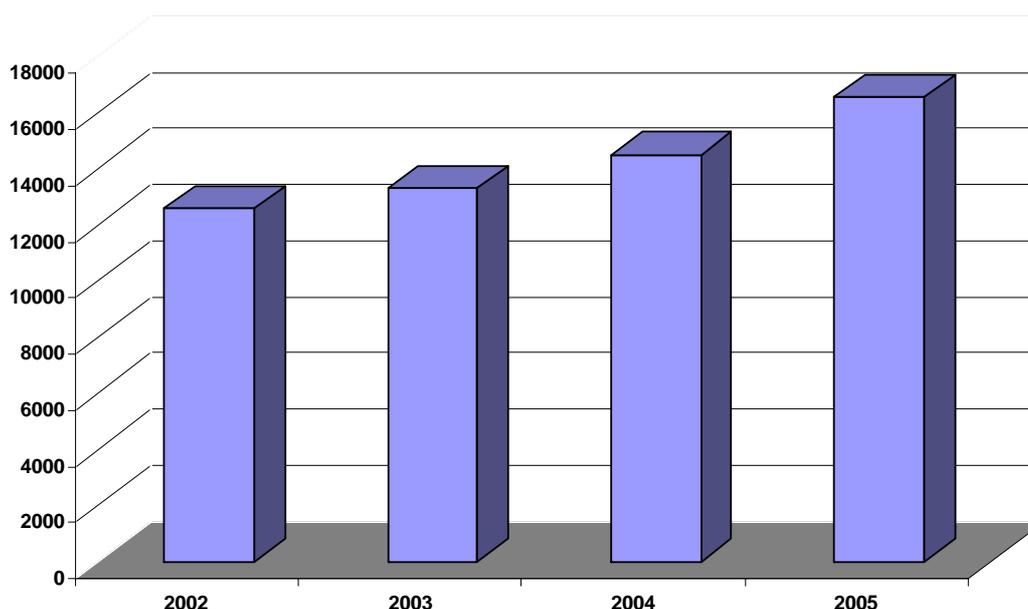


Fig.III.20 – Consulta Internet – Anual

O serviço Wi-fi (Fig.III.21) iniciou-se em Fevereiro de 2005, tendo de imediato uma grande adesão pelos utilizadores.

Observando o gráfico, verifica-se um aumento gradual da sua utilização. Podemos considerar este serviço como um serviço de sucesso.

Analisando o primeiro semestre de 2006 e em comparação com 2005, vemos a forte adesão por parte do utilizador.

III.3.2 Consulta Local

Por consulta local entende-se a consulta da documentação existente, feita pelo utilizador no espaço da Biblioteca. A Fig.III.23, reúne os valores dos quatro sectores (Sala de leitura, Fundo local, Espaço -Crianças e Espaço Multimédia), nos anos de 1999 a 2005, ou seja, os documentos consultados pelos utilizadores no espaço da Biblioteca, nos quatro sectores: sala de leitura geral, sala do fundo local, espaço crianças e multimédia.

A Sala de Leitura teve um decréscimo progressivo nos últimos três anos, o mesmo acontecendo com a Sala do Fundo Local.

A consulta local no Espaço Infantil em relação aos outros espaços, como podemos observar pela Fig.III.23, é bastante menor que a dos outros sectores. Este é um espaço com

características específicas, em que a principal actividade é a animação programada para as crianças mediante marcação prévia (ver Fig.III.42). De referir que este espaço tem um horário de funcionamento diferente dos outros espaços (menos tempo de abertura ao público).

O espaço infantil e o espaço multimédia, depois de uma descida nos seus valores de 2003 para 2004, apresentam um aumento em 2005.

Ao observar o quadro referente à consulta local nos anos de 2000 a 2005, verifica-se uma quebra em Fevereiro aumentando em Março e novamente uma quebra acentuada em Abril. A consulta volta a aumentar para o mês de Junho dando-se um decréscimo bastante acentuado nos meses de Julho e Agosto, atingindo um pico em Novembro, a partir do qual volta a decrescer.

Os anos de 2000 e 2001 apresentam uma variação que vai do mês de Novembro a finais de Fevereiro, um pico em Março, diminuindo em Abril, voltando a aumentar em Maio, voltando a decrescer até Agosto.

O ano de 2002 apresenta um padrão ligeiramente diferente em relação aos anos anteriores, dá-se um decréscimo em Fevereiro, volta a verificar-se um aumento no mês de Abril e depois verifica-se uma descida acentuada até Agosto.

Nos três anos analisados há sempre uma quebra em Fevereiro e em Agosto, sendo estava variação idêntica nos vários sectores.

Nos sectores verificam-se as mesmas oscilações nos mesmos meses, mas mais acentuadas no espaço Multimedia e no espaço crianças. Na sala de leitura as oscilações são as mesmas nos mesmos períodos mas não tão acentuadas. O espaço Multimedia no ano de 2000 esteve encerrado ao público por motivo de obras, nos meses de Julho e Agosto.

Esta variação pode estar relacionada com os períodos de férias escolares: Natal, Páscoa e férias de Verão. Nos anos de 2000 e 2001 a Páscoa (data variável) foi a 23 e 15 de Abril respectivamente, já no ano de 2002 foi a 31 de Março.

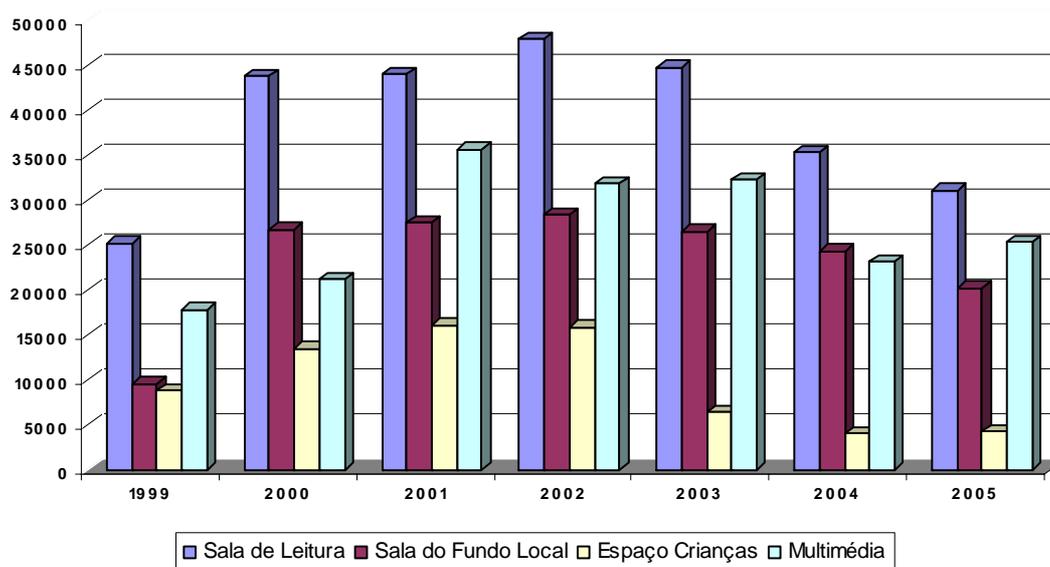


Fig.III.23 - Consulta local - Anual

O comportamento do utilizador na Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia é idêntico de ano para ano.

Existem diferenças muito significativas de comportamento entre o público infantil e o público adulto (ver Fig.III.34 e III.35 referente ao empréstimo domiciliário e Fig.III.42 referente às visitas programadas).

O ano de 2004 foi um ano de grande investimento, tanto em documentos como em equipamentos.

O comportamento da Sala de Leitura e da Sala do Fundo Local é idêntica, ou seja, tem os seus melhores meses em Março e Novembro, nos meses de Verão há um decréscimo significativo em termos de consulta (ver Fig.III.24 e Fig.III.26).

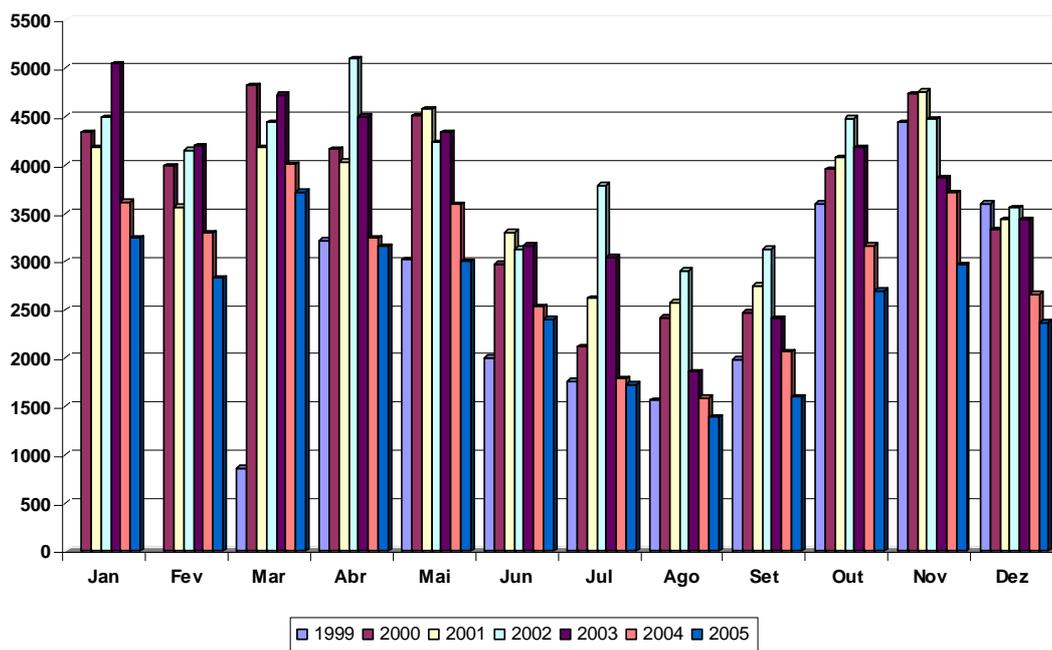


Fig.III.24 – Consulta local - Sala de leitura - Mensal

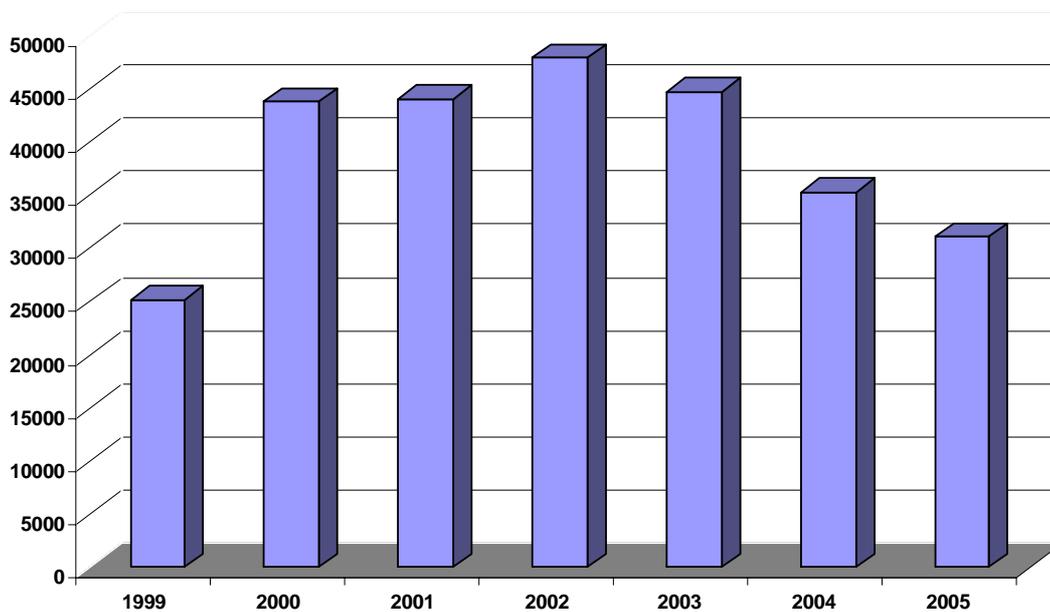


Fig.III.25 – Consulta local - Sala de leitura - Anual

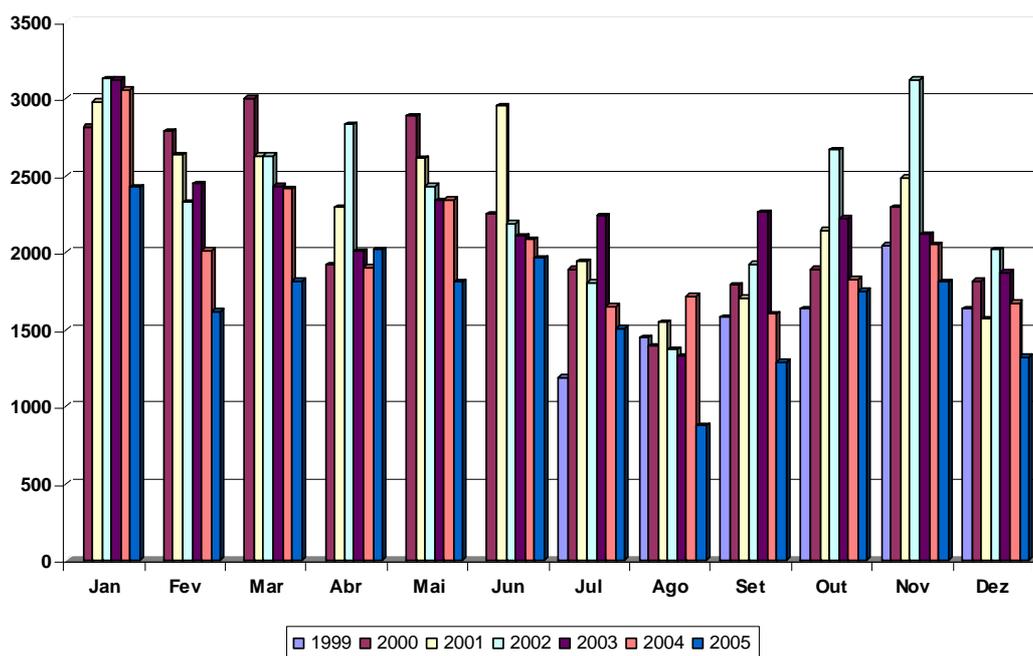


Fig.III.25 – Consulta local Fundo local - Mensal

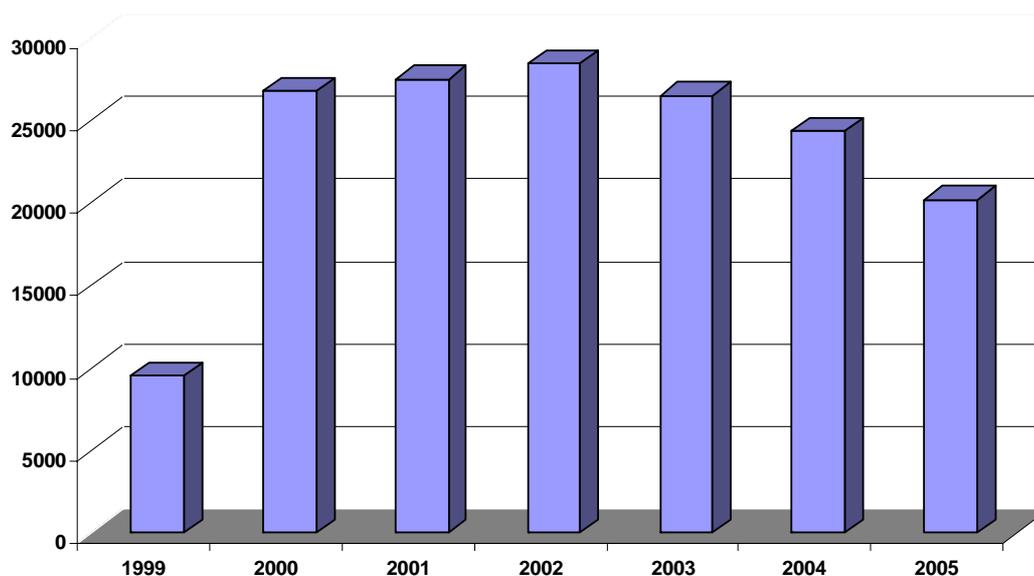


Fig.III.26 – Consulta local Fundo local - Anual

O Espaço Multimédia e o Espaço Infantil apresentam um comportamento diferente das salas de leitura. Já não reflectem tanto o início e fim do ano lectivo e a época de exames/frequências. Têm, no entanto, para além dos meses de Maio e Novembro os meses de Julho e Setembro no caso do espaço multimédia, e o mês de Agosto no espaço infantil como os melhores (ver Fig.III.28 e Fig.III.30).

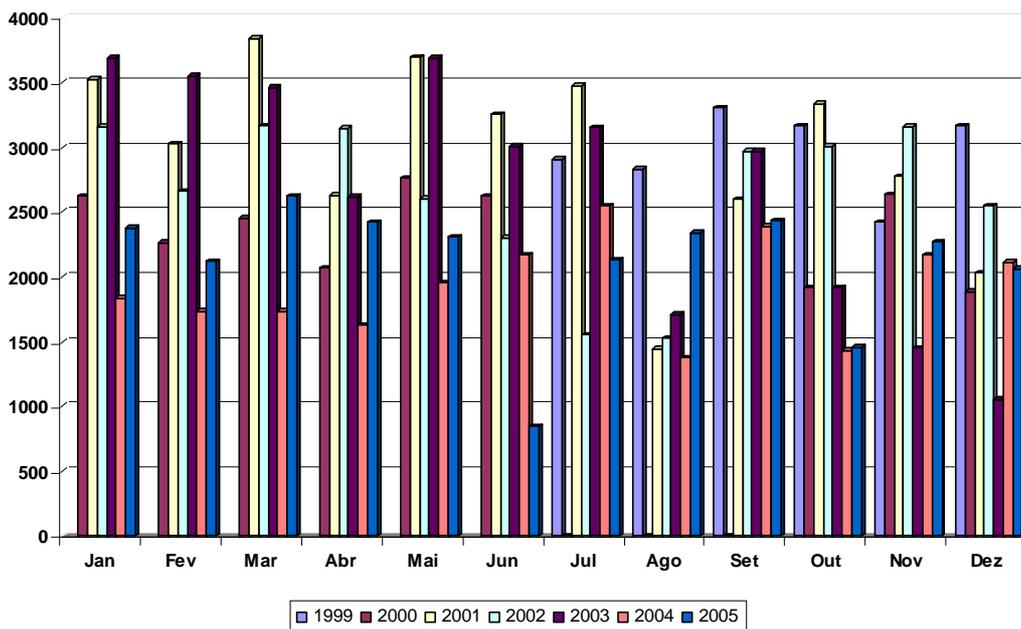


Fig.III.28 – Consulta local multimédia - Mensal

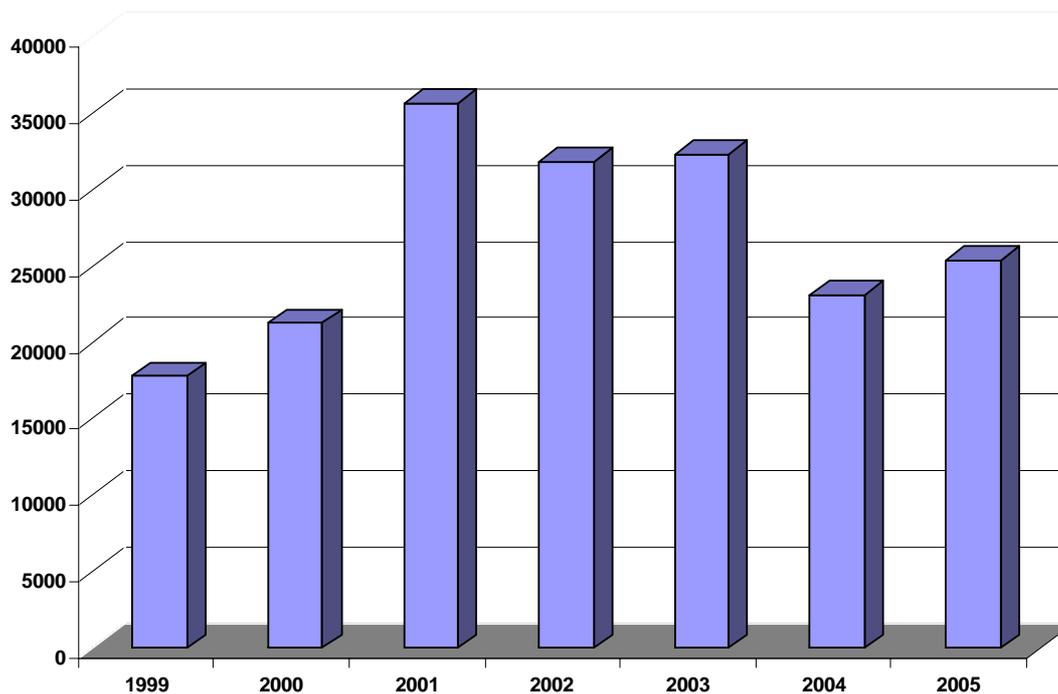


Fig.III.29 – Consulta local multimédia - Anual

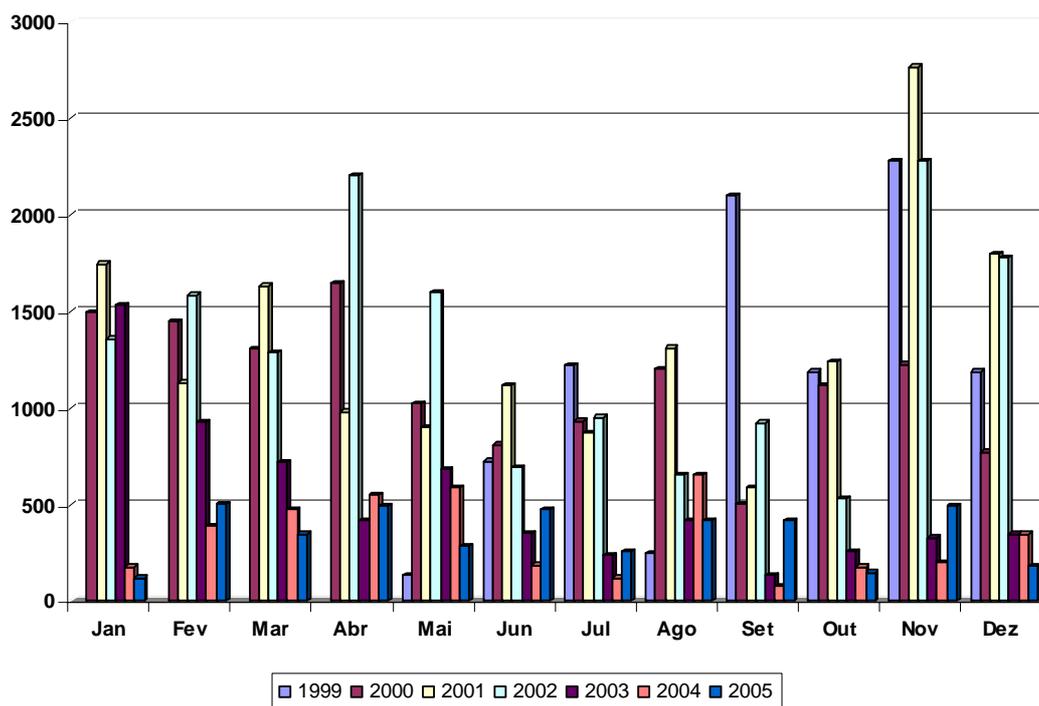


Fig.III.30 – Consulta local espaço crianças - Mensal

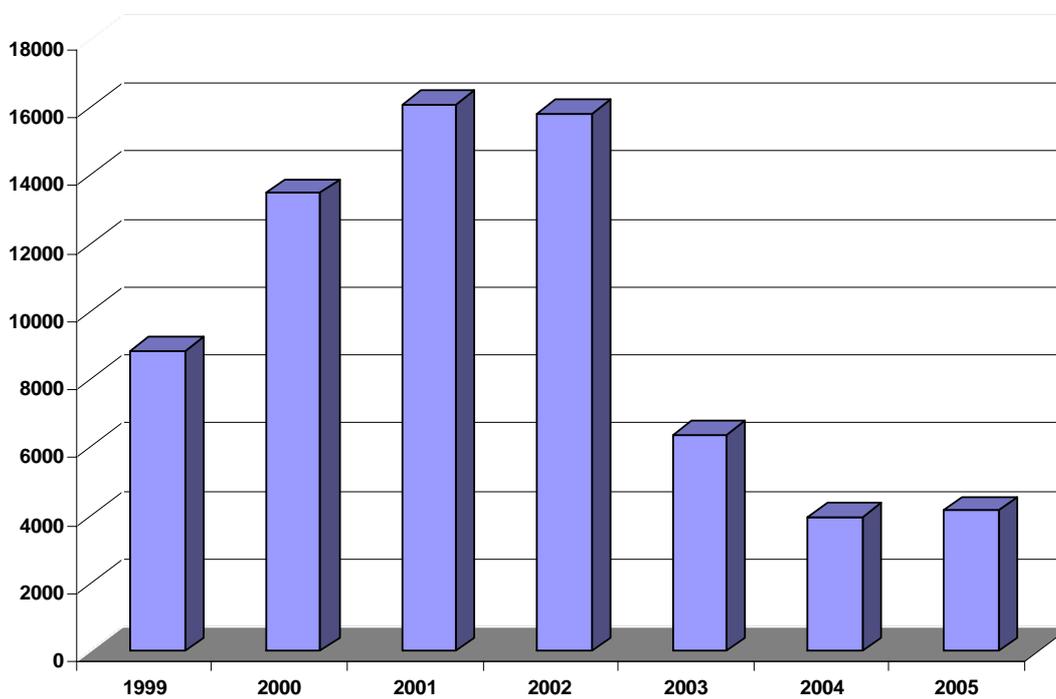


Fig.III.31 – Consulta local espaço crianças - Anual

III.3.3 Empréstimo Domiciliário

O comportamento dos utilizadores relativamente ao empréstimo domiciliário segue o comportamento da consulta local. Os meses com maior empréstimo são: Abril e Maio, e Julho e Novembro.

Os meses de Novembro, Abril e Maio estarão relacionados com o ano lectivo. Analisando com mais cuidado, vemos que a partir de Setembro (início do ano lectivo) há um aumento gradual até Novembro, descendo depois em Dezembro.

O mês de Julho também apresenta um aumento relativamente a Junho. Este aumento sugere uma procura diferente, mais relacionada com a leitura de lazer.

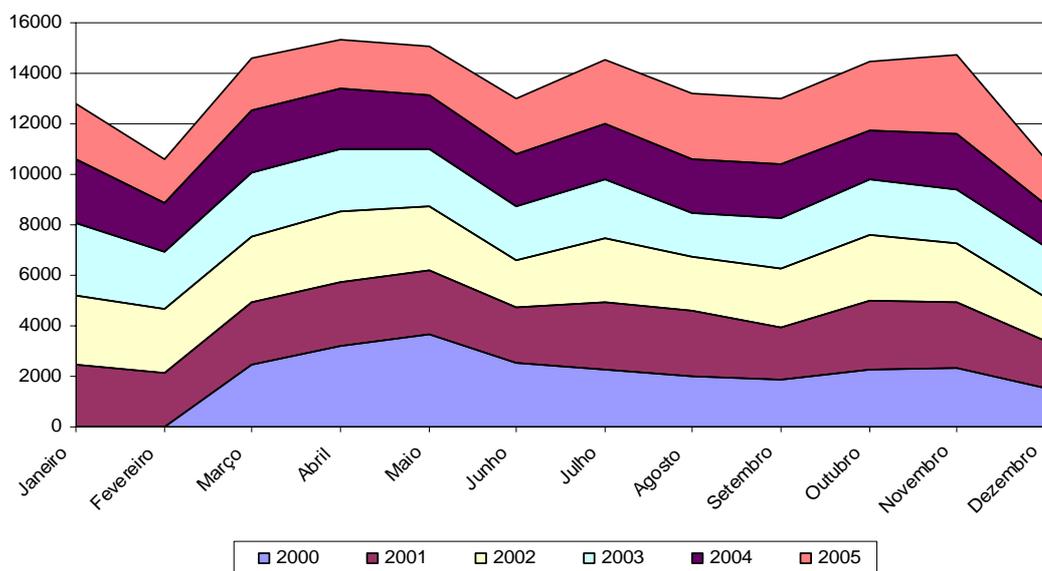


Fig.III.32 – Empréstimo domiciliário – Mensal

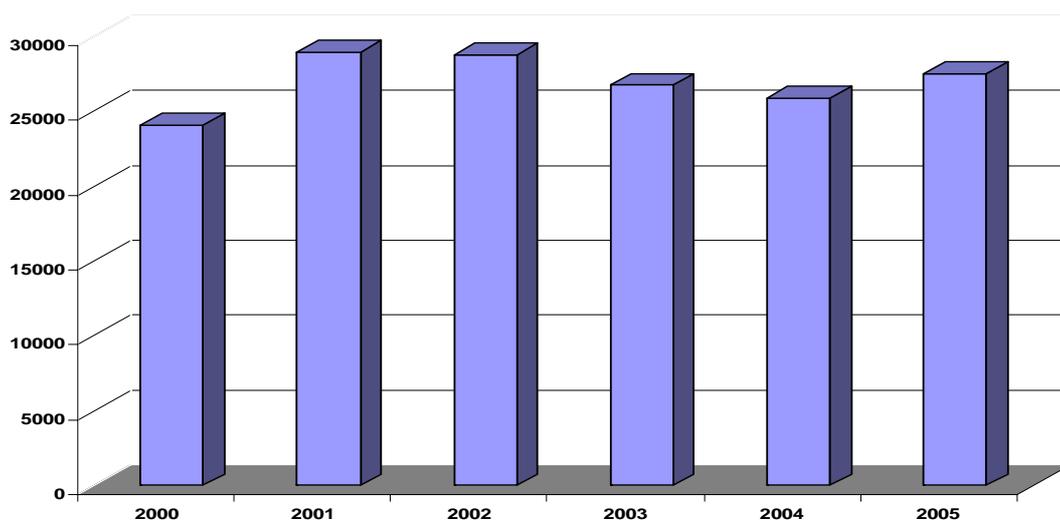


Fig.III.33 – Empréstimo domiciliário - Anual

O empréstimo domiciliário é constituído essencialmente por documentação dirigida aos adultos. Do total do empréstimo domiciliário, no ano de 2005, 88% é leitura para o público adulto. Só 12 % é infantil (Fig.III.35).

Em 2005, a média mensal de livros infantis requisitados foi de 280, enquanto que a média mensal de livros para adultos foi de 2 010. Uma diferença considerável.

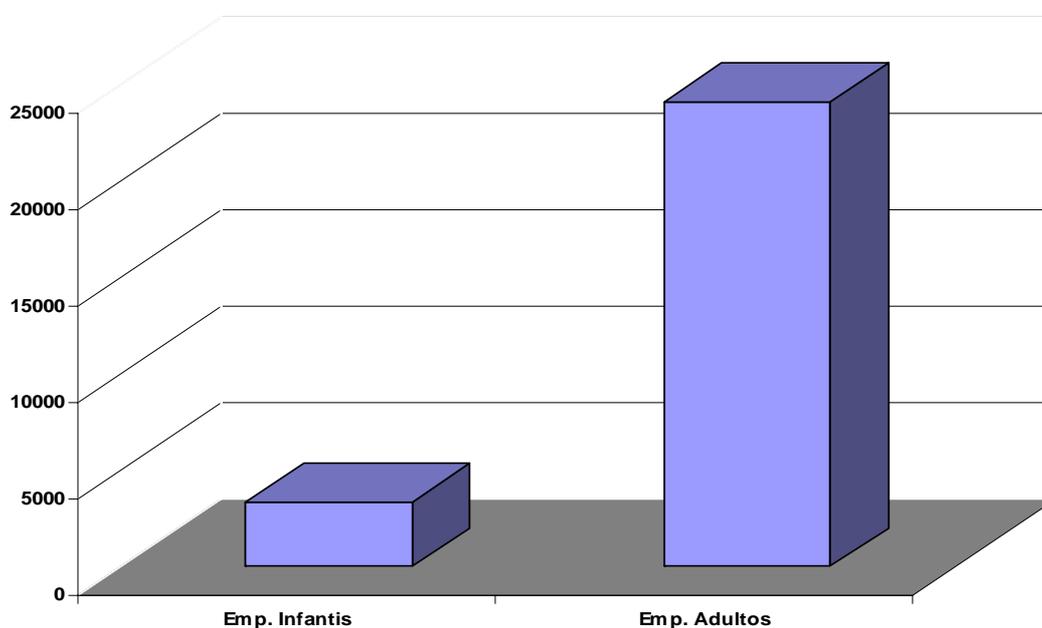


Fig. III.34 – Empréstimo domiciliário – Infantil e adulto – 2005

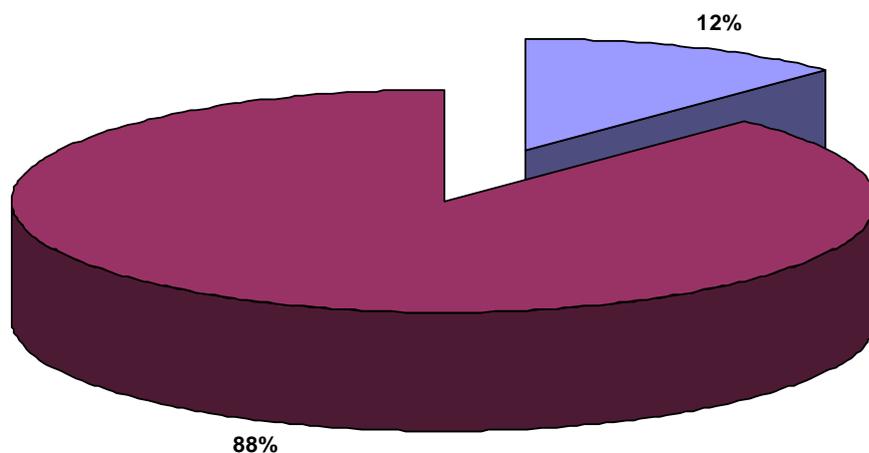


Fig. III.35 – Empréstimo domiciliário – Infantil e adulto – 2005

III.3.4 Consulta Local/ Empréstimo Domiciliário/ Utilizadores

Fazendo uma análise conjunta da consulta local, do empréstimo domiciliário e do utilizador, verificamos que o comportamento dos dados do gráfico não é semelhante. Ou seja, a relação consulta/empréstimo não apresenta o mesmo comportamento. O utilizador não consulta muito e requisita muito ou vice-versa.

Em relação à consulta local, ela tem vindo a decrescer progressivamente e acompanha o número de utilizadores, no entanto o empréstimo domiciliário tem-se mantido constante, tendo havido até uma ligeira subida em 2005 (ver Fig.III.36).

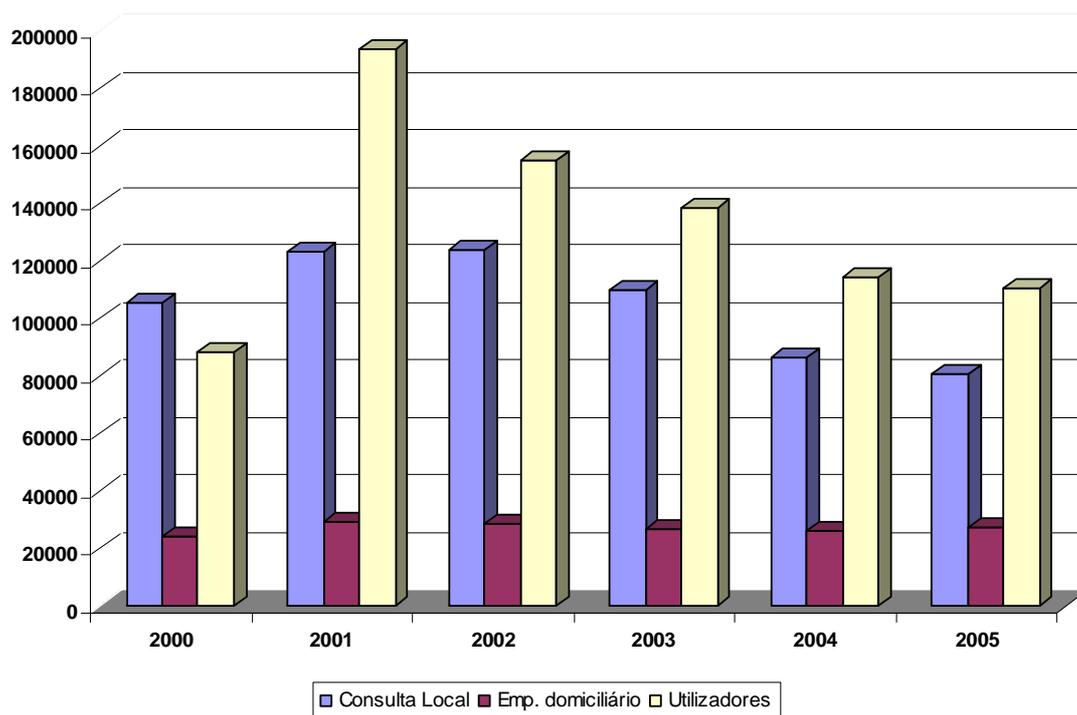


Fig. III.36 – Consulta local/Empréstimo domiciliário/Utilizadores

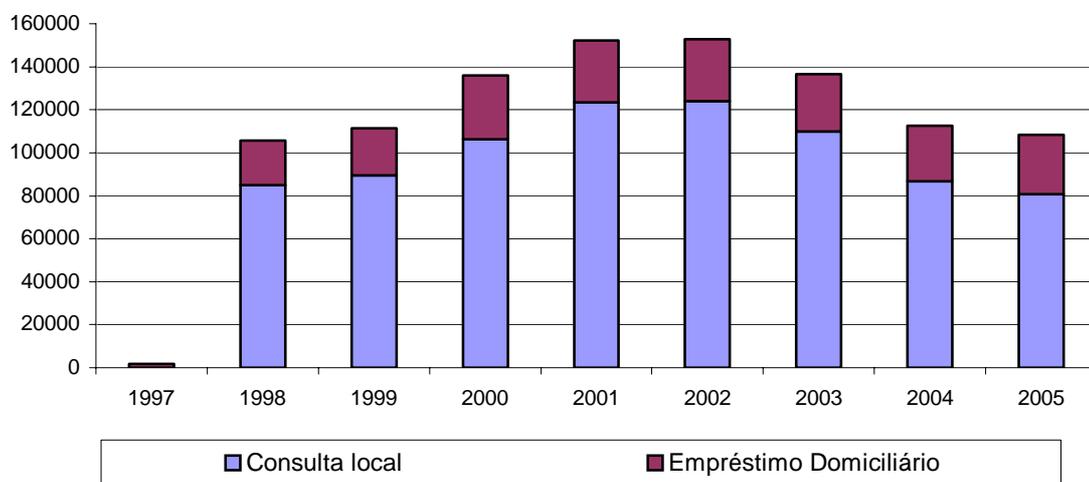


Fig.III.37 – Consulta local e empréstimo domiciliário

III.3.5 Empréstimo Domiciliário de Periódicos

O empréstimo domiciliário de periódicos iniciou-se em 2003.

O comportamento mensal do empréstimo de periódicos nos anos de 2003 e 2004 não é constante. Em alguns meses há periódicos requisitados noutros meses não.

Em 2005, verifica-se que o utilizador requisita todos os meses. Neste ano, a média mensal é de 27 periódicos.

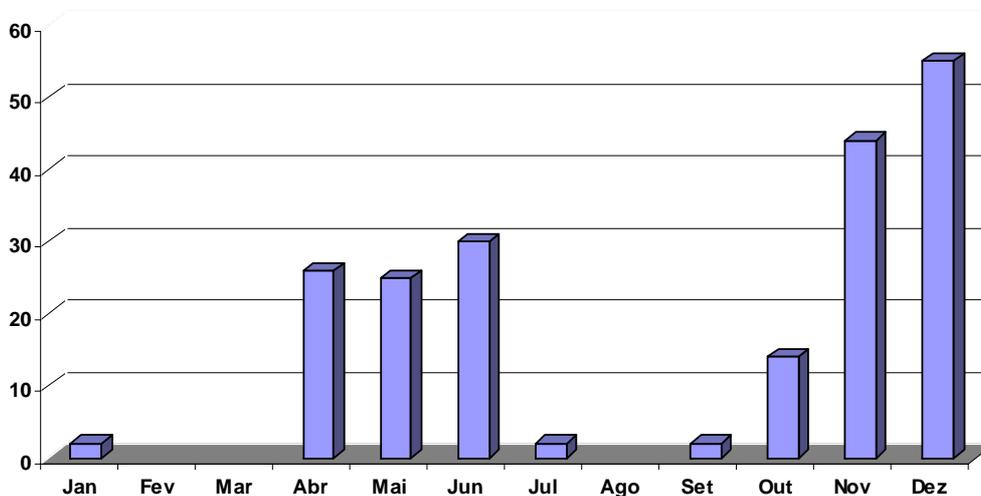


Fig.III.38 – Empréstimo domiciliário de periódicos (2003)

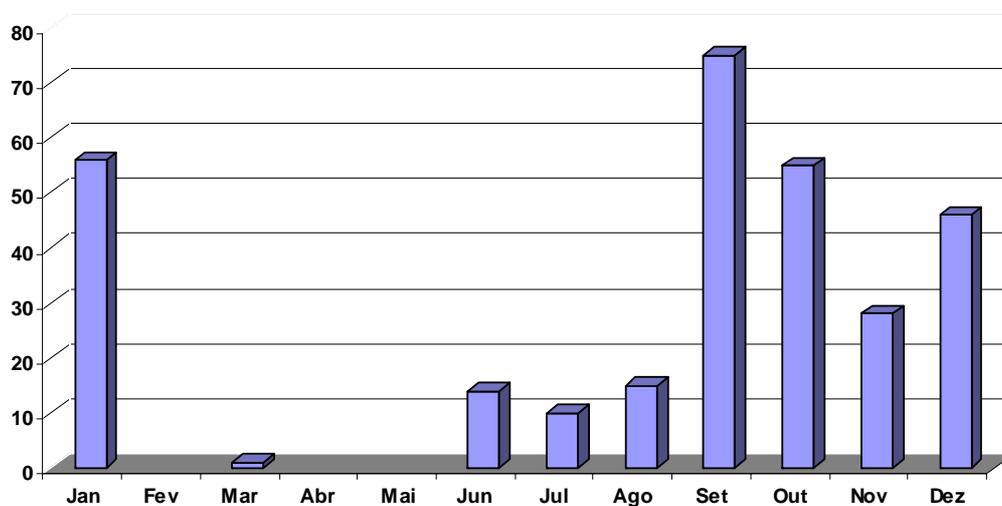


Fig.III.39 – Empréstimo domiciliário de periódicos (2004)

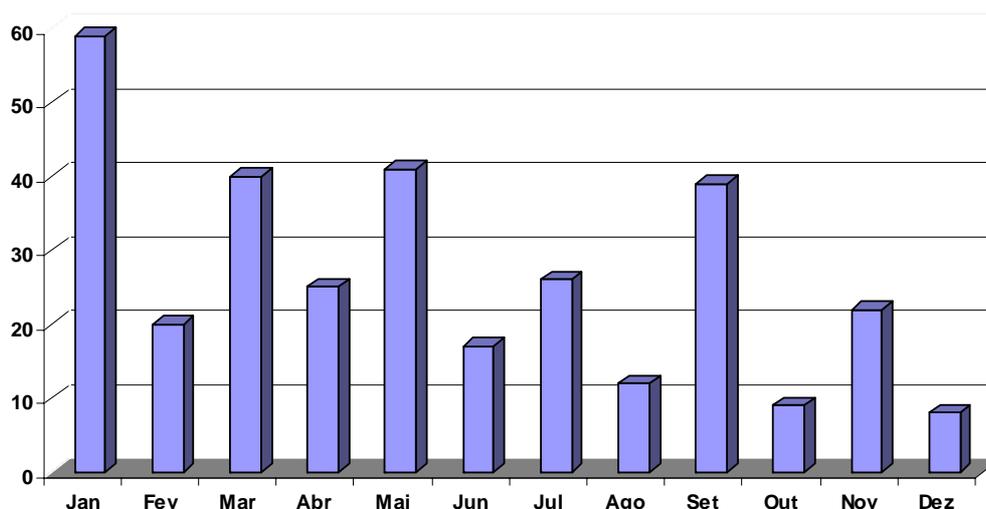


Fig.III.40 – Empréstimo domiciliário de periódicos (2005)

Este serviço de empréstimo tem vindo a crescer gradualmente, desde o seu início em 2003 até 2005. É, portanto, um serviço pretendido e utilizado pelo leitor.

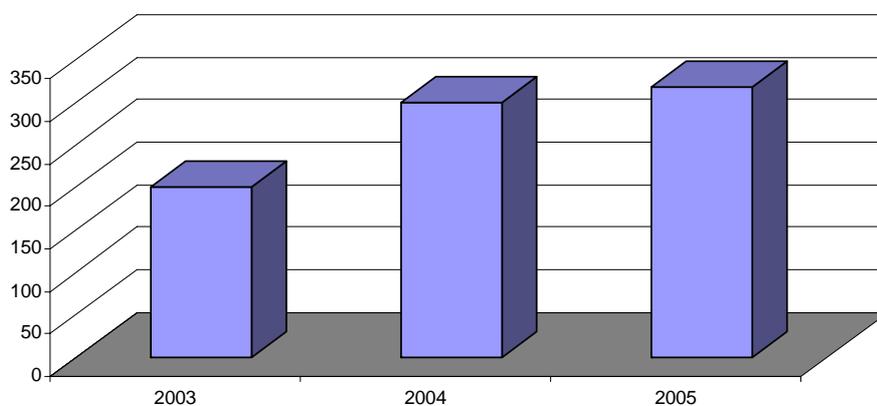


Fig.III.41 – Empréstimo domiciliário de periódicos (anual)

III.3.6 Visitas Programadas à Biblioteca (adultos e crianças)

Relativamente às visitas programadas à Biblioteca, adultos e crianças, podemos verificar que são as crianças que mais visitam a Biblioteca e conseqüentemente o sector a elas reservado. De salientar as actividades de animação que para elas estão sempre agendadas: hora do conto, teatro...

A média anual de crianças que visitam a Biblioteca é de 3.346.

A média anual de adultos que visitam a Biblioteca é de 527.

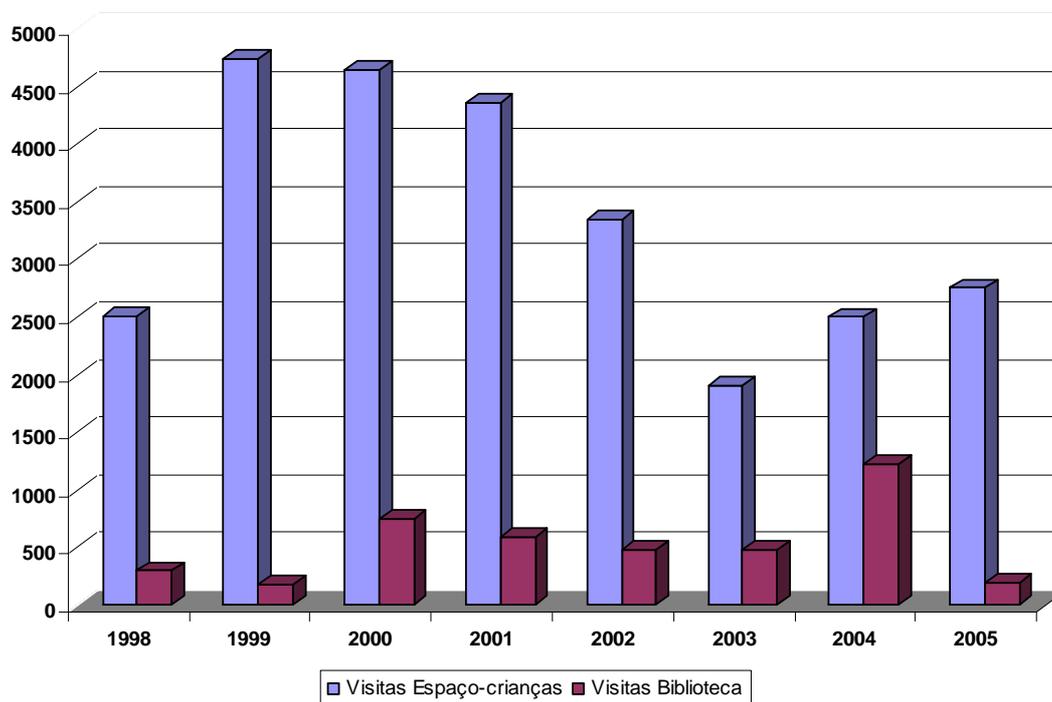


Fig.III.42 – Visitas programadas (adultos e crianças)

Às actividades de animação, concertos, exposições, colóquios, lançamento de livros também os utilizadores acorrem a este espaço, no entanto, na Fig.III.43 verifica-se um decréscimo em termos de público, mas este facto prende-se não com o desinteresse, mas com a diminuição das actividades proporcionadas.

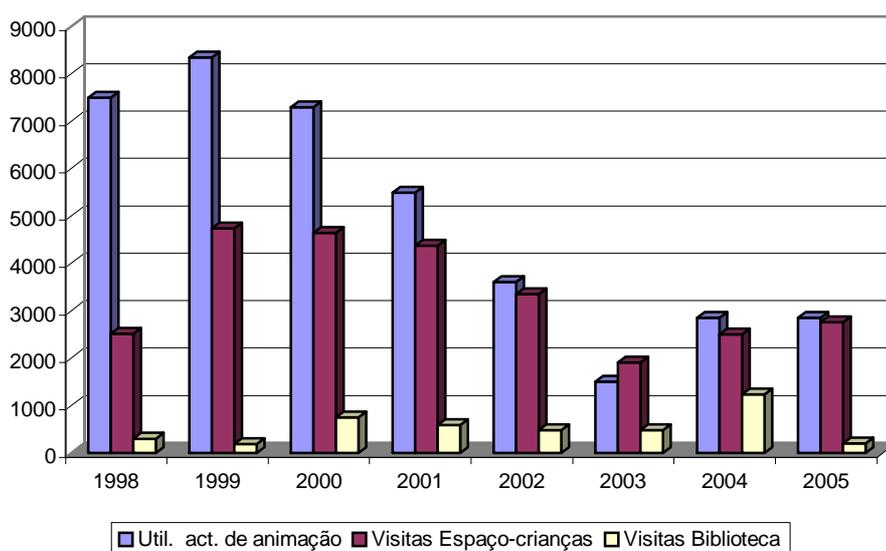


Fig.III.43 - Utilizadores que participaram em visitas programadas à Biblioteca

A Fig.III.43 representa apenas o número de utilizadores que participaram em visitas programadas à Biblioteca e actividades de animação em 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002, 2003, 2004 e 2005.

Neste quadro verifica-se desde logo que a grande diminuição por parte dos utilizadores foi em relação à sua participação em actividades de animação, a qual decaiu de 2000 até 2002. Mas as visitas ao espaço - crianças também diminuiram no triénio. Já as visitas de adultos, embora com uma ligeira diminuição de 2000 para 2001, de 2001 para 2002 a variação não é muito significativa.

III.4 Conclusão

Os anos de 1997, 1999 e 2001 foram os anos em que mais se investiu em documentação, nomeadamente em monografias. A documentação multimédia teve um aumento muito significativo nos anos de 1998 e 2000.

O comportamento do utilizador na Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia é idêntico ao longo do ano. Dos anos analisados, em termos de frequência do público, os melhores anos foram 1999, 2001 e 2004 (ver Fig.III.15 e Fig.III.16– Utilizadores – Mensal e Anual).

O empréstimo domiciliário tem-se mantido praticamente constante ao longo do período considerado, tendo havido um ligeiro aumento em 2005. Existem, no entanto, diferenças muito significativas de comportamento entre o público infantil e o público adulto (ver Fig.III.22 e Fig.III.23, referente ao empréstimo domiciliário e Fig.III.42, referente às visitas programadas).

A consulta local de monografias acompanha o número de utilizadores que frequenta a biblioteca (ver Fig.III.36 - Consulta local/Empréstimo domiciliário/Utilizadores).

A consulta através da Internet tem aumentado progressivamente ao longo dos anos. O ano de 2004 foi um ano de grande investimento em equipamentos informáticos, o que reflecte a maior consulta em 2005.

O recente serviço de Wi-fi, está implementado e com grande sucesso.

As visitas programadas à Biblioteca são constituídas maioritariamente pelo público infantil.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

CAPÍTULO IV

Apresentação do estudo de caso

Neste capítulo apresenta-se uma avaliação externa feita pelos utilizadores da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia através de um questionário a eles distribuído em dois momentos: em 2003 e em 2006, com o objectivo de verificar as alterações de comportamento dos utilizadores, procurando assim analisar até que ponto esta instituição com o seu trabalho está a responder às pretensões dos seus utilizadores.

IV.1 O Inquérito

Este estudo foi realizado entre os dias 30 de Outubro e 7 de Novembro de 2003 com o objectivo de avaliar o grau de satisfação em relação aos serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal de Vila nova de Gaia aos seus utilizadores.

Foi efectuado um pré-teste destinado à avaliação da formulação das perguntas sobre uma amostra de 10 utilizadores. Posteriormente, nos dias 6 e 7 de Junho de 2006 foi efectuado um novo inquérito (utilizando o mesmo questionário) com o objectivo de avaliar as diferenças relativamente aos resultados do inquérito realizado em 2003.

O universo do inquérito, cujos resultados são analisados mais adiante, é constituído pelos utilizadores da Biblioteca, incluindo os próprios funcionários uma vez que também eles são utilizadores (consultam, requisitam...).

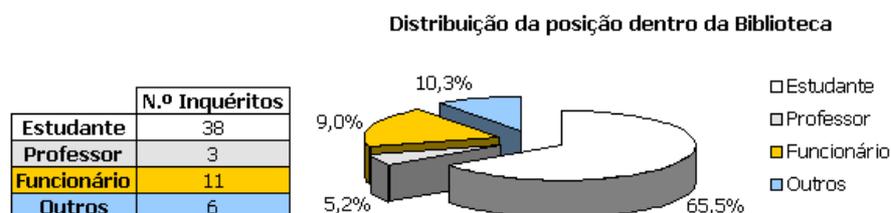
Em 2003 foram distribuídos 80 inquéritos de forma aleatória por utilizadores e funcionários, destes 80 foram recolhidos 76 inquéritos.

Do conjunto dos 76 apenas 58 inquéritos foi possível analisar.

Em 2006 foram distribuídos 80 inquéritos de forma aleatória por utilizadores e funcionários (os utilizadores mais idosos recusaram-se a colaborar neste trabalho), destes 80 foram recolhidos 75 inquéritos.

IV.2 Análise do resultado do inquérito realizado em 30 de Outubro e 7 de Novembro de 2003

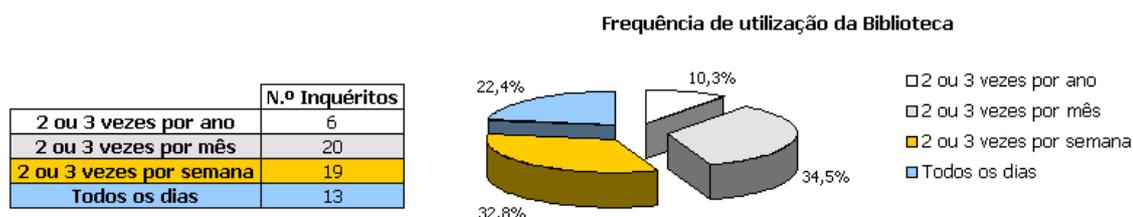
IV.2.1 Distribuição da posição dos inquiridos dentro da biblioteca



Da análise do quadro podemos verificar que os estudantes são os utilizadores mais significativos da Biblioteca.

Alguns funcionários da instituição também foram chamados a responder a este questionário, na qualidade de leitores e ao mesmo tempo conhecer as suas sugestões quanto ao seu local de trabalho.

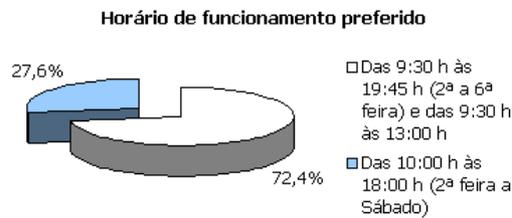
IV.2.2 Frequência de utilização da biblioteca no grupo de inquiridos



Em relação à frequência de utilização da Biblioteca constatamos que mais de metade dos inquiridos (55,2%) frequenta a Biblioteca pelo menos 2 ou 3 vezes por semana.

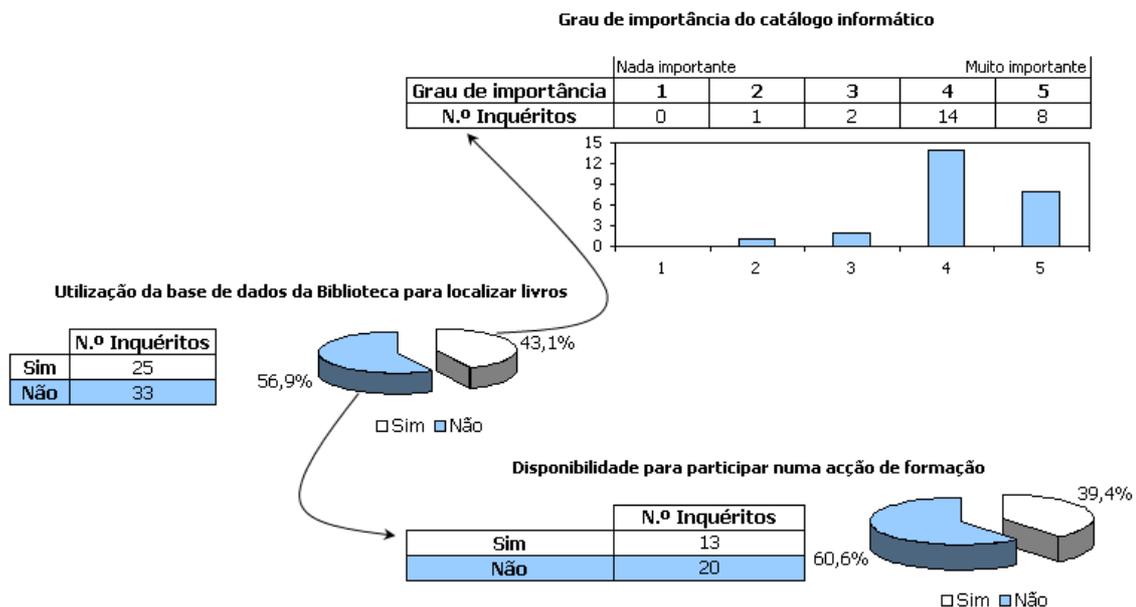
IV.2.3 Horário de funcionamento pretendido

	N.º Inquiridos
Das 9:30 h às 19:45 h (2ª a 6ª feira) e das 9:30 h às 13:00 h (Sábado)	42
Das 10:00 h às 18:00 h (2ª feira a Sábado)	16



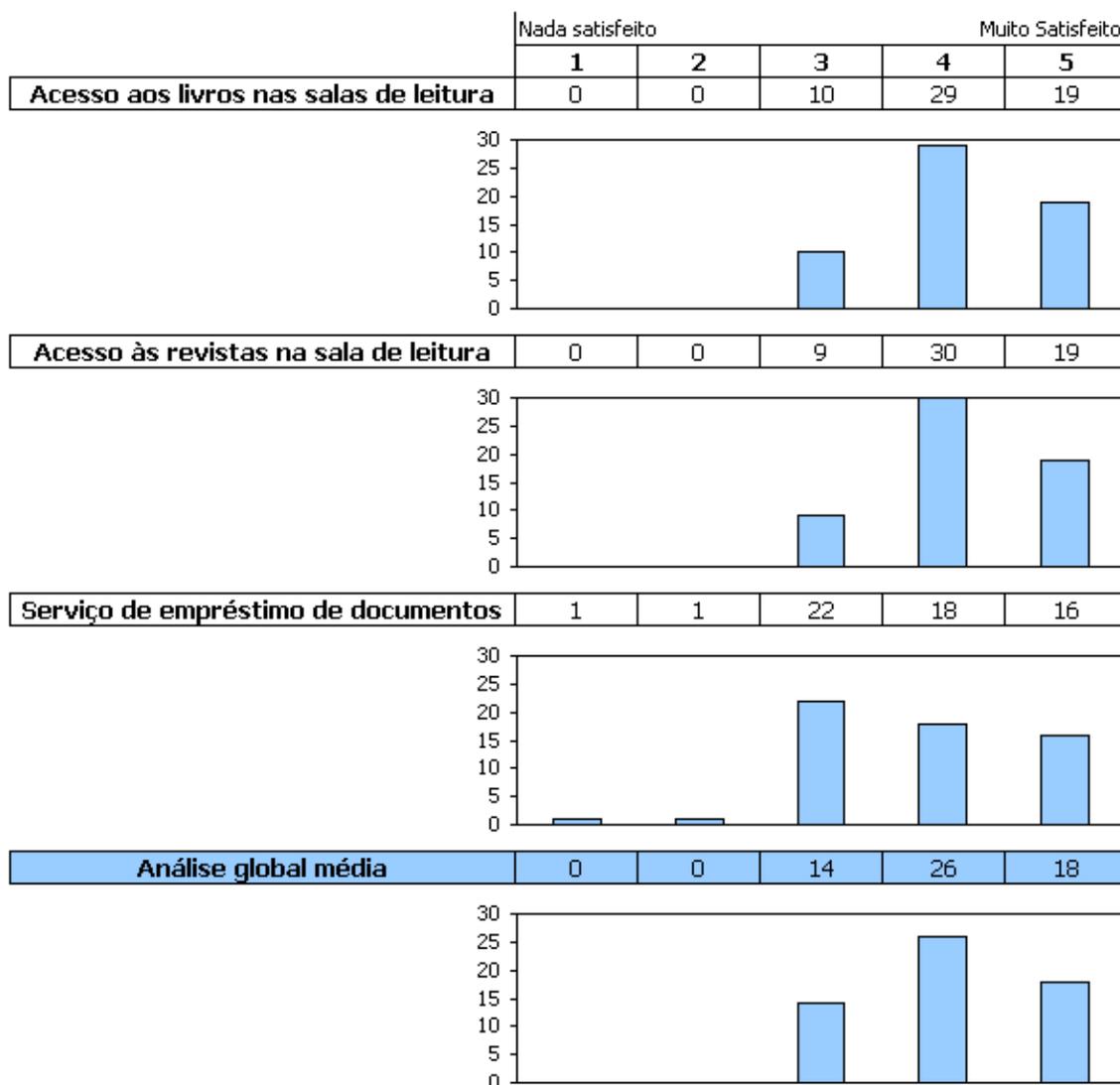
O horário praticado actualmente (das 9:30h às 19:45h de 2ª a 6ª feira- e das 9:30h às 13:00 ao sábado) corresponde ao ideal para grande parte dos inquiridos.

IV.2.4 Utilização da base de dados da biblioteca na localização dos livros



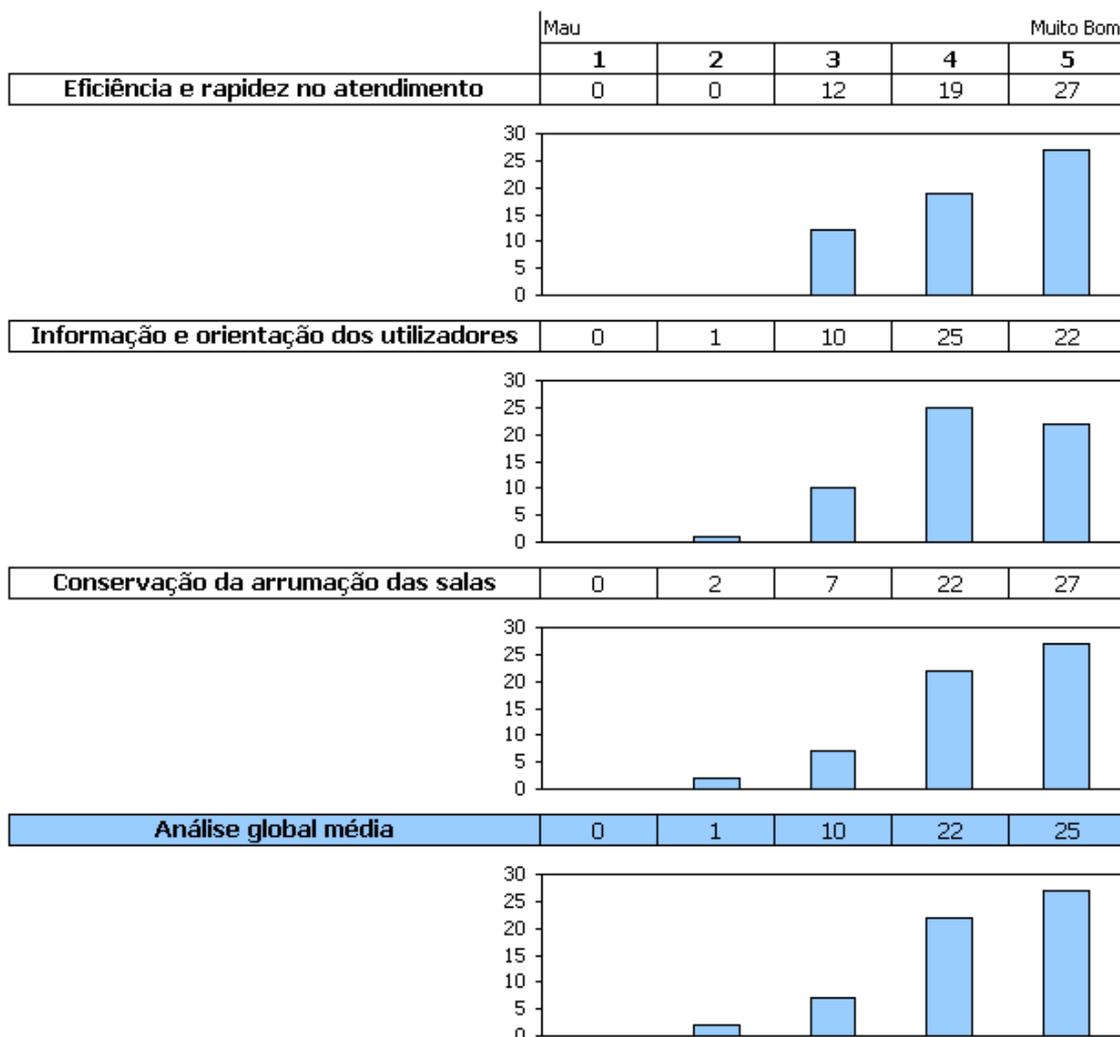
Em relação à questão da utilização da base de dados, o conjunto de inquiridos que utiliza a base de dados (43,1%) considera-a importante. Uma vez que a percentagem de inquiridos interessada na acção de formação (22,4%) é significativa, o projecto de formação previsto deveria avançar.

IV.2.5 Serviço da Biblioteca



Muito embora, e em termos globais, os inquiridos estejam satisfeitos com os serviços mencionados, o ponto fraco é o Serviço de Empréstimo de Documentos.

IV.2.6 Serviço dos funcionários

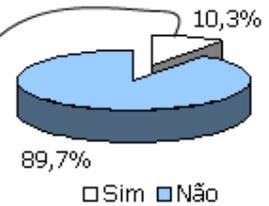


Os resultados globais reflectem um serviço muito bom por parte dos funcionários.

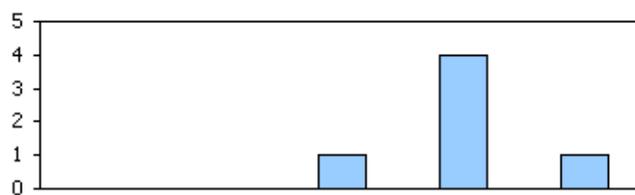
IV.2.7 Consulta da página Web da biblioteca

Consulta à página da Biblioteca na Internet

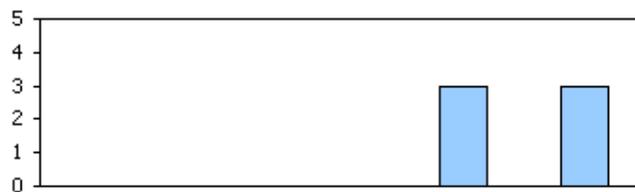
	N.º Inquéritos
Sim	6
Não	52



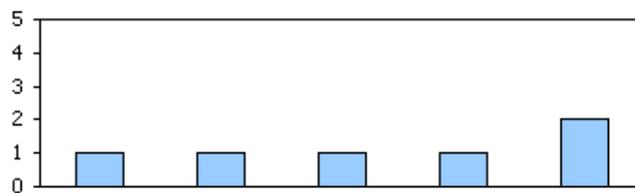
	Nada importante			Muito importante	
	1	2	3	4	5
Aspecto gráfico da página	0	0	1	4	1



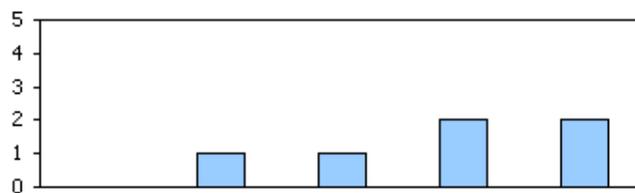
Organização da informação	0	0	0	3	3
----------------------------------	---	---	---	---	---



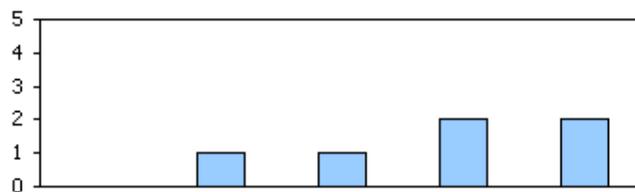
Facilidade de navegação	1	1	1	1	2
--------------------------------	---	---	---	---	---



Actualização de conteúdos	0	1	1	2	2
----------------------------------	---	---	---	---	---

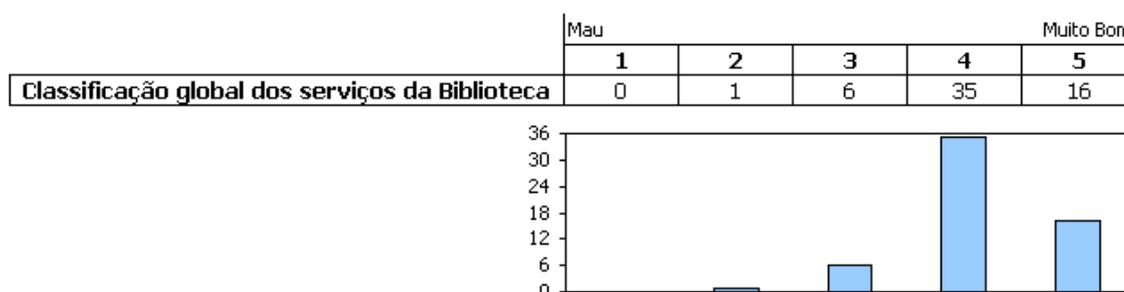


Análise global média	0	1	1	3	2
-----------------------------	---	---	---	---	---



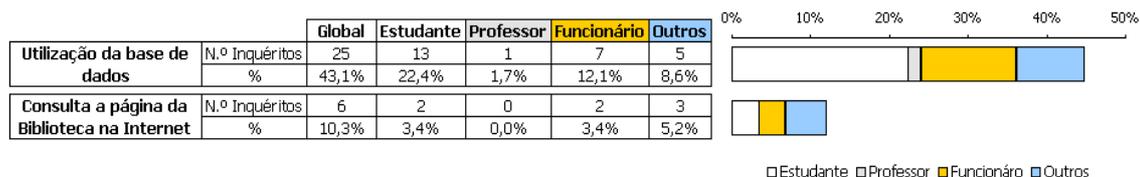
Embora apenas uma pequena percentagem dos inquiridos consulte a página da Internet da Biblioteca a opinião global é satisfatória. No entanto a Facilidade de Navegação e a Actualização dos Conteúdos são os seus pontos fracos.

IV.2.8 Classificação global dos serviços da biblioteca



Em termos globais, os serviços da Biblioteca têm uma classificação boa.

IV.2.9 Utilização dos recursos tecnológicos por posição dentro da biblioteca



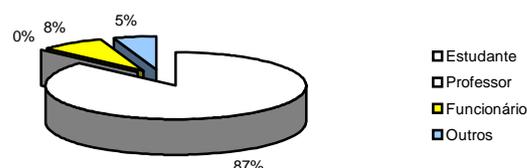
Analisando os dois recursos tecnológicos presentes verifica-se uma maior importância/utilização da Base de Dados. Qualquer aposta de melhoria deverá, pois, incidir nesse recurso.

Os estudantes são quem, naturalmente, mais utiliza qualquer um dos recursos mencionados.

IV.3 Análise do resultado do inquérito realizado em 6 e 7 de Junho de 2006

IV.3.1 Distribuição da posição dos inquiridos dentro da biblioteca

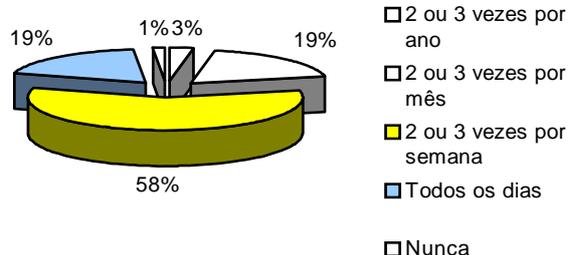
	Nº Inquéritos
Estudante	65
Professor	0
Funcionário	6
Outros	4



Da análise podemos verificar que são os estudantes os utilizadores mais significativos da biblioteca.

IV.3.2 Frequência de utilização da biblioteca no grupo de inquiridos

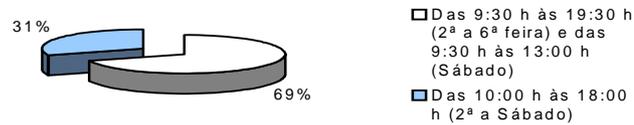
	Nº Inquéritos
2 ou 3 vezes por ano	2
2 ou 3 vezes por mês	14
2 ou 3 vezes por semana	43
Todos os dias	14
Nunca	1



Em relação à frequência de utilização da biblioteca constatamos que mais de metade dos inquiridos (60%) frequenta a Biblioteca pelo menos 2 ou 3 vezes põe semana. Os utilizadores que tanto a utilizam todos os dias como pelo menos 2 a 3 vezes por mês são quase 20%.

IV.3.3 Horário de funcionamento pretendido

	Nº Inquéritos
Das 9:30 h às 19:30 h (2ª a 6ª feira) e das 9:30 h às 13:00 h (Sábado)	52
Das 10:00 h às 18:00 h (2ª a Sábado)	23

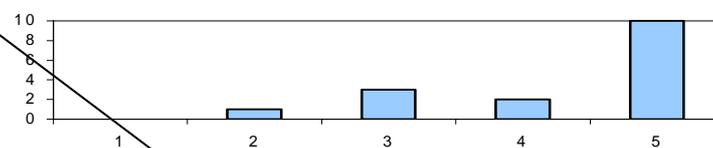


O horário praticado actualmente (das 9:30 às 19:30 de 2ª a 6ª, e das 9:30 às 13:00 ao Sábado) corresponde ao ideal para a grande maioria dos inquiridos

IV.3.4 Utilização da base de dados da biblioteca na localização dos livros

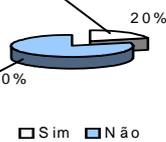
Grau de importância do catálogo informático

Grau de importância	Nada importante			Muito importante	
	1	2	3	4	5
Nº Inquéritos	0	1	3	2	10



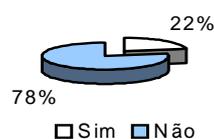
Utilização da base de dados da biblioteca para localizar os livros

	Nº Inquéritos
Sim	15
Não	60



Disponibilidade para participar numa acção de formação

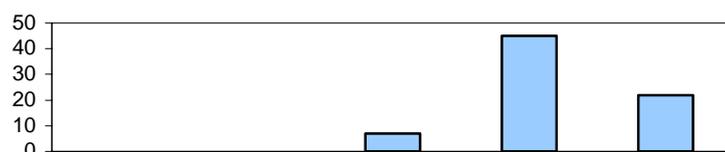
	Nº Inquéritos
Sim	14
Não	49



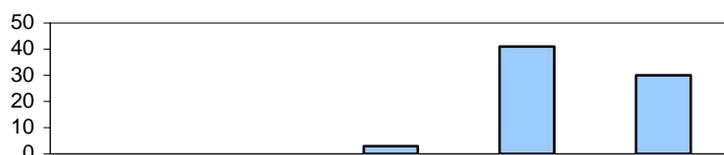
Em relação à questão da utilização da base de dados, o conjunto dos inquiridos que a utiliza (20%) considera-a muito importante.

IV.3.5 Serviço da Biblioteca

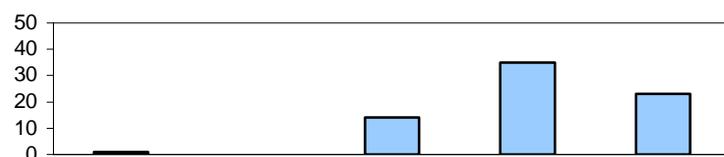
	Nada satisfeito			Muito satisfeito	
	1	2	3	4	5
Acesso aos livros nas salas de leitura	0	0	7	45	22



Acesso às revistas nas salas de leitura	0	0	3	41	30
---	---	---	---	----	----



Serviço de empréstimo de documentos	1	0	14	35	23
-------------------------------------	---	---	----	----	----

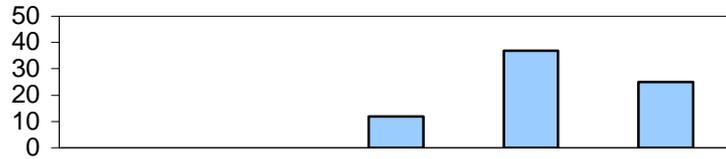


Análise global média	0	0	8	40	25
----------------------	---	---	---	----	----

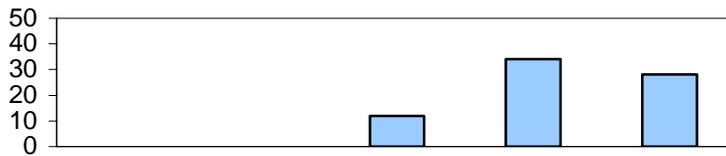


IV.3.6 Serviço dos funcionários

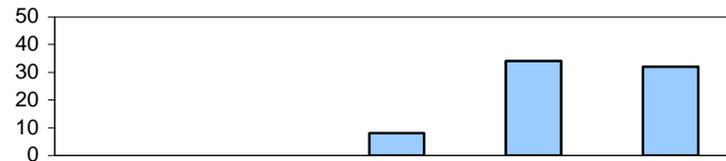
	Mau			Muito Bom	
	1	2	3	4	5
Eficiência e rapidez no atendimento	0	0	12	37	25



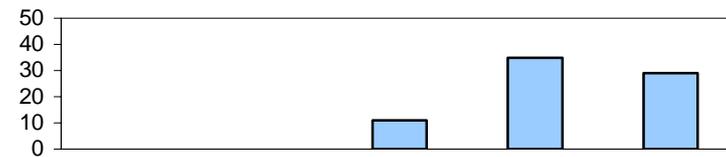
Informação e orientação dos utilizadores	0	0	12	34	28
---	---	---	----	----	----



Conservação da arrumação das salas	0	0	8	34	32
---	---	---	---	----	----



Análise global média	0	0	11	35	29
-----------------------------	---	---	----	----	----

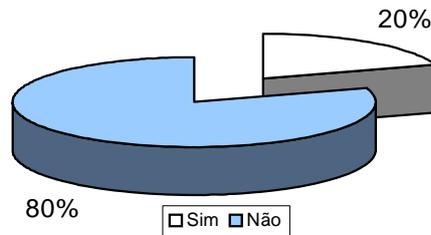


Os resultados globais reflectem um serviço bom por parte dos funcionários.

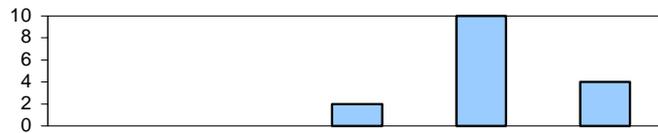
IV.3.7 Consulta da página Web da biblioteca

A opinião global da pequena percentagem que consulta a página da Internet é satisfatória.

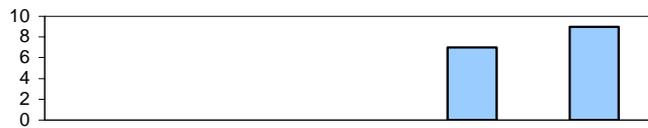
	Nº Inquéritos
Sim	15
Não	60



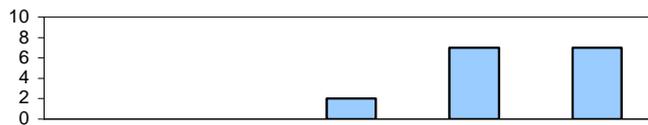
	Nada importante			Muito importante	
	1	2	3	4	5
Aspecto gráfico da página	0	0	2	10	4



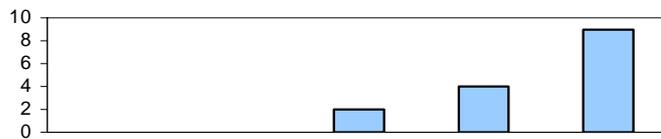
Organização da informação	0	0	0	7	9
---------------------------	---	---	---	---	---



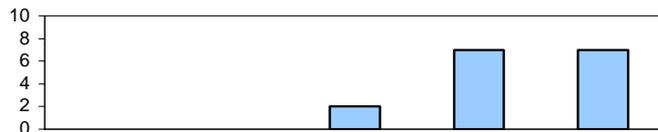
Facilidade de navegação	0	0	2	7	7
-------------------------	---	---	---	---	---



Actualização de conteúdos	0	0	2	4	9
---------------------------	---	---	---	---	---

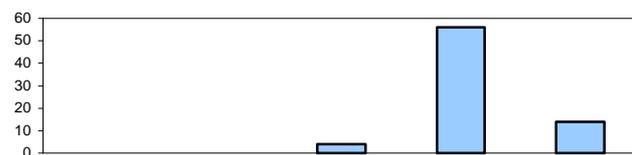


Análise global média	0	0	2	7	7
----------------------	---	---	---	---	---



IV.3.8 Classificação global dos serviços da biblioteca

Classificação global dos serviços da Biblioteca	Mau			Muito bom	
	1	2	3	4	5
	0	0	4	56	14



Em termos globais, os serviços da Biblioteca têm uma classificação boa.

IV.3.9 Utilização dos recursos tecnológicos por posição dentro da biblioteca

		Global	Estudante	Funcionário	Outros
Utilização da base de dados	Nº Inquéritos	75	65	6	4
	%				
Consulta da página da biblioteca na Internet	Nº Inquéritos	75	9	5	1
	%				

IV.4 Conclusão

Efectuar este tipo de análise de necessidades, com vista a avaliar as actividades da Biblioteca e quantificar tanto qualitativa como quantitativamente o desempenho dos serviços prestados, tem interesse para melhorar e aperfeiçoar a qualidade dos serviços.

Ao elaborar o presente trabalho, foram chamados a participar funcionários e utilizadores com vista a uma avaliação dos serviços da Biblioteca; foi grande o empenho de todos, mas verificou-se por parte dos utilizadores uma enorme abertura em dar o seu contributo.

Ainda em relação ao utilizador e ao seu perfil, depois deste trabalho, já podemos fazer algumas considerações: o utilizador da Biblioteca Pública de V. N. de Gaia é em relação à profissão maioritariamente estudante. Este facto podia estar dependente da proximidade da Biblioteca em relação às escolas circundantes, mas o número de estudantes universitários é muito significativo.

Em termos de frequência, o utilizador ocorre à Biblioteca duas a três vezes por semana; utiliza nas suas pesquisas a base de dados; está satisfeito em relação a periódicos e monografias constantes das salas de leitura; considera o serviço dos funcionários, tanto em termos de eficiência e rapidez no atendimento como na informação e orientação prestadas positivo. Em 2003 a eficiência e rapidez no atendimento tinha uma avaliação de Muito Bom, tendo em 2006 passado para Bom. Melhorou a informação e orientação do utilizador em 2006. A conservação da arrumação teve em 2006 uma avaliação inferior relativamente a 2003 (de 5 para 4). Os resultados globais reflectem um serviço Bom por parte dos funcionários.

De 2003 para 2006 aumentou o grau de importância daqueles que utiliza a base de dados, tendo, no entanto, diminuído de 43,1% em 2003 para 20% em 2006. Assim, como diminuiu o interesse em efectuar uma acção de formação para a sua correcta utilização, de 22,4% para 22%. Em 2006, 80% não utiliza a base de dados, em 2003 a percentagem era de 56,9%.

Tal como em 2003, o serviço de empréstimo continua a ser o ponto fraco nos serviços da Biblioteca. Tendo embora passado de 3 para 4 em 2006. No entanto, estes são duas questões “facilmente” desmontadas: em relação ao empréstimo domiciliário, nem todos os documentos são passíveis de empréstimo, por uma questão de preço, ou por uma questão de raridade em relação ao assunto de que tratam.

Os aspectos um pouco mais “negativos” prendem-se com o serviço de empréstimo domiciliário e com consulta da página Web da Biblioteca.

A página Web (www.bmgaiia.gaianima.pt) não tem sido muito procurada, até porque utilizador está fisicamente no espaço da Biblioteca.

De 2003 para 2006 diminuiu a utilização da página de 89,7% (2003) para 80% (2006). No entanto, quem a utiliza, e em relação à organização da informação e a actualização de conteúdos melhorou em 2006. Estes eram os pontos fracos em 2003.

Convém salientar que começa a ser mais consultada, por não frequentadores da Biblioteca, que se dirigem aos funcionários com listagens impressas do catálogo.

Relativamente aos comentários e sugestões dos inquiridos podemos constatar que existem muitas diferenças de um inquirido para outro.

Em 2003 as principais “críticas” prendiam-se com questões de recursos tanto bibliográficos como de equipamento.

Questões que se prendiam com a actualização do fundo bibliográfico nas áreas da informática, economia, educação, psicologia e direito, a velocidade da Internet, a actualização do hardware e software, o não empréstimo de material não livro, o período de empréstimo mais alargado e a sua renovação através de telefone e Internet, o aumento do número de PC's, a permissão dos menores de 14 anos consultarem a Internet, são questões todas elas já resolvidas e atendidas. Por outro lado, algumas pretensões, tais como o funcionamento do bar durante todo o tempo de funcionamento da Biblioteca e a abertura ao sábado à tarde ainda não foram atendidas.

Foram também muitos os elogios ao espaço e aos funcionários da instituição, considerando um espaço muito agradável para trabalhar, estando a prova na quantidade de visitantes e utentes de todas as idades que aqui vêm todos os dias a todas as horas.

De referir também a referência ao cuidado dos funcionários em telefonar aos utilizadores assim que a sua obra pretendida está disponível.

Em 2006 os comentários e sugestões prendem-se com outras questões: nomeadamente o ruído causado pela proximidade da zona de periódicos e do serviço de fotocópias, em relação à sala de leitura, um melhor isolamento das salas para grupos, aumento do tempo no acesso Wi-fi, mais computadores com acesso à Internet, Office em todos os computadores, implementar o empréstimo de Discman (já foram adquiridos) para

uso na biblioteca, mais tomadas nas salas para ligar os computadores portáteis, mais mesas de estudo, cadeiras mais confortáveis.

Os utilizadores deste espaço continuam a considera-lo um sítio muito agradável para estudar e para entretenimento, com um excelente serviço prestado pelos funcionários, no entanto, deveria ter um horário mais alargado (8h00 às 23h00) de segunda a sábado, serviço de Bar mais completo, a biblioteca deveria ter uma maior área, dado ser o 3º maior concelho do país, facilitar aos não naturais do concelho o cartão de leitor (esta medida foi implementada em 2004).

Em termos gerais, o utilizador da Biblioteca está satisfeito com o serviço prestado, no entanto, estimular e promover o aperfeiçoamento do desempenho da equipa de recursos humanos é um dos principais objectivos da instituição, no sentido de otimizar a qualidade dos serviços.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

CAPÍTULO V

Conclusões

Efectuar este tipo de análise de necessidades, com vista a avaliar as actividades da Biblioteca e quantificar tanto qualitativa como quantitativamente o desempenho dos serviços prestados, tem interesse para melhorar e aperfeiçoar a qualidade dos serviços.

Ao elaborar o presente trabalho, foram chamados a participar funcionários e utilizadores com vista a uma avaliação dos serviços da Biblioteca; foi grande o empenho de todos, mas verificou-se por parte dos utilizadores uma enorme abertura em dar o seu contributo.

Ainda em relação ao utilizador e ao seu perfil, depois deste trabalho, já podemos fazer algumas considerações: o utilizador da Biblioteca Pública de V. N. de Gaia é em relação à profissão maioritariamente estudante. Este facto podia estar dependente da proximidade da Biblioteca em relação às escolas circundantes, mas o número de estudantes universitários é muito significativo.

Em termos de frequência, o utilizador ocorre à Biblioteca duas a três vezes por semana; utiliza nas suas pesquisas a base de dados; está satisfeito em relação a periódicos e monografias constantes das salas de leitura; considera o serviço dos funcionários, tanto em termos de eficiência e rapidez no atendimento como na informação e orientação prestadas positivo.

Os aspectos um pouco mais “negativos” prendem-se com o serviço de empréstimo domiciliário e à consulta da página Web da Biblioteca. No entanto, estes são duas questões “facilmente” desmontadas: em relação ao empréstimo domiciliário, nem todos os documentos são passíveis de empréstimo, por uma questão de preço, ou por uma questão de raridade em relação ao assunto de que tratam.

A página Web (www.bmgaiagaanima.pt) não tem sido muito procurada, até porque utilizador está fisicamente no espaço da Biblioteca.

Convém salientar que começa a ser mais consultada, por não frequentadores da Biblioteca, que se dirigem aos funcionários com listagens impressas do catálogo.

Em termos gerais, o utilizador da Biblioteca está satisfeito com o serviço prestado, no entanto, estimular e promover o aperfeiçoamento do desempenho da equipa de recursos

humanos é um dos principais objectivos da instituição, no sentido de otimizar a qualidade dos serviços.

As Bibliotecas Públicas, enquanto lugares de comunicação, constituem palcos de enorme influência pública, sendo portanto, geradoras de formação de opiniões e capazes de influenciar a comunidade. Assim sendo, a Biblioteca Pública Municipal de V. N. de Gaia deve enriquecer o seu programa de actividades de animação, no sentido de cativar novos públicos e em última análise promover a leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECO, Umberto, 1932- - *A biblioteca*. 4^a ed. Lisboa : DIFEL, 1998. 46, [1] p. ; 20 cm. Conferência dada no dia 10 de Março de 1981 para comemorar os 25 anos de actividade da Biblioteca Municipal de Milão. Tít. orig.: De bibliotheca. PT|120201/98. ISBN 972-29-0174-5

Enciclopédia luso-brasileira de cultura. Lisboa : Verbo, D.L. 1992-D.L. 1995. 23 vol. : il. ; 25 cm. PT|54694/92 (1^o v.). PT|86343/95 (23^o v.)

Enciclopedia universal ilustrada Europeo-americana : etimologias sânscrito, hebreo, griego, latín, árabe, lenguas indígenas americanas, etc. : versiones de la mayoría de las voces en francés, italiano, inglés, alemán, portugués, catalán, esperanto. Madrid : Espasa-Calpe, D.L. 1991-D.L. 1994. 70 vol. : il. ; 26 cm. ES|M. 13245-1991 (Tomo 1). ES|M. 9884-1994 (Tomo 70). ISBN 84-239-4500-6 Obra completa

LEITURA PÚBLICA - *Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais* / coord. Maria José Moura.- Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

FORTES, José – *Museu Municipal Azuaga*, in *Mea Villa de Gaya : guia ilustrado do concelho de Gaya*, 1909.

FREITAS, Eduardo de ; CASANOVA, José Luís ; ALVES, Nuno de Almeida - *Hábitos de leitura : um inquérito à população portuguesa*. 1^a ed. Lisboa : Dom Quixote, 1997. 323 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia, p. 321-323. ISBN 972-20-1413-7.

FREITAS, Eduardo de - *As bibliotecas em Portugal, elementos para uma avaliação*. Lisboa : Observatório das Actividades culturais, 1998. 151 p. : quadros, gráf. ; 21 cm. (OBS - Pesquisas ; 2) . ISBN 972-8488-01-7.

FUNDO BIBLIOGRÁFICO - *Fundo bibliográfico: para bibliotecas de leitura pública* / José António Gomes, Henrique Barreto Nunes, Maria Helena R. Laranjeiro da Cunha.- Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

GAUDET, Françoise ; LIEBER, Claudine - *El expurgo en la biblioteca*. Madrid : ANABAD, 2000. 269 p. ; 24 cm. Tít. orig.: Désherber en bibliothèque. Bibliografia, p. [263]-269. ISBN 84-88716-31-1.

GUIMARÃES, Gonçalves, 1951- *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia* / Gonçalves Guimarães. - Vila Nova de Gaia : Câmara Municipal. Núcleo Museológico de Arqueologia, 1993. - 56 p. a 2 colns : il. ; 21x30 cm PT|72108/93 ISBN 972-581-011-2

MOREIRA, Alberto Luís – *A Biblioteca Pública de V. N. De Gaia : memória e renovação*. - Gaia : Câmara Municipal de V. N. De Gaia, 1996.

LEITURA PÚBLICA - *Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais* / coord. Maria José Moura.- Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

RELATÓRIO SOBRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL - *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal [texto policopiado]* / coord. Maria José Moura.- [Lisboa]: [s.n.], 1996.

NUNES, Henrique Barreto, 1947- *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal* / Henrique Barreto Nunes, [pref. Maria José Moura]. 2ª ed.- Braga: Autores de Braga, 1998. - Contém referências bibliográficas

USHERWOOD, Bob - *A biblioteca pública como conhecimento público*. Lisboa : Caminho, 1999. 212 p. ; 21 cm. (Das bibliotecas & informação) . Tít. orig.: The public library as public knowledge. ISBN 972-21-1284-8.

MACGARRY, Kelvin J. - *Da documentação à informação : um conceito em evolução*. Lisboa : Presença, imp. 1984. 196 p. ; 21 cm. (Textos de Apoio ; 9) . Tít. orig.: The changing context of information - an introductory analysis. Contém bibliografia.

Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas : 1995. In: *Bibliomédia revista*. - Guimarães. ISSN ISSN 0872-0797. - N°1 (Out. 1998), p.44-45

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística - *Censos 2001 : resultados definitivos, XIV recenseamento geral da população, IV recenseamento geral da habitação*. Lisboa : INE , 2002.

REBELO, Carlos Alberto, 1954- - *A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares, 1870-1910. 1ª ed. Porto : Campo das Letras, 2002. 230 p. : il. ; 21 cm. (Campo da educação). Originariamente Tese maestr. História Social Contemporânea, Inst. Sup. de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1998. PT|175817/02. ISBN 972-610-495-5*

VENEGAS, Maria Clemencia ; MUÑOZ, Margarita ; BERNAL, Luis Dario - *Promoción de la lectura en la biblioteca y en el aula*. 1ª ed. Argentina : Aique, imp. 1994. 362, [6] p. ; 23 cm. (Aique didáctica) . Bibliografia, p. 357-362. ISBN 950-701-275-3.

VENTURA, João José Belchior Guerreiro - *As bibliotecas e a esfera pública*. Oeiras : Celta Editora, 2001. 165 p. ; 30 cm. Originariamente Tese maestr. Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE, 2001. Bibliografia, f. 254-266. PT|178228/02. ISBN 972-774-138-X

APÊNDICES

Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia

Questionário

Instruções: Por favor, responda a cada uma das questões exprimindo a sua posição pessoal. Não há uma boa ou má resposta; só a sua opinião conta. Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração na realização deste estudo, no âmbito de uma dissertação de Mestrado, que tem por **objectivo** proceder à avaliação do desempenho da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia.

A sua colaboração constitui um factor importante para o êxito deste trabalho, por isso solicitamos-lhe o preenchimento deste questionário.

Para preencher o questionário, utilize um **X** nas respostas **Sim/Não** e um **círculo** nas respostas com escala de **1 a 5**.

1. **Indique a sua posição dentro da Biblioteca:**
- Estudante
 - Professor
 - Funcionário
 - Outra. Qual _____

2. **Com que frequência, em média, utilizou esta Biblioteca** (*Assinale com uma cruz apenas uma das opções*):

- Nunca
- 2 ou 3 vezes por ano
- 2 ou 3 vezes por mês
- 2 ou 3 vezes por semana
- Todos os dias

3. **Qual o horário de funcionamento da Biblioteca que preferiria?**

3.1 Das 9.30 horas às 19.30 horas (de 2^a a 6^a feira)
Das 9.30 horas às 13.00 horas (sábado)

3.2 Das 10.00 horas às 18.00 horas (de 2^a a sábado)

4. **Costuma utilizar a base de dados da Biblioteca para localizar os livros que procura ?** SIM NÃO

4.1 Se respondeu SIM, indique na escala que se apresenta a seguir o grau de importância que atribui em relação ao catálogo informático disponível (*assinale com um círculo, a posição que melhor corresponde à sua apreciação*)

1 2 3 4 5

Nada importante |-----|-----|-----|-----| Muito importante

- 4.2 Se respondeu NÃO, teria disponibilidade para participar numa pequena acção de formação sobre a utilização de bases de dados bibliográficos ?** SIM NÃO

5. Qual o grau de satisfação em relação aos seguintes aspectos do serviço da Biblioteca ? (Para cada alínea a seguir, assinale com um círculo, a posição que melhor corresponde à sua apreciação)

	Nada satisfeito	1	2	3	4	5	Muito satisfeito
5.1 Acesso aos livros nas salas de leitura							
5.2 Acesso às revistas na sala e leitura							
5.3 Serviço de empréstimo de documentos							

6. Classifique os seguintes itens em relação ao serviço dos funcionários (Para cada alínea a seguir, assinale com um círculo, a posição que melhor corresponde à sua apreciação)

	Mau	1	2	3	4	5	Muito Bom
6.1 Eficiência e rapidez no atendimento							
6.2 Informação e orientação dos utilizadores							
6.3 Conservação da arrumação das salas							

7. Costuma consultar a página da Biblioteca na Internet? SIM NÃO

Se respondeu SIM, indique na escala que se apresenta a seguir o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes aspectos relativamente à informação acedida via Internet (assinale com um círculo, a posição que melhor corresponde à sua apreciação)

	Nada importante	1	2	3	4	5	Muito importante
7.1 Aspecto gráfico da página							
7.2 Organização da informação							
7.3 Facilidade de navegação							
7.4 Actualização de conteúdos							

8. Dê uma classificação global aos serviços da Biblioteca. (Assinale com um círculo, o algarismo que melhor corresponde à sua apreciação)

Mau	1	2	3	4	5	Muito Bom

(se deseja fazer algum comentário, utilize a última página - vsf)

FIM

Muito obrigada pela sua colaboração

Comentários e/ou sugestões :

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for providing comments and suggestions. It occupies the central portion of the page.



MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

PROGRAMA DE APOIO ÀS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS
BIBLIOTECAS

2004

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO: CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIA

II. CONTRATOS-PROGRAMA ENTRE O MINISTÉRIO DA CULTURA E OS MUNICÍPIOS

III. BASES PARA PROGRAMAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

1. Localização e relação com a envolvente urbana
2. Serviços Públicos
3. Serviços Internos
4. Circulações
5. Mobiliário
6. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)
7. Infra-estrutura de Cablagem estruturada de voz/dados
8. Conforto térmico e ambiental
9. Segurança
10. Sinalética
11. Pessoal

IV. OUTRAS BIBLIOTECAS NO ÂMBITO CONCELHIO

PROGRAMAS TIPO

I. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO. CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIA

Em 1986, por despacho da então Secretária de Estado da Cultura, foi criado um Grupo de Trabalho a quem incumbiu a tarefa de definir as bases de uma política nacional de leitura pública, a qual assentaria "fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas" que, a nível central e local, mais directamente as pudessem apoiar (Despacho nº 3/86, 11 de Março).

No Relatório¹ então apresentado pelo Grupo, sugeriram-se medidas imediatas de intervenção, bem como orientações conceptuais e programáticas sobre as bibliotecas a criar que mereceram aprovação superior.

Assim, o Instituto Português do Livro e da Leitura desenvolveu e aplicou desde 1987 um plano de leitura pública, através do apoio à criação de bibliotecas públicas municipais. Após a sua fusão com a Biblioteca Nacional, em 1992 — de que resultou o IBL (Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro) — e depois, em 1997, o plano prosseguiu com a reestruturação do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB). Trata-se de um projecto de criação de uma rede nacional de bibliotecas públicas, tendo por base o concelho, que integra uma Biblioteca Municipal — localizada na sede daquele, em zona central ou muito frequentada — e Anexos ou Pólos em diferentes locais do município, de acordo com o número e a distribuição dos seus habitantes.

Em 1996, um Grupo de Trabalho nomeado para o efeito apresentava um *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*², no qual se procedia a uma reflexão sobre o contexto nacional e internacional, e se propunham novas linhas de acção para o desenvolvimento futuro da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a promover pelo IPLB, cuja lei orgânica aguardava publicação.

Considerando as recentes tendências para o registo e disponibilização da informação em suporte digital, para a informação multimédia e para o aumento da utilização de facilidades de rede para acesso e distribuição de produtos e serviços de informação — de que o exemplo mais conhecido é a Internet — o referido Relatório concluía que, continuando a ser fundamentais as funções básicas de promoção da leitura e do acesso à informação, para que a biblioteca pública as possa desempenhar cabalmente é necessário que as suas colecções e serviços incluam, como refere o Manifesto da UNESCO, "todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, assim como fundos tradicionais". Como tal, nas bibliotecas apoiadas no âmbito deste projecto:

- os fundos documentais devem, de forma coerente, pluralista e actualizada, cobrir todas as áreas do conhecimento;

¹ MOURA, Maria José (coordenadora) *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1986

² MOURA, Maria José (coordenadora) *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa, Ministério da Cultura, 1996

- toda a informação deve estar integrada num sistema — no qual seja possível identificar facilmente os documentos que a biblioteca possui, seleccionar o que interessa em cada caso, visualizar a sua localização na biblioteca, aceder directamente à documentação e solicitar o empréstimo domiciliário — que disponibilize o acesso ao catálogo através da Web;
- as colecções devem apresentar-se de forma lógica e atractiva, pelo que a biblioteca deve ser dotada de mobiliário e equipamento adequados;
- os utilizadores devem dispor de espaços e equipamentos apropriados, que lhes permitam não só a consulta da documentação existente e o acesso a fontes de informação remotas, mas também outro tipo de trabalho individual, atendendo às necessidades dos vários públicos;
- quadro de pessoal deve ser suficiente para permitir um horário alargado, satisfazer as exigências de bom funcionamento da biblioteca, correspondendo em número e em especialização à dimensão e diversidade dos seus serviços, nomeadamente, a consulta local e o empréstimo domiciliário, assim como outros referentes à informação, à auto- formação, etc.

Estão definidos três Programas-tipo de bibliotecas – B.M.1, B.M.2, e B.M.3 – servindo, respectivamente:

- B.M.1: concelhos com população <20 000 habitantes;
- B.M.2: concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes;
- B.M.3: concelhos com população > 50 000 habitantes.

O quadro-resumo de cada um destes tipos de biblioteca constituirá, pois, o ponto de partida para o desenvolvimento dos projectos a apoiar pelo IPLB, tendo em conta a população de cada concelho.

Os Programas-tipo, em anexo, que apresentam os mínimos de referência, têm tido alguma evolução ao longo do tempo e poderão ser objecto de eventuais adaptações em função das características demográficas do concelho.

Assim, nos casos de população dispersa por vários núcleos urbanos, o dimensionamento da biblioteca deverá ser equacionado tendo em conta a população da sede do concelho e dos agregados populacionais sobre os quais, pela sua proximidade e por razões escolares ou laborais, possa exercer forte atracção. Por outro lado, esse dimensionamento deverá ter em consideração a necessidade de tornar a biblioteca o centro de uma rede concelhia, capaz de cobrir de forma efectiva toda a área do município, através da criação de anexos, de bibliotecas itinerantes, ou por outras formas que, em qualquer caso, deverão ser referenciadas no momento de apresentação do processo de candidatura. Tendo em conta que muitas BUM. irão dar apoio às bibliotecas escolares do concelho, será conveniente prever, sempre que possível, e sobretudo nas áreas de serviços internos e de depósito, o acréscimo de espaços necessários para o efeito.

Em consequência, os quadros de pessoal propostos e as áreas indicadas em cada um dos Programas-tipo serão adaptados a cada situação concreta, tendo em conta, nomeadamente, a população residente na sede do concelho e núcleos urbanos adjacentes e ainda as características da rede concelhia a criar (número e dimensão dos anexos, eventual existência de bibliotecas itinerantes), assim como o número de bibliotecas escolares a apoiar.

Os princípios gerais orientadores da criação de Anexos são estabelecidos no capítulo IV deste documento.

Nos Municípios de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto poderá, em princípio aplicar-se um projecto, designado BIBLIOPOLIS, destinado a apoiar bibliotecas em grandes centros urbanos, onde já existam outras importantes unidades de informação, nomeadamente bibliotecas universitárias.

Paralelamente, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram concebidos programas e protocolos distintos, tendo em consideração a especificidade das respectivas situações.

II. CONTRATOS-PROGRAMA ENTRE O MINISTÉRIO DA CULTURA E OS MUNICÍPIOS

Como referido, este projecto esteve desde o início — em 1987 com a criação do IPLL e depois, entre 1992 e 1997 no âmbito do IBL — dentro das atribuições da Direcção de Serviços de Leitura Pública, à qual competia "assegurar a planificação e execução da política nacional de leitura pública, através, nomeadamente, da colaboração entre a administração central e autárquica". Essas atribuições passaram a ser exercidas, a partir de 1997, pelo IPLB, através da sua Direcção de Serviços de Bibliotecas.

Com esse objectivo, logo em 1987, fora publicada legislação que viabilizava o estabelecimento de contratos-programa entre o IPLL e os Municípios, para "execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública, no quadro da rede de bibliotecas municipais" (Dec.-Lei n.º 111/87, de 11 de Março). Tendo sido pioneira, foi depois completada por outra, de aplicação mais genérica (Dec.—Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro).

Actualmente, os contratos-programa têm um período de vigência mínimo de 5 anos, competindo aos Municípios a iniciativa da criação da biblioteca e a responsabilidade pelo seu posterior funcionamento, e à Administração Central o apoio técnico-financeiro que permita a sua criação e desenvolvimento. A comparticipação do Estado pode atingir 50% dos custos orçamentados para cada projecto, incluindo honorários da equipa projectista, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e tecnologias da informação e comunicação.

III. BASES PARA PROGRAMAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A programação das bibliotecas deverá contar, desde o seu início, com a colaboração de um Bibliotecário, uma vez que se trata de equipamentos que requerem um contributo técnico específico para a elaboração dos respectivos Programas Preliminares³.

Estabelecem-se a seguir os princípios gerais que devem presidir à elaboração desses Programas, caracterizando os diferentes espaços e correspondentes funções.

1. Localização e relação com a envolvente urbana

Na relação com a envolvente urbana é importante ter em conta que as bibliotecas municipais, enquanto unidades de equipamento colectivo/edifícios públicos, deverão ser consideradas como elementos simbólicos estruturantes do tecido urbano, com uma imagem bem identificada sob o ponto de vista arquitectónico e volumétrico, quer se trate de construção de raiz ou de adaptação de edifício existente.

Mas os edifício das bibliotecas têm um impacto importante no modo de oferta dos respectivos serviços e devem, pois, ser planeados de forma a reflectirem as suas diversas funções, optimizando-as, tornando-as acessíveis a toda a comunidade e suficientemente flexíveis para vir a integrar serviços novos e/ou em transformação.

Devem construir-se nas imediações de locais habitualmente frequentados pela população, de preferência com uma zona de estacionamento própria ou próxima, com espaço reservado para deficientes.

A instalação da biblioteca em edifício já existente só é possível quando este for considerado património arquitectónico e, simultaneamente, se adequar às exigências de áreas e funcionalidades constantes do presente documento, tendo sempre em conta a sua localização e potencial impacto na comunidade.

Sem se descaracterizar é, porém, importante que a biblioteca pública tenha outras valências para além da leitura e possa ser utilizada pela comunidade para conferências, encontros, exposições, etc. e, quando em edifícios de adequadas dimensões, para pequenas sessões musicais, teatrais, etc. Uma biblioteca pública com um alto nível de utilização dará um contributo significativo para a vitalidade da zona urbana em que se insere e constituirá um importante centro de encontro, de auto-formação e de sociabilidade, particularmente em zonas rurais ou com baixa densidade

³ Recordar-se que, nos termos da Portaria do M.O.P.T.C. de 7 de Fevereiro de 1972, publicado no Suplemento à II Série do Diário do Governo, nº 35, de 11 de Fevereiro de 1972, por *Programa Preliminar* entende-se o "documento fornecido pelo dono da obra ao autor do projecto para definição dos objectivos, características orgânicas e funcionais e condicionamentos financeiros da obra, bem como respectivos custos e prazos de execução a observar.

populacional.

É importante a imagem arquitectónica que o edifício projecta de si, no qual merece especial relevo a marcação da entrada como elemento determinante da composição da fachada principal e do próprio edifício. Assim, a entrada da biblioteca deve ser claramente visível e localizada na parte do edifício de mais fácil acesso por parte dos utilizadores, permitindo desde logo uma fácil percepção do interior do edifício.

A organização do espaço da biblioteca, incluindo acessos exteriores e interiores, devem respeitar a legislação relativa a pessoas portadoras de deficiência (Dec.-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio).

O exterior da biblioteca deve estar bem iluminado e identificado, com sinalética claramente visível.

O terreno ou o edifício existente terão que ser propriedade da Câmara Municipal até à assinatura do contrato-programa.

2. Serviços públicos

2.1 Átrio

É através do átrio que se estabelece a relação interior/exterior do edifício e se tem acesso a todas as áreas do serviço público. É, pois, o grande espaço distribuidor do edifício, uma espécie de "praça" interior, na qual deverá ser acentuada a dimensão tridimensional, por forma a permitir uma leitura clara do modo de funcionamento da biblioteca.

Em termos funcionais, o átrio é, por excelência, um espaço de acolhimento, informação e orientação do utilizador.

Nele será colocado o balcão onde se procede ao atendimento, orientação e primeira informação do público, assim como à gestão integrada do empréstimo⁴. Atendendo a essas funções, o balcão deverá possuir dimensões adequadas e albergar no mínimo dois postos de trabalho com os seus dois computadores. Deverá ser amovível e ter alturas diversificadas – não excedendo 1, 10 cm – de molde a facilitar o atendimento tanto de adultos como de crianças e também de deficientes. Na retaguarda deverá haver espaço suficiente para uma primeira reorganização dos documentos devolvidos, com possibilidade de fácil escoamento dos mesmos, em carrinhos, para a zona de serviços internos e para as secções. Nas bibliotecas de maior dimensão, será mesmo desejável a existência de uma zona mais ampla, atrás de um balcão de maiores proporções.

No átrio deverão também situar-se – para além dos habituais painéis informativos (regulamento da biblioteca, novas aquisições, informações sobre actividades culturais da biblioteca e de outras instituições, etc.) – outro tipo de pontos de informação.

Pelas suas dimensões – e sempre que não haja um espaço próprio para o efeito – o átrio deverá também permitir a realização de exposições eventuais relacionadas com a vida da biblioteca.

⁴ Quando se encontra fechada ao público a biblioteca poderá providenciar soluções para a devolução dos documentos emprestados, por exemplo, caixas ou contentores apropriados impermeáveis e à prova de roubo.

Poderá ainda incluir uma zona de leitura informal, sobretudo de periódicos, para o que deverá dispor de alguns sofás e mesas baixas.

Deverá ter telefone público e também máquina distribuidora de bebidas, no caso das bibliotecas em que não esteja previsto cafetaria.

2.2 Secção de Adultos

Esta secção, em grande parte ocupada por estantes de livre acesso contendo a documentação destinada a empréstimo, deverá também ter zonas para a leitura de periódicos e para consulta de documentos sonoros, audiovisuais e multimédia, assim como para o serviço de referência e de informação à comunidade, de auto-formação e aprendizagem à distância. Sendo as de maior permanência de público, porque destinadas à consulta, estas áreas relacionadas entre si não deverão dar origem a espaços fechados, mas ser organizadas num único espaço dividido pela disposição do próprio mobiliário.

Os serviços disponibilizados nesta secção deverão estar adequadamente suportados por equipamento que permita a consulta e pesquisa de informação em diferentes suportes, assim como o acesso à Internet.

Poderá também esta Secção comportar uma área mais vocacionada para os adolescentes, em função dos seus interesses informativos, formativos e lúdicos. Assim, a biblioteca deve providenciar materiais incluindo recursos de informação electrónica, que reflectam os interesses e cultura dos jovens, o que acarretará a aquisição, por exemplo, de obras de ficção popular, séries de televisão, música, revistas, banda desenhada, jogos didácticos de computador, etc., sempre dispostos em mobiliário adequado. Tal contribuirá para que os jovens sintam que a biblioteca é também deles e ajudá-los-á a ultrapassar a sensação de exclusão que é comum neste grupo etário.

Dependendo da dimensão da biblioteca, no balcão de atendimento – de preferência junto à entrada – dotado de computador e telefone, poderá ser assegurado o serviço de referência e ainda disponibilizados os documentos audiovisuais e multimédia, no caso da biblioteca optar por não oferecer esses documentos em livre acesso. Para assegurar tais funções, este posto de trabalho deverá ainda ser apetrechado com os aparelhos de leitura e distribuição de sinal necessários à consulta dos referidos documentos, bem como mobiliário específico para o seu armazenamento.

Deve prever-se igualmente uma fotocopiadora, para utilização do público, mediante sistema de cartão ou de moedas, salvaguardando no entanto o respeito pela legislação vigente.

Junto da entrada desta Secção deverá ser previsto um bengaleiro que poderá ser apenas uma prateleira corrida, com cabides e local para deixar guarda-chuvas.

a) Periódicos

Espaço individualizado, tendo em conta o tipo de documentos e as características da sua consulta. Por aí se desenvolver uma actividade particularmente atractiva, poderá situar-se junto à entrada da

secção, estabelecendo a transição entre esta e o átrio, podendo este último ser igualmente utilizado para o efeito.

Deve conter expositores apropriados, mesas e sofás.

b) Empréstimo

Zona constituída basicamente pela apresentação de documentos em livre acesso, num conjunto de estantes (simples ou duplas, podendo algumas destas ser móveis) relativamente massificado, mas que deverá ser intervalado por pequenas zonas de leitura, ou pelo menos, por alguns lugares (sofás ou cadeiras e mesas adequadas) para consulta rápida de livros ou para audição de CD's, mediante aparelhos portáteis a fornecer pela biblioteca.

c) Serviço de referência e de consulta local

Zona destinada à leitura na biblioteca. É nesta zona que se consultam as obras de referência, algumas em formato electrónico (dicionários, enciclopédias, anuários, atlas, etc.) e as obras que estão excluídas do empréstimo domiciliário e se encontram guardadas no depósito (obras antigas ou raras, etc.).

É predominantemente constituída por mesas (para duas ou para quatro pessoas, embora se admita a possibilidade de incluir algumas mesas individuais), por cadeiras e por estantes para as obras de referência. Poderá estar separada da zona de empréstimo pela disposição do mobiliário, ou de outra forma, mas sempre de maneira a permitir uma boa permeabilidade visual.

Deverá prever-se a audição e o visionamento dos documentos áudio e DVD, assim como a consulta de documentos multimédia e electrónicos, pelo que deverão ser disponibilizados computadores e impressora.

Estes documentos, quer para consulta no local quer para empréstimo, deverão estar organizados em expositores adequados.

Deverá também prever-se a colocação de uma estante própria para exposição de publicações especializadas (som e imagem).

Excepcionalmente, nas bibliotecas de maior dimensão, e apenas quando as características dos fundos e/ou dos utilizadores o aconselhem, admite-se a criação de uma zona de estudo e trabalho em sala própria, proporcionando a consulta de documentos raros ou preciosos e de fundos especiais. Quando tal se justifique, será aqui que deverão ser colocados os aparelhos de leitura de microfilmes. Uma sala deste tipo não substitui, porém, a zona destinada à leitura no local e de consulta das obras de referência, devendo ambas funcionar articuladamente.

Os serviços de referência e de informação à comunidade deverão localizar-se preferencialmente junto do balcão de atendimento da secção. Aí devem existir, de forma concentrada, expositores e estantes que contenham documentos de referência especializada, designadamente no âmbito da formação, do emprego, da informação empresarial, de carácter local ou regional, dos assuntos europeus, etc.

Quando se justifique, o Fundo Local deverá ser objecto de um destaque especial, ocupando estantes próprias.

d) Aprendizagem ao longo da vida

Na secção de adultos, preferencialmente junto da consulta local, deve existir uma área destinada à auto-formação.

Nesta área deve ser proporcionado o acesso a um extenso conjunto de materiais relativos a assuntos muito variados, facilitando assim o acesso dos utilizadores a meios de exploração adequados aos seus interesses e de apoio à educação formal e informal, como por exemplo o desenvolvimento de competências básicas ao nível das TIC ou a aprendizagem de línguas estrangeiras, com recurso a materiais multimédia.

Para esse fim, nesta zona, os utilizadores devem poder dispor de computadores com acesso à Internet e ligação a uma impressora, dispostos em mobiliário próprio – bancada corrida ou individualizados através de separadores – bem como uma estante com capacidade para albergar os correspondentes materiais.

2.3 secção infantil

Esta secção deverá também incluir uma área de animação, destinada a actividades especiais de grupo, tais como sessões de conto e outras acções de formação e lúdicas, proporcionadas pelos serviços e recursos da biblioteca, que deverão ser organizadas e anunciadas com regularidade.

O balcão de atendimento desta secção deverá reunir condições semelhantes às preconizadas para a secção de adultos.

Junto da entrada desta secção, deverá ser previsto um bengaleiro, tal como na secção de adultos.

a) Área de empréstimo e consulta local

Na área de empréstimo/consulta local os espaços deverão estar organizadas de forma diferenciada, segundo os grupos etários, e equipados com mobiliário (estantes, mesas e cadeiras) de dimensões apropriadas. Para as crianças mais pequenas devem prever-se pufs e almofadas.

Os álbuns ilustrados poderão ser apresentados em caixas, principalmente os destinados aos mais pequenos. Os livros deverão ocupar estantes, cuja altura variará em função da idade a que os mesmos se destinam.

Devem existir recantos para leitura informal e em grupo, tanto para os mais pequenos como para os mais velhos. Para estes, deve haver uma zona de trabalho e leitura mais isolada, com mesas e cadeiras e incluir estantes com obras de referência.

À semelhança do que acontece na secção de adultos, deve ser prevista a existência de computadores para consulta do catálogo e de documentos multimédia, acesso à Internet, etc., assim como a possibilidade de acesso individual a documentos sonoros ou audiovisuais, com utilização de auscultadores.

Poderá também ser considerada a existência de um recanto destinado à utilização de jogos educativos, com um armário, uma mesa e respectivas cadeiras, entendendo-se este espaço como um complemento da Secção que não deverá, porém, assumir as proporções de uma Ludoteca. Esta, por não fazer parte do Programa-tipo da Biblioteca, será sempre encarada como uma opção do Município e por ele custeada inteiramente.

b) Área de animação

Deverá constituir um espaço em perfeita articulação com as outras áreas da secção, mas com uma clara demarcação em relação a elas e um razoável isolamento visual e acústico, tendo em conta as funções que lhe são destinadas.

Trata-se de um zona primordialmente vocacionada para actividades colectivas tais como a “hora do conto” (leitura e/ou dramatização), exposição de trabalhos, audições e visionamentos colectivos, projecções, etc. e, como tal, deverá ser dotada de infra-estruturas de som, imagem e dados e permitir ainda um fácil obscurecimento.

Para salvaguardar a respectiva polivalência, é desejável que a sua utilização em forma de anfiteatro seja assegurada tão só através da utilização de elementos móveis e/ou almofadas empilháveis.

É necessária a existência, na proximidade, de um pequeno arrumo para guardar materiais utilizados pelas crianças.

Sobretudo em bibliotecas de maior dimensão, nomeadamente as B.M. 3, é de prever um Atelier de expressão, destinado a actividades tais como pintura, desenho, colagens, etc. Este atelier, embora isolado, deve ser contíguo às outras áreas da secção infantil. Deverá conter uma mesa grande (ou bancas de trabalho), um lavatório com água corrente e armários para guardar os materiais utilizados. Os materiais de revestimento devem ser resistentes e facilmente laváveis.

2.4 Área polivalente

Trata-se de uma zona destinada à realização de um conjunto heterogéneo de actividades, mas tendo todas elas um denominador comum: a promoção da leitura e da biblioteca, tendo em vista, por um lado, a divulgação dos seus serviços e do seu fundo documental e, por outro, contribuir para a sua inserção na comunidade.

São exemplos dessas actividades as exposições, os debates, as conferências, os encontros de leitores (clubes de leitura), o acolhimento de grupos específicos (estudantes, professores, membros de associações culturais ou de qualquer outro tipo) e mesmo acções de formação, por exemplo, na utilização das TIC. Esta área servirá também para projecções e audições colectivas, pelo que deverá ser assegurado o seu fácil obscurecimento.

Tendo em conta as diferentes funções a que se destina, não deverá ter a configuração de anfiteatro e ser compartimentada de modo flexível, por exemplo através de divisórias amovíveis, não devendo possuir mobiliário fixo. É também por isso necessária a existência próxima de um

espaço para arrumos.

A sala polivalente deve estar localizada junto ao átrio, que poderá complementá-la. De forma a possibilitar a realização de actividades fora do horário de funcionamento da biblioteca, deve dispor de acesso separado ao exterior, bem como às instalações sanitárias.

2.5 Cafeteria

É aconselhável a inclusão de uma cafeteria para os utilizadores, — que não deverá exceder 50m² — devidamente articulado com as áreas de serviços públicos, de forma a constituir um espaço de lazer e de convívio para aqueles que efectivamente frequentem a biblioteca. Recomenda-se que a cafeteria tenha uma boa articulação com o Átrio e a Sala Polivalente, de forma a permitir a sua utilização quando nesta forem desenvolvidas actividades fora do horário de funcionamento da biblioteca.

2.6 Sanitários

As instalações sanitárias deverão ser separadas para crianças e para adultos. As dos adultos deverão situar-se junto ao átrio e, se possível perto da respectiva Secção, permitindo, também, o apoio aos utilizadores da sala polivalente. Devem prever, tanto nas das senhoras como nas dos homens, um compartimento para os deficientes. As das crianças deverão localizar-se junto da entrada da Secção Infantil.

3. Serviços Internos

Estas áreas deverão estar organizadas de forma a conseguir uma completa separação entre o circuito do leitor (estabelecido a partir do átrio para as diferentes áreas de utilização pública) e o circuito interno dos documentos (entrada de serviço, zonas de manutenção e tratamento técnico, depósitos).

O dimensionamento das áreas de trabalho e de depósito deverá ser calculado em função não só do tipo da biblioteca como também das características da rede de anexos a criar e do apoio às bibliotecas escolares.

3.1 Zona da entrada de serviço

Destinada não só a documentos como a outros materiais, deve permitir a aproximação de um veículo e respectiva descarga. Sobretudo nos casos em que se prevê uma Biblioteca Itinerante, a entrada de serviço deve possuir um cais que permita a fácil transferência dos documentos, do veículo para os carrinhos que transportarão os mesmos para o interior da biblioteca, podendo eventualmente considerar-se uma garagem ou um espaço coberto para o seu estacionamento.

3.2 Zona de recepção/manutenção de documentos

Zona onde os documentos são recebidos, desempacotados, conferidos, separados de acordo com

o seu destino dentro da biblioteca ou nos anexos e onde poderão ser objecto de algumas operações de simples identificação ou de manutenção: carimbagem, registo, a posição de cotas, plastificação e, mais tarde, ligeiros restauros. Nela poderão também ser preparadas exposições. Deverá dispor de uma bancada (podendo, no entanto, esta ser substituída por uma mesa de dimensões amplas), de estantes e de uma secretária. Constitui uma interface entre a entrada de serviço e o depósito, podendo mesmo funcionar, nas bibliotecas mais pequenas, como zona diferenciada dentro deste último. Quando se tratar de uma zona de trabalho regular, deve possuir iluminação natural.

3.3. Áreas de trabalho (gestão técnica e administrativa)

O número de salas e de gabinetes das áreas de trabalho variará com o tipo de biblioteca e, conseqüentemente, com o quadro de pessoal previsto. Em qualquer caso, a área de cada um dos gabinetes não deverá ser inferior a 15 m². Deverá ser-lhe atribuído um espaço com dimensões adequadas ao número de Técnicos Profissionais, Assistentes Administrativos e outro pessoal previsto para cada tipo de biblioteca, podendo — sempre que tal se justifique pela dimensão da biblioteca e/ou da rede concelhia de Anexos — existir uma sala separada para o serviço administrativo.

No caso de se optar por *openspace* para as áreas de trabalho, deverá ter-se em conta um número máximo de postos de trabalho a agrupar num mesmo gabinete — mantendo as desejáveis condições de trabalho — e prever, caso necessário, a divisão através de painéis com tratamento acústico.

Todos os postos de trabalho devem ser equipados com secretária, computador e telefone. Cada biblioteca deverá ter um gabinete individual para o Bibliotecário responsável. Conforme a dimensão da biblioteca, deverá prever-se uma sala de reuniões, se possível, contígua, que poderá simultaneamente servir como espaço de formação interna. Para este fim, poderá, no entanto, optar-se por uma sala de pessoal que tenha essas funções e simultaneamente disponha de um balcão de *kitchenette* encerrável (armário).

3.4 Sala de informática

Compartimento destinado a albergar equipamento vário (bastidor, servidor, etc.), situado junto das áreas de serviço interno, dotado de um posto de trabalho e dispendo de climatização adequada, devendo a temperatura ambiente situar-se entre os 17º e 23º e a humidade relativa não ultrapassar os 40%.

3.5 Depósito

O depósito da biblioteca tem duas funções:

- *Conservação*, que consiste em guardar os fundos antigos, os documentos raros e preciosos, ou outros documentos não disponíveis em livre acesso (documentos pouco

procurados, duplicados, doações, publicações periódicas cuja conservação ainda se justifique) e ainda fundos especiais, como por exemplo microfilme. Sempre que tal se justifique, tanto estes como o fundo antigo ou as obras raras serão objecto de conservação em condições especiais, quanto ao ambiente e à segurança.

- *Difusão*, para armazenamento dos documentos destinados aos anexos e/ou à biblioteca itinerante, dimensionada em função destes. Por uma questão de economia de espaço, deverão prever-se estantes compactas deslizantes.

Entre o Depósito, a Recepção/Manutenção e a Entrada de Serviço terá que ser estabelecida uma muito boa relação funcional.

3.6 Reprografia

Nas bibliotecas de maior dimensão (B.M.3) poderá prever-se um espaço para a reprografia.

3.7 Arrumos

Para além dos arrumos cuja necessidade foi evidenciada na descrição das diferentes áreas, a biblioteca deve dispor de arrecadações suficientes para acolher os materiais utilizados na sua manutenção e nas actividades que organiza.

3.8 Sala do pessoal

Nas bibliotecas de maior dimensão deve prever-se um espaço para o pessoal, para descanso e pequenas refeições, tendo em conta os horários que pratica. Poderá, se necessário, funcionar como sala de reuniões e/ou de formação interna, devendo nesse caso optar-se também por um balcão de kitchenette que possa ser fechado (armário).

3.9 Sanitários do pessoal

Deverão ser previstas instalações sanitárias para os funcionários, junto das quais poderão situar-se os cacifos do pessoal.

4. Circulações

As circulações inerentes aos Serviços Internos deverão, tanto quanto possível, ser distintas das dos Serviços Públicos. Devem abolir-se formas de organização do espaço que limitem a capacidade de utilização, por indivíduos ou grupos, de qualquer zona da biblioteca. Na medida do possível, devem evitar-se escadas, quer no interior quer no exterior do edifício e prever rampas em qualquer desnível existente. As bibliotecas que ocupam dois ou mais pisos devem dispor de elevadores localizados na proximidade da entrada e com capacidade para cadeiras de rodas e carrinhos de bebé. É necessária a utilização de carros para transportes de livros em ligações horizontais e verticais, o que deverá ser tido em conta na largura das portas e no espaçamento das estantes.

5. Mobiliário

Os materiais devem ser expostos em estantes abertas colocadas a uma altura que permita o seu acesso por parte dos utilizadores. Todas as estantes devem ser ajustáveis e, de preferência, sobre rodas com travão, de forma a facilitar a sua deslocação. O mobiliário da secção infantil deve ser de dimensões apropriadas. O espaçamento entre as estantes terá que permitir o acesso às mesmas de utilizadores em cadeiras de rodas.

O mobiliário (estantes, mesas, cadeiras, etc.), que deverá corresponder às especificações técnicas fornecidas pelo IPLB, será adquirido em firmas especializadas do sector, de modo a assegurar, nomeadamente, as características ergonómicas, a robustez, a qualidade e a continuidade da linha escolhida.

6. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

A Sociedade da Informação veio realçar o papel social da biblioteca pública e potenciar as relações destes organismos com os cidadãos. As mudanças ocorridas nos últimos anos no domínio das tecnologias da informação e comunicação e sua utilização, nomeadamente as possibilidades oferecidas pela Internet, revolucionaram o modo como a informação é coligida, apresentada e consultada.

Este novo paradigma tem um impacto significativo na biblioteca pública, instituição que tem como finalidade básica o fornecimento de informação: transformar a biblioteca pública na porta de acesso à informação electrónica na era digital constitui uma prioridade que obriga a mudanças ao nível da sua organização e da prestação de serviços ao cidadão, embora deva continuar, em simultâneo, a assegurá-las por múltiplas formas, através das quais o conhecimento e a informação possam ser disponibilizados.

Neste contexto, o projecto da biblioteca deve englobar também um projecto específico de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação que suporte a organização e gestão da biblioteca, a prestação de serviços e a participação em redes electrónicas a todos os níveis, desde o local até ao internacional. Este projecto específico deverá ser desenvolvido de acordo com as orientações do IPLB expressas no documento, a distribuir atempadamente, Tecnologias de Informação e Comunicação nas Bibliotecas Públicas da Rede – Guia de Operacionalização.

O número de computadores apresentado no Programa-tipo é apenas uma referência para apoio à planificação dos serviços a disponibilizar pela biblioteca, com base no uso das TIC.

A organização espacial dos serviços, assim como a distribuição do mobiliário deverá ter em atenção as especificidades inerentes à utilização das TIC por parte dos utilizadores e a necessário de apoio a prestar pelo pessoal da biblioteca. Neste contexto, deve ser assegurada uma adequada articulação entre o Projecto de utilização das TIC na Biblioteca e a Planta de distribuição do mobiliário.

7. Infra-estrutura de Cablagem estruturada de voz/dados

A biblioteca deve ser dotada com uma infra estrutura de voz e dados devendo obedecer às recomendações técnicas expressas pelo IPLB que, com esse fim, distribui o documento já referido – Tecnologias de Informação e Comunicação nas Bibliotecas Públicas da RNBP – Guia de Operacionalização.

Esta estrutura é o meio pelo qual se interligam todos os equipamentos informáticos num ambiente da rede local, permitindo a troca de informação entre eles e possibilitando o acesso à Internet. Proporciona também a interligação das extensões telefónicas com a central telefónica.

As Tecnologias de Informação e Comunicação são actualmente um meio de primordial importância na organização e disponibilização de informação e também facilitador do seu acesso e divulgação. Deste modo, a distribuição da cablagem e das tomadas de rede deve ser projectada e implementada eficazmente em função da definição e da localização dos serviços que exigem a utilização das TIC.

O projecto nesta especialidade poderá prever o recurso à tecnologia “Wireless”, que na perspectiva dos serviços da biblioteca se traduza numa maior eficácia e em termos de custo-benefício.

A aceitação definitiva pelo IPLB desta especialidade do projecto está condicionada à entrega obrigatória de um relatório do processo de Certificação da infra-estrutura de cablagem estruturada, o qual passará a fazer parte do processo.

8. Conforto térmico e ambiental

O projecto da biblioteca deverá garantir, através da sua concepção, condições de conforto térmico e ambiental adequadas à sua utilização. Tais condições exigem a optimização do edifício do ponto de vista das energias passivas e activas, designadamente no que se refere ao isolamento térmico, em relação ao meio ambiente exterior e à sua orientação solar. Deverão assim ser evitadas grandes superfícies envidraçadas nas fachadas sul e poente e nas coberturas sem adequada protecção, através de palas e estores exteriores reguláveis.

No que respeita à solução de climatização do edifício, esta deverá inserir-se na mesma perspectiva de optimização energética atrás referida e ter em conta não só os custos de instalação do sistema, mas também os custos de exploração.

O projecto deverá ainda incluir um estudo de condicionamento acústico que dê indicações concretas para o projecto de arquitectura relativamente aos acabamentos mais adequados a utilizar, bem como em relação à forma e dimensão dos espaços com vista a obter-se condições de utilização adequadas do ponto de vista acústico.

Os níveis de iluminação devem seguir as normas estabelecidas nacional ou internacionalmente. Deverão, desde logo, ser tidas em atenção as recomendações do IPLB sobre o aquecimento, ventilação e ar condicionado, condicionamento acústico e iluminação.

9. Segurança

O projecto da biblioteca deverá incluir obrigatoriamente um projecto de segurança integrado que, nos termos da legislação em vigor, contemple a definição dos percursos de evacuação do edifício, saídas de emergência e respectiva sinalização, portas corta - fogo, sistemas de alarme e detecção de incêndios, sistemas de combate a incêndios previstos no interior e exterior do edifício, etc. (Regulamento Geral de Segurança contra Incêndios em Edifícios Administrativos).

O projecto deverá igualmente contemplar a instalação de um sistema anti-intrusão e um sistema anti-furto para os documentos em livre acesso.

10. Sinalética

A sinalização no exterior do edifício não só identifica a sua função específica como é também a forma mais elementar e básica de publicitar os serviços da biblioteca. Por consequência, a sinalização deve ser planeada cuidadosamente, de forma a transmitir uma imagem apropriada.

As zonas internas da biblioteca e dentro da própria colecção (como por exemplo, o catálogo, as publicações periódicas, os serviços de referência geral, a zona infantil, as instalações sanitárias, os terminais de acesso à Internet, etc.), devem estar claramente identificadas através de sinalização de nível profissional, para permitir aos utilizadores a sua fácil localização. A sinalização deve também ser afixada em *braille*, se e onde necessário.

O anúncio do horário de funcionamento da biblioteca deve ser claramente visível do exterior da mesma.

É indispensável colocar sinais indicando a direcção da biblioteca, nas suas imediações, nas entradas e no centro das respectivas cidades ou vilas.

11. Pessoal

Os recursos humanos são de importância vital no funcionamento da biblioteca. Para fornecer o melhor serviço à comunidade, é indispensável dotá-la de pessoal com formação adequada, que saiba utilizar os recursos da biblioteca de forma eficiente na satisfação das exigências da comunidade, pelo que ele deve ser em número suficiente para cumprir esse objectivo.

Para além do pessoal qualificado na área da Biblioteconomia – técnicos superiores e técnicos profissionais de Biblioteca e Documentação – as bibliotecas públicas deverão recrutar pessoal qualificado para o desempenho de funções específicas, sempre que tal se justifique, como por ex.: animadores culturais, informáticos, formadores, etc.

Uma vez que as necessidades terão que ser identificadas caso a caso, é indicado nos programas tipo em anexo, de acordo com a dimensão da biblioteca, o número mínimo de funcionários de que ela deve dispor, quantificando-se apenas o número de técnicos da carreira de biblioteca e documentação, isto é, técnicos superiores e técnicos profissionais de BD.

IV. OUTRAS BIBLIOTECAS NO ÂMBITO CONCELHIO

Tal como já foi referido, e considerando que a programação da rede concelhia de bibliotecas é indispensável para ponderar, de forma flexível, o dimensionamento da biblioteca central, a apresentação de um plano de Anexos e/ou Biblioteca Itinerante torna-se necessária desde o momento da apresentação da candidatura, mesmo que a sua concretização se preveja dilatada no tempo.

Não se define aqui um Programa-tipo para os Anexos, uma vez que o seu número e dimensões variarão muito consoante as particularidades locais (distribuição demográfica, acessibilidades, rede viária, etc.) e os espaços a disponibilizar, eventualmente através de protocolo do Município com as Juntas de Freguesias. O IPLB prestará, no entanto, apoio técnico para a respectiva instalação, aconselhando-se desde logo que a existência de salas distintas para adultos e crianças e que as estantes duplas a utilizar sejam amovíveis, para flexibilizar a respectiva utilização dos espaços.

Cada Anexo ou Serviço de leitura fixo ou itinerante deverá possibilitar – telematicamente ou através de um ficheiro informático permanentemente actualizado – o acesso ao catálogo colectivo da rede concelhia, de forma permitir a localização e distribuição dos documentos pretendidos, seja qual for o ponto de acesso.

A disponibilização da informação existente, antes de mais no âmbito concelhio, deve ser estimulada, sobretudo quanto à cooperação com as Bibliotecas Escolares, mas também Universitárias e de outras instituições de ensino, de cultura ou dos diferentes sectores de actividade.

Em muitos casos as Bibliotecas Escolares, sobretudo do 1º ciclo, recebem um apoio decisivo da BM do respectivo concelho, quer na formação de agentes, quer no tratamento documental dos seus fundos, que nalgumas vezes se corporiza nos designados SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares). De salientar que essa cooperação, quer seja formal ou informal, deverá implicar a dotação de mais recursos financeiros, materiais, espaciais e humanos para as respectivas Bibliotecas Municipais, sob risco de impossibilitar o seu bom desempenho.

Em cada um dos postos de leitura antes referidos, deverá ser assegurada a hipótese de consulta local, pelo que neles deverá existir um acervo documental mínimo que inclua, designadamente, obras de referência destinadas tanto a adultos como a crianças e alguns periódicos, podendo prever-se a rotatividade de determinados fundos bibliográficos no interior de cada rede concelhia de bibliotecas

Este poderá incluir também serviços de carácter temporário, em praias, piscinas, jardins ou onde a frequência de público o aconselhe.

No que se refere a cada um dos Anexos, o fundo documental deverá ser quantificado caso a caso – mas sempre superior a 2.500 títulos – vocacionado para servir tanto o público adulto como as crianças e os jovens e organizado segundo os mesmos princípios da rede em que se integra.

Em casos devidamente fundamentados, deverá ter-se em conta a criação de bibliotecas itinerantes, o que irá ter reflexos no acréscimo do número de exemplares a adquirir de certos fundos documentais e na utilização das tecnologias mais adequadas a este serviço específico, a estudar caso a caso. Como foi dito anteriormente, a criação da rede concelhia obriga à necessidade de, na BM, se prever áreas de trabalho e um depósito de difusão mais espaçoso.

Os recursos humanos necessários ao funcionamento deverão ser assegurados no âmbito da rede concelhia, devendo a cada Anexo ou Biblioteca Itinerante estar afecto, pelo menos, um Técnico Profissional de Biblioteca e Documentação – prevendo-se o recurso a um segundo, sempre que necessário – e outro funcionário de apoio.

PROGRAMAS-TIPO

BM1

BM2

BM3

PROGRAMA TIPO BM1

(menos de 20 000 habitantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 1			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:	Central:	752 m ² (área útil) 1 053 m ² (área bruta)	
	Anexos (a definir)		
DOCUMENTOS (BIB. CENTRAL) (Fundo Mínimo Inicial):	S. de Adultos:	10 000 monografias 1200 doc. não livro (áudio, multimédia, etc.)	
	S. Infantil:	4000 monografias 500 doc. não livro (áudio, multimédia, etc.)	
AQUISIÇÕES ANUAIS:		1500 monografias 200 documentos não livro	
QUADRO DE PESSOAL (mínimo):		10 funcionários, dos quais: 1 Técnico Superior de Biblioteca e Documentação 4 Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação 1 Assistente Administrativo	
PROGRAMA			
	Equipamento	Lugares sentados	Áreas
ÁTRIO			60 m ²
Balcão	2 PC	2	
SECÇÃO DE ADULTOS			
Empréstimo		6	240 m ²
Consulta local	10 PC + 2 TV	30	
Periódicos		6	
Auto-formação		2	
Atendimento	1 PC	1	
SECÇÃO INFANTIL			170 m ²
Empréstimo		8	
Consulta local	4 PC + 1 TV	16	
Área de animação (25 m ²)	1 TV	25	
Arrumos (5 m ²)			
Atendimento	1 PC	1	
SALA POLIVALENTE		60	70 m ²
Arrumos (10 m ²)			
Instalações sanitárias públicas			35 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO			575 m²
Gabinetes de trabalho		7	70 m ²

Sala de reuniões			15 m ²
Manutenção		1 a 2	20 m ²
Depósito de doc. (central)		1	40 m ²
Instalações Sanitários do pessoal			12 m ²
Sala de informática		1	10 m ²
Arrumos			10 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO (*)			177 m²
TOTAL ÁREA ÚTIL			752 m²

(*) um PC por cada posto de trabalho

PROGRAMA TIPO BM2
(20 000 a 50 000 habitantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 2			
Pontos fixos de serviço:	Central: 1 345 m ² (área útil) 1 883 m ² (área bruta) Anexos (a definir)		
Documentos (Bib.Central): (Fundo mínimo inicial)	S. de adultos:	25000 monografias 2000 doc. não livro (áudio, multimédia, etc.)	
	S. infantil:	9000 monografias 1000 doc. não livro (áudio, multimédia, etc.)	
Aquisições anuais:	3000 monografias 400 documentos não livro		
Quadro de pessoal (mínimo):	18 funcionários, dos quais: 2 Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação 8 Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação 1 Assistente Administrativo		
PROGRAMA	Equipamento	Lugares sentados	Área
Átrio			120 m ²
Balcão	2 PC	2	
Secção de Adultos			430 m ²
Empréstimo		12	
Consulta local	13 PC + 3 TV	50	
Periódicos		8	
Auto-formação		3	
Atendimento	2 PC	2	
Secção Infantil			290 m ²
Empréstimo		14	
Consulta local	6 PC + 2 TV	30	
Espaço para os mais pequenos			
Área de animação (30 m²)	1 TV	30	
Arrumos (5 m²)			
Atendimento	1 PC	1	
Sala Polivalente		100	115 m ²
Arrumos (15 m²)			
Instalações Sanitárias Públicas			50 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO			1005 m²

Gabinetes de trabalho		13	130 m ²
Sala de reuniões			20 m ²
Sala de pessoal			10 m ²
Manutenção		2 a 3	30 m ²
Depósito de doc. (Central)		1	110 m ²
Instalações sanitárias pessoal			15 m ²
Sala de Informática		1	10 m ²
Arrumos			15 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO (*)			340 m²
TOTAL ÁREA ÚTIL			1 345 m²

(*) um PC por cada posto de trabalho

PROGRAMA TIPO BM3
(mais de 50 mil habitantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 3			
Pontos fixos de serviço:	Central:	1900 m2 (área útil) 2660 m2 (área bruta)	
	Anexos (a definir)		
Documentos (B. Central) (Fundo mínimo inicial):	S. de adultos:	35000 monografias 3000 doc. não livro (<i>áudio, vídeo, multimédia, etc.</i>)	
	S. infantil:	12000 monografias 1 500 doc. não livro (<i>áudio, multimédia, etc.</i>)	
Aquisições anuais:		4000 monografias 500 documentos não livro	
Quadro de pessoal: (mínimo)		26 funcionários, dos quais: 3 Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação 12 Técnicos Profissionais de Biblioteca e Documentação 1 Assistente Administrativo	
PROGRAMA	Equipamento	Lugares sentados	Área
Átrio			150m ²
Balcão	2 PC	2	
Secção de Adultos			650 m ²
Empréstimo		16	
Consulta local	17 PC + 4 TV	60	
Periódicos		12	
Auto-formação		5	
(facultativo) Sala de trabalho		12	
Atendimento	2 PC	2	
Secção Infantil			400 m ²
Empréstimo		20	
Consulta local	8 PC + 2 TV	55	
Espaço para os + pequenos			
Área de animação (30 m²)	1 TV	30	
Arrumos (5 m²)			
Atelier de expressão (30 m²)			
Atendimento	2 PC	2	
Sala Polivalente		120	140 m ²
Arrumos (20 m²)			
Instalações Sanitárias Públicas			70 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO			1 430 m²

Gabinetes de trabalho	20	200 m ²
Sala de reuniões		20 m ²
Sala de pessoal		10 m ²
Manutenção	3 a 4	40 m ²
Depósito de doc. (Central)	1	150 m ²
Instalações Sanitárias pessoal		20 m ²
Sala de Informática	1	10 m ²
Arrumos...		20 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO (*)		470 m²
TOTAL ÁREA ÚTIL...		1 900 m²

(*) um PC por cada posto de trabalho

Decreto-Lei 89/97, de 19 de Abril	Aprova a orgânica da Biblioteca Nacional do
Decreto-Lei 90/97, de 19 de Abril	Ministério da Cultura.....
Decreto-Lei 123/98, de 9 de Maio	Aprova a orgânica do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas do Ministério da Cultura.....
Despacho 2.3.93, do Sub-Secretário de Estado da Cultura, de 15 de Maio	Cria o Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas revogando o Decreto-lei n.º 361/90, de 23 de Novembro.....
Despacho de 3/6/94, da Presidente do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro	Regulamento de Cooperação na PORBASE.....
	Alteração ao Regulamento de Cooperação na PORBASE.....

Legislação complementar

Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio	Cria a Lei Orgânica do Ministério da Cultura.....
Portaria n.º 551/98, de 20 de Agosto	Aprova o quadro de pessoal do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.....
Portaria n.º 775/98, de 16 de Setembro	Aprova o quadro de pessoal da Biblioteca Nacional.
Declaração de Rectificação n.º 16-J/98	De ter sido rectificada a Portaria n.º 775/98, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios das Finanças e da Cultura, que aprova o quadro de pessoal da Biblioteca Nacional, publicada no Diário da República, 1ª Série, n.º 214, de 16 de Setembro de 1998.....
Despacho 180/86	Criação da PORBASE.....
Despacho 120/87	Atribui à Biblioteca Nacional as funções de coordenação de Base Nacional de Dados Bibliográficos.....

Bibliotecas Públicas

Decreto-Lei 111/87, de 11 de Março	Institui um programa de cooperação técnica e financeira entre a Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, e os municípios, para execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública no quadro da rede de bibliotecas municipais.....
Dec. Leg. Reg. 16/99/A, de 29 de Abril	Institui o Sistema Regional de Leitura Pública.....

Bibliotecas Escolares

Despacho conjunto 43/ME/MC/95 (D.R. 25/96, II Série), de 30 de Janeiro	Criação de um grupo de trabalho, constituído por 2 representantes do Ministério da Cultura e por 2 representantes do Ministério da Educação.....
Despacho conjunto 184/ME/MC/96 D.R. 198/96, II Série), de 27 de Agosto	Lançamento faseado de um programa de instalação da rede de bibliotecas escolares.....
Despacho conjunto 616/98, de 27 de Março	Alteração ao Despacho conjunto 184/ME/MC/96, de 27 de Agosto.....
Despacho conjunto 368/99, de 29 de Abril	Alteração ao Despacho conjunto 184/ME/MC/96, de 27 de Agosto.....

Legislação complementar

Despacho conjunto 5/ME/MC/96 (D.R. 25/96, II Série), de 29 de Dezembro	Composição do grupo de trabalho, criado pelo Desp. Conj. 43/ME/MC/96.....
---	---

Bibliotecas Universitárias Nacionais

Dec. Lei 413/80, de 27 de Setembro	Cria as Bibliotecas Universitárias Nacionais.....
------------------------------------	---

Arquivos

Decreto-Lei n.º 447/88, de 10 de Dezembro	Regula a pré-arquivagem de documentação. Revoga o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro.....
Decreto-Lei 121/92, de 2 de Julho	Estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a recursos humanos , recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração directa e indirecta do Estado.....
Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro	Estabelece o regime geral dos arquivos e do património artístico.....
Decreto-Lei n.º 14/94, de 11 de Maio	Altera, por ratificação, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro.....
Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março	Aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da

Decreto-Lei n.º 372/98, de 23 de Novembro	Cultura..... Aprova a Lei Orgânica do Conselho Superior de Arquivos.....
---	---

Legislação complementar

Lei n.º 13/85, de 6 de Julho	Património cultural português.....
Lei n.º 10/91, de 29 de Abril	Lei de Protecção de Dados Pessoais face à Informática.....
Lei n.º 18/92, de 6 de Agosto	Autoriza o Governo a legislar sobre o regime geral dos arquivos.....
Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto	Regula o acesso aos documentos da Administração.....
Lei n.º 6/94, de 7 de Abril	Aprova o regime do segredo de Estado.....
Lei n.º 8/95, de 29 de Março	Regulamenta os serviços de apoio à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e clarifica aspectos da disciplina do acesso aos documentos da Administração Pública.....
Dec. Lei 42/96, de 7 de Maio	Cria a Lei Orgânica do Ministério da Cultura.....
Portaria 278/98, de 6 de Maio	Aprova o quadro de pessoal da Torre do Tombo.....
Lei n.º 94/99, de 16 de Julho	Segunda alteração à Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela lei n.º 8/95, de 29 de Março, que regula o acesso aos documentos da Administração.....

Arquivos Distritais / Bibliotecas Públicas

Decreto-Lei n.º 149/83, de 5 de Abril	Define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas.....
Decreto-lei n.º 206/85, de 26 de Junho	Dá nova redacção ao artigo 10º do Decreto-Lei n.º 149/83 de 5 de Abril, que define o regime jurídico dos arquivos Distritais e das Bibliotecas Públicas.....
Decreto-Lei n.º 329/84, de 15 de Outubro	Define as normas de transição do pessoal para os quadros dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas e arquivos distritais.....

Legislação complementar

Portaria 418/92, de 6 de Agosto	Arquivos distritais / pessoal.....
---------------------------------	------------------------------------

Carreira Profissional

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro	Define o regime de constituição, modificação e extinção de relação jurídica de emprego na Administração Pública.....
Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro	Altera o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o qual define o regime de contratação, modificação e extinção da relação jurídica do emprego na Administração Pública.....
Decret-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho	Altera o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública).....
Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho	Aprova o estatuto das carreiras de pessoal específico das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo (BAD).....
Decreto-Lei n.º 276/95, de 25 de Outubro	Altera o Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho (aprova o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca, documentação e de arquivo (BAD).....
Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho	Regula a mobilidade entre os funcionários da administração local e da administração central.....

Contratação Pública

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho	Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 592/50/CEE, do Conselho de 18 de Junho, 93/36/CEE, do Conselho de 14 de Junho, e 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro, e estabelece o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.....
---------------------------------------	---

Legislação complementar

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março	Aprova o novo regime jurídico das empreitadas de obras públicas.....
Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho	Fixa as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e

	estabelece regras específicas para a locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática.....
Portaria n.º 949/99, de 28 de Outubro	Aprova os modelos de documentos de contratação pública.....
Portaria 852/85, de 9 de Novembro	Autoriza à Universidade do Porto, através da Faculdade de Letras, a ministrar o curso de especialização em Ciências Documentais.....
Disp. Norm. n.º 41/93, de 18 de Março	Homologa os Cursos de Técnico de Electrotecnia e de Técnico de Biblioteca e Serviços de Documentação em regime pós-laboral, em funcionamento em várias escolas.....
Portaria 693/93, de 22 de Julho	Cria Cursos de Técnico de Biblioteca e Documentação.....

Associações Profissionais

Diário da República n.º 55, III Série, de 7 de Março de 1988	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.....
Diário da República n.º 301, III Série, de 31 de Dezembro de 1984	INCITE – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Informação Científica e Técnica.....

Legislação complementar

Decreto Regulamentar Regional n.º 13/81/A, de 19 de Fevereiro	Estrutura os quadros de pessoal das bibliotecas públicas e arquivos da região autónoma dos Açores.....
Decreto Regulamentar Regional n.º 24/87/A, de 3 de Agosto	Dá nova redacção aos artigos 14.º, 15.º, 16.º e 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/81/A, de 19 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica das Bibliotecas Públicas e Arquivos da Região Autónoma dos Açores.....
Decreto Legislativo Regional n.º 15/92/M, de 30 de Abril	Adapta à administração regional autónoma e local da Madeira e estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo (BAD), constante no Dec.-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho.....
Decreto Regulamentar Regional n.º 44/92/A, de 19 de Novembro	Altera os quadros de pessoal das bibliotecas públicas e arquivos da Região Autónoma dos Açores.....
Declaração de Rectificação n.º 13/93, de 30 de Janeiro	De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar Regional n.º 44/92/A, da Região Autónoma dos Açores, que altera os

	quadros de pessoal das bibliotecas públicas e arquivos da Região Autónoma dos Açores, publicado no Diário da República n.º 268, de 19 de Novembro de 1992.....
Decreto-Lei n.º 231/97, de 3 de Setembro	Regulamenta o concurso de recrutamento para os cargos de director de serviços e chefe de divisão.....
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho	Regula o concurso como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública.....
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro	Estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública.....
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março	Estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.....
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Dec.-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro (estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da administração pública).....
Lei n.º 49/99, de 22 de Junho	Estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado e da administração regional, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.....
Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto	Primeira alteração por apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo as instituições públicas que revistam a natureza dos serviços personalizados ou de fundos públicos.....

Formação

Decreto-Lei n.º 87/82, de 13 de Julho	Cria o curso de especialização em Ciências Documentais e, simultaneamente, extingue o curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de
---------------------------------------	---

Coimbra.....

Legislação complementar

- Portaria 448/83, de 19 de Abril Aprova o plano e regime de estudos do curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.....
- Portaria 449/83, de 19 de Abril Autoriza à Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras, a ministrar o curso de especialização em Ciências Documentais.....
- Decreto-Lei n.º 229/99, de 22 de Junho Determina que o Gabinete de Autor disponha de quadro de pessoal.....

Mercado do Livro

- Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de Setembro Institui o regime do preço fixo do livro.....

Legislação complementar

- Decreto-lei n.º 284/97, de 22 de Outubro Igualiza os preços de livros, revistas e jornais no Continente e nas Regiões Autónomas.....

Normas Portuguesas

- Normas Portuguesas (Instituto Documentação.....
Português da Qualidade Sistemas de Qualidade.....

Depósito Legal

- Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março Regulamenta o depósito legal.....
- Decreto-Lei, n.º 362/86, de 28 de Outubro Determina a obrigação do depósito legal na Biblioteca Nacional de um exemplar das teses de doutoramento e mestrado, bem como das dissertações destinadas às provas de aptidão científica e pedagógica das carreiras docentes do ensino superior politécnico e do ensino universitário.....

Direitos de Autor

Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro	Alteração do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, e do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.....
Lei n.º 114/91, de 3 de Setembro	Altera o Código de Direito de Autor e dos Direitos Conexos.....
Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de Novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/100/CEE, do Conselho, de 19 de Novembro de 1992, relativamente ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos ao direito de autor em matéria de propriedade intelectual.....
Decreto-Lei n.º 334/97, de 27 de Novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/98/CEE, do Conselho, de 29 de Outubro relativa à harmonização do prazo de protecção dos direitos de autor e de certos direitos conexos.....
Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro	Regula o disposto no artigo 82º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.....

Legislação complementar

Decreto-Lei n.º 150/82, de 29 de Abril	Defesa das obras caídas no domínio público.....
Decreto-Lei n.º 39/88, de 6 de Fevereiro	Estabelece normas relativas à classificação de videogramas. Revoga o Decreto-Lei n.º 306/85, de 29 de Julho.....
Decreto-Lei n.º 227/89, de 8 de Julho	Disciplina a autenticação de videogramas.....
Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto	Lei da criminalidade informática.....